

JANEIRO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário África, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila e Expansão
- **Websites:** Angonoticias, Rádio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Helga Silveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain Gelson Gaspar, Azancoth Ventura, José Tiago e Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Combate á Pobreza é uma prioridade de Muteka	1
1.2 A assistência social	1
1.3 BNA quer retirar o dólar do sistema financeiro	2
1.4 Que condições sociais se esperam para os angolanos em 2010	3
1.5 Banco lança Fundo de Pensão de Poupança	4
1.6 Ajustamento das Projecções económicas para 2010 e 2011	5
1.7 As inconsequentes políticas de emprego	6
1.8 Esperança de Vida dos angolanos baixou para 38 anos na última década	8
1.9 Incubadora (não) cria empresas e postos de trabalho (inexistentes)	9
2 MICROFINAÇAS	11
2.1 O crescimento da banca angolana parece ilusório	11
3 MERCADO INFORMAL	12
3.1 Responsável da Policia Económica fala sobre a contrafacção de produtos	12
3.2 Um Remendo para Sobrevivência	12
3.3 Genoveva Lino avalia a odisseia das zungueiras	13
3.4 Policia é contra exercício ilegal de actividades económicas na região	14
3.5 Exploração artesanal de inertes fora de controle	14
3.7 É a Cooperativa Cajueira que detém o direito de superfície	16
4 OGE INVESTIMENTOSPUBLICOS E TRANSPARENCIA	18
4.1 Oficializado projecto de construção do novo Aeroporto de Luanda	18
4.2 Tribunal de Contas Aumenta auditoria	18
4.3 Conta Geral do Estado melhora meios de gestão	18
4.4 Sociedade Civil critica OGE	19
4.5 Parlamento aprova recomendações ao Plano Nacional e OGE para 2010	19
4.6 Parlamento aprova recomendações ao Plano Nacional e OGE para 2010	20
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	21
5.1 Projectos concluídos com sucesso	21
5.2 Jurista considera autarquias locais complemento do Governo	21
5.3 Os poderes políticos e tradicional em Angola	21
5.4 Mais dinheiro para censo	23
5.5 Poderes Políticos e tradicionais	23
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	26
6.1 Moradores foram realojados e o prédio é demolido	26
6.2 Milhares de fogos habitacionais ficam concluídos até ao ano de 2012	27
6.3 Lançada na cidade de Luanda revista sobre planeamento e gestão Urbana	27
6.4 54 % das licenças de construção emitidas foram para habitação	28
6.5 Luanda : uma cidade de betão	28
6.6 Prédios correm risco de desabar	29
6.7 Projectos habitacionais são lançados em Angola	30
6.8 Construção em fase de crescimento	30
6.9 Construção de habitações em Luanda ocupa mais de 400 mil metros quadrados	31
6.11 Mais difícil comprar casa	32
6.12 Pagamento de imposto predial em vigor na província de Angola	34
6.14 Pagamento do imposto predial no Kwanhama	34
6.13 Governo analisa reservas fundiárias em Luanda	34

6.15	África do Sul pretende participar na reabilitação de infra-estrutura	35
6.16	Nova cidade satélite de Luanda cresce em ritmo muito acelerado	35
6.17	Casa e emprego brilham no horizonte	36
6.18	Prioridade para desminagem em todas as reservas	37
6.19	Expropriações silenciosas	37
6.20	As Varias Tentativas dos Planos Directores para Luanda	39
6.21	Instabilidade levou á expansão desordenada em Luanda	40
6.22	Luanda com centro politico e administração	41
6.23	Requalificação do Rangel em estudo	41
6.24	Requalificação Luanda define polígono do centro administrativo	42
6.7	Urbanismo pede celeridade na desminagem das reservas	42
6.8	Precisamos inverter a tendência de se » betonizar Luanda »	42
7	TERRA	44
7.1	Benguela abandona a produção de açúcar	44
7.2	Expropriação de terras	45
7.3	Reabilitação da vala de drenagem permite realojamento de famílias	46
7.4	Serviços de Fiscalização travam obras em Viana	46
7.5	Sinistrados das Chuvas rejeitam tendas	46
7.6	Adoptado modelo sobre propriedade da terra	47
7.7	Terra Património do Povo	47
7.8	“ A Policia de Viana também é culpada “	48
7.9	Administração da Ingombota põe fim ás construções ilegais	48
8	SERVIÇOS BASICOS	49
8.1	Água potável para milhares de famílias	49
8.2	Mortes por cólera no Huambo	49
8.3	Referência nacional no sector da limpeza	50
8.4	Água para Todos	50
8.5	As festas , as chuvas e o lixo	52
8.6	Batota de tráfico de » influência no negócio do lixo	53
8.7	Moradores do Kikolo denunciam venda ilegal de água	53
8.8	Distribuição de água potável e energia está melhor no município da Maianga	54
8.9	Falta de água e de energia preocupa moradores do bairro da Açucareira	54
8.9	Mais Energia no Sambizanga	55
8.10	Cunene avisa a população para tratar água de consumo	55
8.11	Aldeia Nova já tem água	56
8.12	Comerciantes de água alteram preços	56
8.13	Mais chafarizes no Sambizanga	56
9	AMBIENTE	57
9.1	Calemas assolam a Ilha de Luanda	57
9.2	Calemas provocam mortes em Luanda	57
9.3	Comité Nacional Planeta Terra lança manual sobre o Ambiente	58
9.5	Ministério do Ambiente declara o ano dedicado á protecção da biodiversidade	59
9.6	Ministro das Telecomunicações visita empreendimento técnicos	59
9.7	Chuvas e vento forte no Bie matam e destroem habitações	60
9.8	Legislação urgente	60
9.9	Calemas fazem mais destruição na camuxiba	61
9.10	Protecção a Biodiversidade nas prioridades	61
9.11	Calemas de Dezembro ainda sem explicação	62

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Combate á Pobreza é uma prioridade de Muteka

Jornal de Angola

2 de Janeiro de 2010

O governador do Huambo, Faustino Muteka, apontou como prioridades do governo, para o ano 2010, o combate à fome e à pobreza e a harmonização das forças vivas, para prestarem melhor serviço no processo de reconstrução e desenvolvimento da província.

O governador, que falava quarta-feira aos membros do governo da província na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, pediu a colaboração de todos e em especial dos técnicos e estudantes da Universidade José Eduardo dos Santos na elaboração de projectos que possam acelerar o desenvolvimento da província.

"Para 2010 esperamos fazer a retoma do crescimento e desenvolvimento económico e social da província do Huambo, começando por criar harmonia e unidade de todas as forças vivas da província e incentivarmos as equipas técnicas da Universidade José Eduardo dos Santos, nomeadamente as faculdades de Agronomia, Veterinária e Economia para apoiarem projectos de desenvolvimento rural e de combate à fome e à pobreza," realçou

Governador. "

Faustino Muteka prometeu também estimular o melhor desempenho de todas as instituições e direcções da província para darem respostas céleres às preocupações das populações e requerimentos dos cidadãos, evitando burocracia na decisão dos processos.

O governador destacou como estruturas de apoio para o programa de combate à fome e à pobreza na província, a criação de bancos de sementes comunitários, regulação e actividade em apoio às comunidades para que haja stocks de sementes de batata, milho e feijão e soja e mudas de plantas cafécolas e de florestação.

No próximo ano, vão ser criadas condições para a fixação de investigadores dos Institutos de Investigação Agrária e Veterinária na província em parceria com o Ministério da Agricultura

De acordo com o governador, 78 por cento da população do Huambo dos mais de dois milhões, correspondente a mais de 300 mil famílias, dedica-se à agricultura, por isso é necessário apoiá-los, para que se possam cumprir os objectivos do Governo.

O governador Faustino Muteka vai apoiar este ano

todos os empresários que apresentarem projectos concretos, para a reabilitação de indústrias, fábricas, hotéis, escolas hospitais, e mini-hídricas e contribuirão para o desenvolvimento da província.

1.2 A assistência social

Jornal de Angola

8 de Janeiro de 2010

Não é novidade para ninguém que no país existem muitos milhares de pessoas carentes, em consequência sobretudo do longo conflito armado que assolou o nosso país.

A guerra gerou situações que levaram muitas famílias a viver em condições sociais precárias, tendo o Estado, através de organismos competentes, gizado programas destinados a ajudar muitos angolanos que em diferentes regiões do país enfrentavam dificuldades de vária ordem.

A criação de um Ministério de Assistência e Reinserção Social visou atenuar problemas sociais no pós-guerra, para que, particularmente, muitas famílias sem quaisquer rendimentos pudessem ser protegidas e ter um mínimo de condições para viver.

O esforço de reconstrução nacional tem passado também pela aplicação de uma política de solidariedade, que leve conforto a muitos milhares de angolanos e que crie

Condições para que várias famílias tenham fontes de rendimento para poderem ter lares estáveis e resolver os seus múltiplos problemas.

A estabilidade da família é um dos grandes objectivos do Estado, que tem criado os mecanismos necessários para que os seus membros vivam num ambiente que proporcione o seu desenvolvimento integral.

Especial atenção tem sido dada pelo Estado angolano às crianças que, nos termos da Constituição, "constituem absoluta prioridade". A nossa Lei Fundamental dispõe claramente que "o Estado deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade das crianças (...) e a criação de condições para a sua integração e participação na vida activa da sociedade".

A assistência social, sendo uma importante vertente de solidariedade e apoio para com os que mais precisam de ajuda, deve continuar a ser uma das prioridades do Governo, que está consciente de que terá ainda por algum tempo de atender a muitas preocupações de angolanos que, por diversas razões, não podem por enquanto resolver por si sós muitos problemas que os afectam.

Mas a par da assistência social que o Estado vai concedendo a pessoas carentes, as autoridades têm criado condições que permitem a criação de empregos, a fim de que muitas pessoas possam ter uma fonte de

rendimento para satisfazer as suas necessidades. As autoridades criaram mecanismos que permitem que muitas centenas de jovens tenham acesso a crédito bancário para a criação de pequenos negócios, em condições que não são muito onerosas para os beneficiários dos empréstimos.

Trata-se de uma medida correcta, esta de incentivar as pessoas a produzir com financiamentos de bancos comerciais para arranque de projectos. A economia não vive SÍJ de grandes empresas, mas também de pequenas empresas que, além de gerarem emprego, fazem multiplicar a produção de bens e serviços.

Acreditamos que os que têm recebido créditos bancários para realizarem negócios saberão utilizá-los da melhor maneira, até porque estarão naturalmente interessados em tomar cada vez mais rentáveis os seus negócios para poderem ter uma fonte permanente de receitas, que permitam sustentar as suas famílias, combatendo-se a pobreza.

Que os bancos comerciais continuem a estar disponível para emprestar dinheiro, sobretudo àquelas pessoas que realmente dele necessitam e tenham capacidade para empreender negócios rentáveis, a fim de que haja cada vez mais pessoas empregadas, particularmente jovens e mulheres, o que vai resultar, por exemplo, em menos criminalidade no país.

1.3 BNA quer retirar o dólar do sistema financeiro

Jornal Expansão

8 de Janeiro de 2010

O Banco Nacional de Angola, na voz do seu governador Abraão Gourgel, declarou como prioridade o desincentivo à circulação da moeda americana no sistema financeiro. A empreitada será levada a cabo este ano através do pacote de medidas que visam privilegiar o kwanza em diferentes frentes. O BNA assegura, no entanto, que vai fazer permanecer a liberdade de manutenção e, inclusive a abertura de contas em moeda estrangeira.

Abraão Gourgel, garantiu que como parte destas medidas, o BNA como parte destas medidas, o BNA vai também trabalhar para fiscalizar o cumprimento escrupuloso da lei cambial, lembrando que “constitui criem a recusa do kwanza como meio de pagamento em território nacional ocorre de maneira directa e indirecta com prática de taxas de câmbio que penalizam a moeda nacional.

O governador do BNA garante que estão criadas as condições para que os agentes económicos e as famílias adoptem progressivamente a moeda nacional para efectuação de transacções internas, após se ter ultrapassado o momento mais difícil da crise, que

permitiu já uma desaceleração da taxa de inflação e a estabilidade da taxa de câmbio.

Abraão Gourgel, que discursava no encerramento do II Fórum sobre a “Dolarização da Economia Angolana”, promovido pela Associação Angolana de Bancos (ABANC), afirmou que o país registou uma redução acentuada da taxa de inflação anula de 105,6% em 2002, par 13,2% em 2008, e uma média de câmbio em torno dos 79,79 kwanzas nos últimos cinco anos.

O BNA juntamente com o IMIS, empresa interbancária de serviços, tem vindo a criar infra-estruturas e instrumentos para facilitar os pagamentos em moeda nacional. São exemplo disso, o sistema de pagamento em temporal real para transacções interbancária com valores elevados e o cartão multicaixa.

Sobre a possibilidade de utilização de medidas de valor cambial ajustado para a constituição da reserva obrigatória nas duas moedas, Abraão Gourgel disse ser está uma “solução a estudar, apesar de existir uma inclinação para uma primeira fase se constituir reservas na moeda de captação”.

Por outro lado, salientou ser fundamental que a transição para uma situação de moeda única, como intermediária de troca, seja um processo faseado e paulatino, de modo a evitar perturbação no mercado.

A percentagem de moeda nacional no mercado nacional passou de 48%, em 2008, para % em 2009, apesar da crise financeira internacional ter interrompido o processo desdolarização com o dólar a atingir níveis mínimos de 42% de depósitos em 2008.

Além de pagamento de operações de capitais, a economia também processa a procura de divisas para desempenhar funções da moeda nacional, com curso legal ou mesmo para intermediação de trocas e para as reservas de valor.

Abraão Gourgel defendeu que o comportamento que se nota na economia nacional, de procura de divisas para fins legítimos, deve ser evitado, salientado que a moeda estrangeira deve servir, preferencialmente, para o pagamento de operações de mercadorias com o exterior.

A crise financeira mundial, que se tornou evidente em Junho de ano passado, assentou a procura legítima e ilegítima da moeda estrangeira. Segundo o governador do Banco Central, a média estimada em 2008, situava-se nos 35 milhões USD transaccionados por dia.

Os níveis de dolarização são medidos pela proporção dos depósitos em divisas e a percentagem destas no meio de pagamento.

Em 2000, os depósitos estavam nos 70%, passado para 42% em 2008. Até Outubro do ano em curso, os depósitos em moeda estrangeira rondavam os 49%.

1.4 Que condições sociais se esperam para os angolanos em 2010

Jornal Expansão

8 de Janeiro de 2010

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acaba de publicar (Outubro de 2009) o seu já tradicional e clássico Relatório de Desenvolvimento Humano, onde se podem obter praticamente todas

As informações sobre as condições sociais do conjunto de países membros do Sistema das Nações Unidas. Uma vez mais a Noruega ocupa a primeira posição, com o IOH mais elevado do mundo (0,971), uma das mais altas esperança de vida do planeta (81 anos), um rendimento médio por habitante de 60 mil dólares e uma reserva de capital humano de excelência (taxa de escolaridade bruta combinada de 98,6% e taxa de analfabetismo dos adultos igual a zero por cento).

O IDH passou a ocupar, desde que foi criado em 1991, o lugar do PIB por habitante como aferidor das condições de vida dos países. Ao inserir no seu cálculo três indicadores sociais (dois da educação e um da saúde), o IOH dá uma imagem mais aproximada da distribuição dos resultados do crescimento económico, nomeadamente, pela diferença entre os rankings do índice

e do PIB por habitante. No entanto, em termos de distribuição dos rendimentos, o índice de Gini continua a ser a medida mais aproximada do fenómeno.

Utilizando o IDH como medidor geral das condições de vida em Angola

e procurando dar-lhe uma perspectiva temporal, verifica-se que entre 1995

e 2007 o seu valor passou de 0,344 para 0,564, uma variação de 63,9%. Entre 1995 e 2002 o IOH em Angola manteve-se sensivelmente no mesmo valor, traduzindo que as condições sociais

não se tenham alterado numa forma adequada. É depois de 2003 que se registam ganhos importantes no valor deste índice.

No entanto, se analisarem

Os componentes do IDH chegam

À conclusão que o factor mais determinante da sua melhoria no nosso País foi o PIB por habitante. Com efeito e

Segundo os diferentes Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD, o rendimento médio evoluiu de 1839 dólares em 1995 para 5385 dólares em 2007, uma variação de 193%, três vezes mais do que o ocorrido para o valor global do índice de desenvolvimento humano. O intenso crescimento económico registado

entre 2002 e 2007 explica a acentuada variação no valor do rendimento médio por habitante, que não teve consequências estruturantes

Em termos de melhor distribuição do rendimento, nem de melhorias significativas nas condições sociais

Da população.

Na verdade, as componentes sociais do IDH em Angola não tiveram, nem um comportamento uniforme ao longo do período, nem os registos se assemelham ao do PIB por habitante. Por exemplo, a esperança de vida à nascença – que sintetiza as condições de acesso à saúde e aos sistemas de assistência e previdência social até diminuiu entre 1995 e 2007, tendo passado de 47, 4 anos para 46, 5 anos. Já a taxa de alfabetização dos adultos, que se tenham mantido inalterada em redor dos 47 % da população com idades entre 15 e 64 anos até 2003, melhorou consideravelmente para 67, 4 % em 2007. Os programas de alfabetização levados a efeito pelo Governo acabaram por dar resultado muito positivos, melhorando a capacidade de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho e contribuindo para o incremento da produtividade média da economia. Em termos de stock de capital humano de excelência dado pela taxa de escolaridade bruta combinada primário, secundário, – o nosso país está nos lugares mais baixos do ranking mundial, não tendo o seu valor atingindo 35 % em 2007. As melhorias ocorridas depois de 2004 ficaram-se em grande parte, a dever à explosão do ensino privado, a dever à explosão do ensino privado, Universitário e secundário.

O indicador que mede o grau de transformação do crescimento em desenvolvimento económico é dado pela diferença entre os rankings mundiais do IDH e do PIB por habitante. Valores positivos significam que o crescimento gerou oportunidades concretas de melhoria nas condições sociais de vida, através da distribuição do rendimento, acesso à educação, saúde e previdência social.

Valores negativos simbolizam um agravamento da concentração de rendimentos e da riqueza e afastamento da maioria da população dos benefícios do crescimento económico. Cabo Verde, apesar da sua pequena dimensão e de variadas dificuldades, apresentou em 2007, um valor positivo para esta diferença, enquanto a África do Sul, o Botswana e a Namíbia, registam um valores negativo elevado. Em 2007, o Botswana um dos valores negativos mais elevados do mundo (-65), só suplantado pelo na Guiné-Equatorial (-90).

No nosso país diferença de posições entre o IDH e o PIB por habitante tem sido de -42 em 2007. Recordar-se que o índice em Gini em 2005 foi de 0,62, fazendo de Angola um dos países de maior concentração do rendimento.

O Governo angolano tem dispensado verbas crescentes

nos sectores sociais (educação, saúde, segurança social habitação e serviços comunitários). De acordo com os relatórios de execução orçamental do Ministério das Finanças, em 2004 os sectores sociais absorvem 6,5% do PIB e 17, 1% das despesas públicas e em 2007 essas percentagens forma de, respectivamente, 12,3 % e 35,6%, praticamente uma duplicação em 3 anos. Três questões se colocam, para se poder perceber a resistência á melhoria mais substantivas das condições de vida da população: a convivência entre o mundo da política e dos negócios (já muitas vezes denunciada pelo o Presidente da República e o papel do sector privado no processo de distribuição dos resultados da sua actividade económica.

Olhando para o sector da saúde, o Governo aprovou, 2007, despesas num valor correspondente a 5, 3%. Em 2008, as despesas autorizadas diminuiram para 5 % do total das despesas públicas, tendo sido executada 4,7 %. São, portanto, evidentes as deficiências nos serviços públicos de fornecimento de cuidados de saúde, á maioria da população de baixa condição, sendo prova os recorrentes protesto dos utentes dos hospitais e centros de saúde. O PNUD, no seu relatório de 2009 estima que o índice de pobreza em Angola, em 2007 pode ter sido de 27, 2% (dos mais elevados do conjunto de países abarcados pelo o IDH) e que a população auferindo menos de dois dólares por dia representou cerca de 70 % do total da população angolana.

A probabilidade de se viver até aos 40 anos foi calculada em 38,5 %.

A cumplicidade entre o poder económico e o poder político continua a ser uma situação e capital gera corrupção e contribui para que os grupos influentes se apoderem dos frutos do crescimento económico e passem por cima dos interesses da maioria dos cidadãos sem quaisquer escrúpulos.

E , é justamente, neste ponto que se coloca a terceira questão, a do papel do sector privado no processo de distribuição dos resultados do crescimento económico.

Entre 2002 e 2008, o PIB nacional cresceu a uma cedência média anual de cerca de 18,5%, mas o salários média anual limitam-se, na melhor das situações, a acompanhar a taxa de inflação anual. De acordo com resultados preliminares dum estudo de Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, o salário médio deve ser equivalente a 5700 dólares em 2008 (uma média mensal de cerca 440 dólares). Se estas estimativas forem correctas, a participação das remunerações do factor trabalho no PIB não deve ter excedido os 45, % (valor baixo explicado pela alta taxa de desemprego e pelo valor reduzido do salário médio). Igualmente preocupante é aparente tendência de deterioração deste rácio depois

de 2006, confirmando a dificuldade do sistema social angolano de transformar grande parte do crescimento económico e de repartição do rendimento, competindo, sobretudo, aos empresários cuidarem desta componente do PIB através da reserva dum percentagem adequada dos seus lucros – que contém uma componente especulativa penalizadora da população, mormente a de actividades económicas o emprego), melhorar as capacidades técnicas e profissionais da mão de obra, incrementar a produtividade, reforçar os sistemas de assistência e previdência social, ajudar as comunidades mais desfavorecidas e praticar preços justos. Só desta forma grande parte da população poderá receber a sua fatia do bolo do boom económico.

Os cidadãos comuns estão estrangulados por cinco grandes dificuldades: encontrar habitação, receber cuidados de saúde, escolarização os filhos, ter uma reforma adequada a auferir um salário condigno.

Se não ocorrerem alterações estruturais estruturantes e sustentáveis nas diferentes variáveis e processo socioeconómicos, muito dificilmente as condições sociais dos angolanos melhorarão

1.5 Banco lança Fundo de Pensão de Poupança

Jornal de Angola

14 de Janeiro de 2010

ABESAACTIVEF, Sociedade Gestora do Banco Espírito Santo Angola, lança um Fundo de Pensão para a poupança na reforma, com rentabilidades estimadas a médio e longo prazo.

Além da pensão obrigatória a que todos os trabalhadores estão vinculados, O BESAACTIVEF cria para aos clientes, um plano de pensão baseado em poupanças.

A directora da BESAACTIVEF, Sandra Santos, informou em entrevista ao Jornal de Angola que os fundos de poupança consagram juros a partir de 6,5 por cento do valor, sendo que esta taxa pode variar em função do quadro salarial. "Queremos rentabilizar o máximo de pensões de reforma para um crescimento sustentado e credível", sublinhou.

Sandra Santos afirma que é intenção da sociedade gestora de pensões financiar, na altura da reforma, o pagamento aos colaboradores, empresas e particulares que queiram aderir individualmente ao plano de fundos. "Queremos implementar um programa que vai permitir aos nossos clientes dispor de pensões de reforma equivalentes ao salário que auferiam enquanto trabalhadores".

Os clientes individuais podem efectuar a sua poupança

de reforma, com o valor inicial de 100 dólares, depositados num quadro mensal, trimestral, semestral ou anual.

Para as pessoas de maior idade, aconselha a que optem pela contribuição autónoma uma vez que, desse modo, o trabalhador além de ter garantida a sua reforma, tem ainda o suporte adquirido pela poupança.

Por outro lado, Sandra Santos assegura que existe a possibilidade de suspender as contribuições, mediante apresentação de uma justificação plausível.

Nesta perspectiva, foi feito um investimento global no Fundo de Pensões em activos nacionais, em títulos do tesouro e depósitos, apesar da Bolsa de Valores e Derivados não ter arrancado. "É a primeira vez que implementamos o projecto em Angola, e achámos melhor investir num menor risco", esclareceu.

Pensão para jovens profissionais

Aos jovens que perspectivam uma reforma tranquila, a BEASACTIF contempla um plano de poupança a longo prazo. Com adesão ao plano de pensão de contribuição definida, os jovens profissionais podem aplicar os seus rendimentos numa ordem mensal.

Sandra Santos acrescenta que os clientes podem aderir ao produto financeiro através de um contrato disponibilizado pelo banco a médio e longo prazo.

Através da adesão ao Fundo de Pensão, os clientes têm acesso aos planos de reforma que surgem para dinamizar o mercado angolano na área de investimento de reforma.

As empresas também podem constituir os contratos com a BEASACTIF, onde é definido o benefício atribuído e que é gerido na óptica de rentabilizar as poupanças.

Nesta fase inicial, adiantou, a sociedade efectua a formação de quadros do Banco sobre o sistema de reforma, com vista a facilitar o esclarecimento dos clientes que se dirijam às agências a solicitar informações.

As condições impostas para a obtenção do consistem na reforma por velhice aos 60 anos de idade, invalidez, sobrevivência, doença ou morte.

Neste último caso, a reforma convertida no valor das poupanças mais a rentabilidade que as poupanças alcançaram e que são entregues aos herdeiros.

"Com a aplicação no plano de contribuição definida, o cliente pode augurar uma pensão tranquila, porque com um investimento a médio e longo prazo as pessoas podem receber um salário similar ao nível de vida actual", refere Sandra Santos.

Para os colaboradores e empresas, o banco garante o plano de contribuição definida, no âmbito de qual os benefícios são definidos em função do montante das contribuições e entregues aos respectivamente rendimentos acumulados. O benefício depende da

forma como a empresa decide distribuir as suas contribuições pelos trabalhadores e do valor e rendimento em que as contribuições são investidas. "O custo de financiamento de um plano de pensões de benefício definido deve ser estimado através da elaboração de estudos técnicos", assegurou. Na sua opinião, a ideia de poupança para a reforma ainda não está muito incutida no mercado angolano por ser pouco divulgado. No entanto, o banco tem realizado visitas aos clientes para apresentação do produto financeiro e pretende também abordar á pequenas e médias empresas.

Constituída em 2009, a BESA ACTIF é o Fundo de Pensão do BESA Opções de Reforma aprovado pelo Governo e supervisionado pelo Instituto de Supervisão de Seguros. Aprovada pelo Instituto de Segurança Social e pelo Ministério das Finanças, a Sociedade visa complementar as pensões delineadas pela Lei de Bases da Protecção Social.

1.6 Ajustamento das Projecções económicas para 2010 e 2011

Novo Jornal

22 de Janeiro de 2010

Comportamento Da Economia Mundial

Praticamente todas as projecções económicas apontam para uma retoma da economia mundial em 2009 e um possível reencontro com a sua trajectória de médio prazo interrompida em 2008 e 2009, por efeito da crise ainda vigente.

No entanto, parece que a retoma estará em volta em riscos dados que os sistemas financeiros ainda não estão estabilizados, as ameaças de novas bolhas imobiliárias ainda se não desvaneceram completamente e o desemprego continua a aumentar nas grandes economias e espaços económicos desenvolvidos será lenta e vai ser, fundamentalmente, alimentada pela China e Índia. Sera o mundo a crescer a duas velocidades.

Com efeito, a Europa e os Estados Unidos vão recuperar da crise em que mergulharam lentamente e que teve o seu epicentro em 2009. A Zona Euro apresentou uma quebra global de 4% no seu PIE, enquanto os Estados Unidos viram a sua actividade económica geral regredir 2,2%, segundo estimativas da OCDE. O FMI apresenta estimativas diferentes, embora próximas: -2,7% para os Estados Unidos e -4,2% para a Zona Euro. Para 2010, prevê-se que os Estados Unidos registem um ritmo de recuperação mais elevado do que o da Zona Euro. De acordo com a OCDE, as taxas de crescimento do PIB serão, respectivamente, 1% e 2,1%, enquanto o FMI, pela mesma ordem, estima em 1,5% e 0,3%. Para '2011, espera-se que a ainda maior economia do mundo atinja

2,8% de taxa de variação do seu outro global e a Zona Euro apenas 1,7%.

A Ásia, sinónimo de China e Índia pela sua dimensão crescente importância económica e geoestratégica mundial, e o Brasil são os países onde se esperam os mais rápidos crescimentos em 2010 e 2011. De resto, destas três economias só o Brasil entrou em recessão em 2009, com uma taxa de variação do seu PIB de -0,7%, sendo considerada a economia que melhor soube resistir aos efeitos da crise, sobretudo devido aos seus macroeconómicos fundamentais. A China e a Índia, apesar da crise ou devido a ela (costuma dizer-se que as crises podem, também, ser janelas de oportunidades), apresentaram, em 2009, crescimentos invejáveis, respectivamente 8,5 % e 5,4 % segundo o FMI. Para 2011, a OCDE prevê ritmos de crescimentos de 4,5 % para o Brasil, 7,6 % para a Índia e 9,3 % para a China. Com estas novas dinâmicas, prevê-se que as trocas internacionais passem a reunir condições mais positivas para o seu comportamento. Recordar-se que em 2009 o comércio mundial regrediu significativamente (-11,9% segundo o FMI e -12,5 % de acordo com a OCDE), tendo sido um factor relevante de transmissão da crise económica e financeira mundial para as restantes economias do planeta. Ainda assim, não é suficiente para o comportamento da economia angolana. O PIB nacional ainda é refém de variáveis económicas sujeitas, em toda a sua extensão, à influência das forças dos mercados mundiais.

Os ajustamentos que o CEIC introduziu basearam-se em quatro hipóteses:

a) Aumento de conta com a possibilidade de a economia não petrolífera poder aproveitar do incremento dos investimentos públicos e da dinâmica de diversificação que, ainda que tenuemente, se começou a registar nos últimos anos da primeira década do século XXI.

Recuperar o ritmo registado em 2007 (7,3%). Na verdade, as perspectivas do Fundo são para uma taxa de variação, em 2010, do comércio mundial de 2,5% e para 2011 a OCDE projecta um incremento de 7,7%. Este aparentemente melhorado clima internacional vai exigir a produção de petróleo até um limiar próximo dos dois milhões de barris por dia, na medida em que a própria OPEP acabará por atenuar a política dos cortes de produção e estabelecimento de quotas, devido ao bom desempenho do preço mundial do crude; b) um aumento sustentável.

Do ponto de vista do CEIC, os sectores com maior dinâmica em 2010 e 2011 serão o comércio, o turismo, a indústria transformadora, os transportes e o agonegocio. As perspectivas para o sector bancário vão depender da política monetária e cambial e a evolução da influência sobre a subida dos preços das commodities, incluindo o petróleo. O Fundo Monetário

Internacional estabelece o preço de 76,5 dólares por barril para 2010, sendo provável que em 2011 possa atingir os 80 dólares, ponto de equilíbrio entre a recuperação económica dos pesados investimentos petrolíferos e a restabelecimento .

Comportamento da Economia Angolana

A produção e o preço do petróleo continuam a ter uma importância essencial sobre o tentado do preço, do petróleo, que se estabeleceu em cerca de 59,7 dólares o barril em 2009; c) aumento das reservas internacionais líquidas derivado do incremento do valor das exportações de petróleo e diamantes, possibilitando a recuperação dos índices de confiança na política económica de mercado e incentivando o investimento privado; d) incremento das receitas fiscais do Governo e consequentemente, reposição dos níveis de investimento público.

Nos ajustamentos feitos entrou-se, igualmente, em linha produção de electricidade está dependente da sua privatização, das parcerias com o sector privado e da eficácia dos investimentos públicos.

Quanto ao índice de preços no consumidor, as hipóteses tidas em consideração foram: a) controlo da massa monetária em circulação, simbolizada pelo agregado M3; b) utilização da política cambial em favor da estabilidade da moeda nacional; aproveitando-se o eventual aumento das reservas internacionais; c) as taxas de crescimento do PIB são as que se apresentaram no quadro anterior.

1.7 As inconsequentes políticas de emprego

Folha 8

23 de Janeiro de 2010

É visível em Angola que as políticas de emprego ainda deixam muito a desejar. É uma a procurar emprego. De entre os males que o país enferma no destacam-se a corrupção e o nepotismo.

Mais de 40% da população não prego fixo e mais de 50% não pregada na área desejada se em que se formou.

Trabalhar é uma opção sem escolha, visando a sobrevivência. Outros problemas fazem parte a dia da procura incessante e desenfada do emprego ideal.

Questionado sobre a situação o sociólogo Zeca Branco Dias, professor Universitário, sobre as políticas de emprego adiantou que, apesar do país o processo de reconstrução maioria, dos jovens, está excluída desse processo porque não tem formação adequada para competir com a mão de obra estrangeira.

“ Temos vindo a constatar, nestes últimos dias, aquilo que não podemos considerar denúncia, algum alarme

parte parlamentares, a dizer necessidade de se reduzir a mão obra barata estrangeira a favor dos angolanos só será possível se apostarmos a política de formação técnico-profissional que seja qualitativa, a ao mesmo tempo rápida e no sentido de que possamos ir em todos os níveis com de e competência os quadros dos. Significa dizer que ainda índices de desemprego, lado derivado do facto de encontrarem-se fora do de ensino, o que faz com que a necessidade de trabalhar o encontram resultados no mercado trabalho".

Ainda na mesma senda, Zeca Dias aponta várias soluções melhoramento das políticas, nomeadamente a criação de

Política de abertura de empregos e, ao mesmo tempo, acção qualitativa e intensiva da obra. "Vamos ver que certos e técnicas profissionais, que em muito tempo de formar um técnico de nível é preciso mais de 6 meses, então podemos formar a juventude maneira massiva em certas profissões que exigem poucas habilitações literárias e pouco tempo para se formar, no caso de ladrilhador e electricista.

Se o Estado tivesse uma política séria e forte, de maneira concreta e objectiva, a juventude estaria qualificada para trabalhar".

Zeca Branco afirma que, dessa forma, vamos poder gastar menos dinheiro, "porque os expatriados gastam muito dinheiro dos cofres das empresas, principalmente do Estado, podendo-se assim gastar menos recursos. Muito do dinheiro que vai para o exterior ficaria no nosso país, podendo ser investido na formação verdadeira do homem angolano, porque o orgulho de um país só se forma quando os seus cidadãos estão realmente formados e enquadrados. Isso é o que nos permite formar o verdadeiro nacionalismo e o verdadeiro orgulho de sermos angolanos".

O nosso interlocutor vai mais além, dizendo que as políticas de emprego não podem descurar o sector informal, uma vez que uma boa parte da população vive desse sector ou interage com esse sector. "Qualquer política de emprego e de promoção do homem angolano que descure ou exclua o sector informal não será uma política aturada, global e de inclusão social".

Zeca Branco Dias acrescentou que é necessário recorrer a uma política de enquadramento do verdadeiro angolano, porque quando certos mercados são controlados por estrangeiros, não há verdadeira soberania nacional.

Procurando ouvir pessoas que actualmente se encontram desempregadas, saímos à rua para colher informações sobre a situação.

Questionado sobre a situação do desemprego, Vitorino João Baião, fiel de armazém desempregado, disse que há uma enorme burocracia nos Centros de Empregos fruto da fraca fiscalização

Vitorino acrescentou que é uma Utopia aplaudir e com a voz alta dizermos em voz alta que o governo chegou aí onde a gente pretendia. O Governo não tem feito quase nada para combater o índice elevado de desemprego, por falta de competência por parte das empresas empregadoras".

Miranda Lucas Garcia, estudante do 3º ano do curso de filosofia no ISCED encontra-se actualmente sem emprego. Disse que a política do primeiro emprego tem sido complicada visto que tem havido pouco emprego, poucos centros de integração e formação o que dificulta cada vez mais a vida dos jovens e não só. "Espero que as coisas mudem de rumo e que o Governo aposte na formação e educação e que em cada município se coloque um centro de formação, pelo menos. Mas também não adianta criar tantos centros de formação ou emprego se não tivermos homens formados para trabalhar nestes locais. Então, primeiro é apostar no capital humano, só depois veremos outros sectores".

Miranda Lucas Garcia vai ainda mais a fundo, dizendo que é necessário descentralizar tudo, principalmente a vertente política. Pode haver muitos postos de emprego, mas enquanto deixarem as cores partidárias falar mais alto, continuaremos no mesmo barco, onde quem não tem não come".

Elias Agostinho da Fonseca, estudante da 12ª classe, encontra – se desempregado e a cada dia que passa vê cada vez mais longe a oportunidade de ter o primeiro emprego. Disse que "se deveriam criar mais centros de formação, e aos existentes poderiam oferecer mais cursos para que possamos ter novos horizontes, e que o plano de férias é de salutar porque só vem ajudar os centros de formação e espero que continue, porque já vimos muita coisa boa nessa nossa sociedade a desaparecer. Esperamos que não seja o caso do plano de férias".

Elias diz que a política de admissão não tem ajudado em nada os jovens. "Na minha opinião nos poderíamos entrar como estagiários e, com o passar do tempo, se mostrássemos qualidade, poderíamos fazer parte do corpo permanente da empresa".

Se as empresas não tiverem esse tipo de política optem por outras. "A política de 3º a 5º anos de experiência para mim, como para outros jovens que se encontram na mesma situação, é um obstáculo, porque há quem tem capacidade, mas não tem experiência para mim e os empregadores têm experiência e os empregadores têm de reter algo em suas mentes: ninguém nasce com experiência ela adquire-se com o tempo".

1.8 Esperança de Vida dos angolanos baixou para 38 anos na última década

Jornal Agora

23 de Janeiro de 2010

Angola ainda está muito distante de melhorar os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2007 o estudo do Instituto de Medição e Avaliação da Saúde da Universidade de Washington colocava o país entre os de menor esperança de vida com uma média de apenas 34 anos, quando entre 1995 e 2000 os cálculos das Nações Unidas avançavam uma expectativa de vida de 45 a 48 anos nos géneros masculino e feminino, respectivamente.

Esta tendência negativa manteve-se até 2009 e mesmo com a paz alcançada em 2002 parece ter piorado com as análises de especialistas nacionais e estrangeiros a coincidirem, fixando a média nos 38 anos.

Ante um quadro destes, sombrio, caberia às autoridades dar respostas, mas estas nem sequer têm dados fiáveis, tarefa que caberia ao Instituto Nacional de Estatística (INE) que, por sua vez, também nem sequer pode apresentar um senso periódico da população, aprazado para 2014, a partir do qual se poderia avaliar o seu "modus vivendi".

O INE deveria efectuar estatísticas anuais que permitiriam evitar equívocos e comentários muito depreciativos das performances angolanas, segundo o economista Frederico Bongue, abordado pelo *Agora*. "Pode ser que a nossa vida seja razoável, atendendo que o homem do meio rural, por exemplo, não está exposto à poluição nem ao consumo frequente de produtos geneticamente modificados mas, infelizmente, faltam dados que poderiam aferir esta tese", referiu.

Admite-se, porém, que tanto no campo como na cidade, o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, aliando-se à frustração, sobretudo entre jovens de tenra idade, estará na origem de muitas mortes. Além do Sida suspeita-se que a entrada de muitos produtos chineses contendo chumbo é mais um passo dado em direcção à perda de vidas humanas. A CIA World Factbook considera o nosso país um dos mais mortíferos do mundo com uma taxa de mortalidade de 188,44 por 1000 crianças com idade até 5 anos.

As alterações do IDH são óbvias: Uma comparação das estatísticas de 2004 e 2005 indica que a esperança de vida baixou consideravelmente, quando no ano anterior era de 43 anos. A taxa de analfabetismo dos adultos de 32% passou para 31% e o acesso à água potável de 53% subiu dois pontos percentuais, ou seja, 51%; o acesso ao saneamento de 31% registou um recuo de 50%, e a taxa de escolarização primária de 61% fixou-se nos 194%.

Estudo Católico. De acordo com o mais recente relatório económico da Universidade Católica de Angola (Ucan), o valor de menos 33% na diferença entre as posições do IDH e do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante (em paridade do poder de compra) traduz uma perda muito elevada das oportunidades de transformar o crescimento económico em progresso social e capacidade que se vem ano após ano.

Nesta base, os especialistas sustentam serem contraditórias as consequências que o crescimento em termos, acumulados entre 2000 e 2008 tenha reflectido na melhorias das condições gerais de vida da população sendo prova disso a manutenção do índice de pobreza (40 % em 2006 e 2005 e 40,9 % em 2004).

O estudo realça questões orçamentais podem igualmente, ser alegadas como factores de abrandamento um maior impacto das reformas do crescimento e da estabilidade macroeconómica sobre, as condições de vida e emprego.

"Sabe-se que a fiscalização as despesas públicas são dois poderosos instrumentos do Governo para introduzir ajustes na alocação económica dos recursos, acomodamentos na distribuição da renda, rectificações nos equilíbrios macroeconómicos fundamentais e impulsos no crescimento económico. Obviamente que se utilizados de forma menos adequada os efeitos podem ser perversos", destaca a mesma análise.

Entre 2002 e 2008, a fiscalidade não petrolífera cresceu aproximadamente 6 vezes (cerca de 35% ao ano), significando que pela via directa (impostos sobre o rendimento) e indirecta (impostos sobre as transacções de mercadorias) a população pobre foi penalizada.

Os especialistas sublinham que esta asserção é discutível em diferentes vertentes: a primeira reporta-se à circunstância dos rendimentos da população pobre não estarem sujeitos a qualquer imposição fiscal directa, o que, na sua óptica, é verdade. "Portanto, por aqui pode não ter-se verificado nenhuma punção do rendimento dos pobres. Se assim for, então a progressividade ocorrida na fiscalidade não petrolífera, durante o período em referência, pode ter afectado, de forma mais incidente, a relativamente pequena classe média angolana, cuja deterioração das respectivas condições de vida pode ter, também, sido ampliada pela excessiva valorização cambial do kwanza".

A segunda asserção socorre-se no facto das transacções do mercado informal aonde a população pobre se abastece escaparem a todas as formas de tributação, exactamente devido à sua submersão. "No entanto, analisadas as fontes de abastecimento desta sub-economia, constata-se que são as importações sujeitas às tarifas da pauta aduaneira em vigor e a produção interna - passível do imposto de consumo e de outras incidências tributárias indirectas - as duas origens exclusivas de abastecimento, podendo-se, por

consequente, concluir, ter ocorrido uma penalização dos rendimentos dos pobres", realça ainda o estudo.

Contrastes. Depois do fim da guerra o Governo elegeu para o desenvolvimento do país a construção de infra-estruturas que, além de estradas, incluem o acesso à água potável, postos médicos, escolas e saneamento básico.

No entanto esse esforço ainda não chegou aos lugares recônditos, havendo muitos casos em escolas sem professores alunos, como em Cabinda ou postos de saúde sem médico como em Caiundo, no Kuando-Kubango.

Quanto ao saneamento mesmo em Luanda existem muitas debilidades para uma cidade concebida para 500 mil habitantes, mas que hoje nela há mais de 4 milhões de almas segundo estimativas.

"Tiram-nos casas, constroem casa, estradas sem valas de drenagem, edifícios sem observância de regras de segurança e constroem escolas mas e cem as elementares normas pedagógicas, temos bancos sempre sem sistema, hospitais sem condições de atendimento a reinserção social não assiste devidamente os necessitados

enfim, temos governantes que não governam, matam-nos a bala, mas também psicologicamente", rematou o antropólogo J.Mavulo .

1.9 Incubadora (não) cria empresas e postos de trabalho (inexistentes)

Folha 8

23 de Janeiro de 2010

O ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) desenvolve, desde 18 de Agosto e 2008, o programa de "Empreendedorismo na Comunidade" que já formou 1.582 pequenos empresários e criou postos de trabalho.

-No âmbito do programa do passado ano, foram colocadas no mercado seis empresas que geram 71 postos de trabalho.

Jacinto Ferreira, director da Incubadora de Empresas do MAPESS, recusou que, durante o ano passado, as pequenas empresas saídas incubadora receberam créditos o valor de 201.055 mil dólares.

O capítulo da formação, Jacinto Ferreira disse terem sido ministra os cursos, com destaque para a elaboração de planos de negócios.

Fica, formação de preços e cálculo de custos, técnica de negócio, a empresa nos novos tempos, auto-atendimento, administração e competências, legislação tributária, gestão de recursos humanos, contabilidade e fiscalidade á luz do regime jurídico angolano, intermediação e arbitragem empresarial, Higiene e

segurança no trabalho e água inglesa.

O director da Incubadora de empresas assegurou o programa de "Empreendedores na Comunidade" ter visado potenciar as actividades geradoras de rendimentos nas comunidades, permitindo a criação e a manutenção de postos de trabalho, através do auto-emprego, oferta de bens e serviços com valor, acrescentado a nível das comunidades, incremento dos níveis de rendimentos das famílias e a disseminação da cultura do empreendedores, para que os potenciais empreendedores possam identificar oportunidades de negócios a nível das comunidades, ministrar acções de formação profissional e de gestão empresarial em função das especificidades dos grupos-alvo e proporcionar o acesso dos empresários ao sistema de crédito da banca comercial.

O director da Incubadora de Empresas do MAPESS, Jacinto Ferreira Domingos, frisou o programa estar a ser desenvolvido em paralelo com o "Programa de Integração dos Jovens na Vida Activa" que visa dar apoio aos jovens à procura do primeiro emprego. Jacinto Ferreira disse nada impedir que as acções incidam sobre outros grupos alvo, tendo em atenção a forma e a substância dos conteúdos ministrados, caracterizados por um sistema modular que se adapta facilmente ao nível de escolaridade e à faixa etária do beneficiário.

O titular da pasta sublinhou que, a par das acções de formação, o MAPSS tem criado infra-estruturas para apoiar micro-empreendedores.

Incubadora de Empresas

A incubadora é uma infra-estrutura dotada de serviços e facilidades que visam a criação e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, para diminuir os factores de mortalidade deste segmento empresarial. É uma instituição de âmbito nacional e existe há três anos. A Incubadora de Empresas coloca à disposição dos empreendedores serviços e facilidades de espaço físico, formação empresarial, assessoria jurídica, financeira e de contabilidade, aproximação com instituições de financiamento, identificação de potenciais clientes e fornecedores e oportunidades de negócios.

Crédito Amigo

o programa de "Empreendedorismo na Comunidade" contempla uma componente de micro-crédito a que se designa de "Crédito Amigo", desenvolvida no quadro de uma parceria entre o MAPESS e o Banco de Comércio e Indústria, Banco de Poupança e Crédito e o Novo Banco.

Jacinto Ferreira realçou que, para minimizar os custos operacionais concessão dos créditos e mitigar os riscos de falta de pagamento, se estabeleceram parcerias institucionais com as Administrações Municipais, na

identificação dos potenciais beneficiários.

O director da Incubadora de Empresas assegurou que a execução do processo de recolha e de análise proporciona aos empreendedores a condição de cliente do banco, o que permite que se possa habilitar ao micro financiamento num valor de 500 dólares em moeda Nacional, acrescentando que a taxa de juro é de 1,67 por cento ao mês num período de 12 meses com três meses de carência.

2 MICROFINAÇAS

2.1 O crescimento da banca angolana parece ilusório

Jornal Capital

09 de Janeiro de 2010

A actuação da banca angolana ainda não tem correspondido as expectativas do sector produtivo nacional, naquilo que são as políticas de crédito, segundo a Associação Industrial de Angola (AIA).

O presidente desta organização económica, José Severino, tem vindo a considerar que o sistema bancário do país insiste em manter-se fechado na hora da concessão de crédito, o que, segundo ele, pode complicar a concretização do desafio lançado pelo Chefe de Estado angolano: o de relançar a produção interna.

Segundo o industrial, não será tão fácil arrancar com a produção interna, com um sistema bancário ainda reservado, na hora da concessão de créditos.

No mercado angolano, o crédito bancário ainda é oneroso, com os juros a rondarem em tomo de 22 por cento.

A Associação Angola de Bancos explica que a prudência está no facto do país não dispor de uma central de riscos, mecanismo que permitiria, aos operadores bancários, conhecer melhor o perfil do credor.

Ainda assim, os bancos não deixaram de conceder empréstimos, apesar da crise financeira mundial, que também atingiu a economia angolana, conforme o disse em tempos o presidente da ABANC, José Massano.

Um estudo sobre a banca angolana recentemente publicado pela consultora KPMG é, pelo menos, revelador disso mesmo. Diz o estudo que o crédito líquido total concedido, em 2008, pelo conjunto de bancos a operarem no país registou um crescimento na ordem dos 59 por cento face à 2007, com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) a destacar-se neste aspecto, entre os demais intervenientes.

AKPMG atribui a este banco de capitais públicos a responsabilidade pela concessão de 20,75% do total de crédito disponibilizado pela banca, superando o BFA e o BAI, que surgem em segundo e terceiro lugar, com quotas superiores a 16 por cento cada um.

Ainda assim, entidades como o economista Mário Palhares olham para o volume de crédito que tem sido concedido pelo conjunto de banco como uma exiguidade, perante aquilo que são as necessidades do mercado nessa matéria.

Essa é, aliás, uma realidade manifestada, em diferentes ocasiões, pelo presidente da Comissão de Reestruturação da ANIP, Aguinaldo Jaime, que, volta e meia, pede aos bancos a não se limitarem apenas em

captar poupanças dos clientes, mas também concedendo cada vez mais crédito a economia.

Indicadores disponíveis colocam o país mal posicionado em relação à variável crédito. Dizem os números que a taxa de conversão dos depósitos em crédito ao nível de África ronda em 50 por cento, contrastando com a realidade angolana, onde essa taxa nem sequer atinge os 3 por cento.

«Quer isso dizer que precisamos mais crédito para fazer a economia crescer, sublinha Mário Palhares, que se queixa ainda dos elevados custos de intermediação bancária. !

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Responsável da Polícia Económica fala sobre a contrafacção de produtos

Jornal de Angola

10 de Janeiro de 2010

A fragilidade das economias constitui um dos factores que concorrem para o incentivo da entrada de produtos contrafeitos no mercado africano, considerou sexta-feira, em Luanda, o chefe de departamento nacional dos delitos de propriedade intelectual da Polícia Económica, Apolinário Domingos.

De acordo com o responsável da Polícia Económica, que falava numa palestra sobre a fiscalização das actividades económicas durante a realização de grandes acontecimentos, outro factor que incentiva a contrafacção é a despenalização de determinados actos criminais económicos.

Na sua intervenção, mais voltada para a realidade angolana, Apolinário Domingos disse que a descapitalização do parque industrial nacional tomou os consumidores vulneráveis a toda espécie de produtos que entram no país, pois não existem muitas opções de escolha.

Para o também professor universitário, os agentes económicos têm sido "alvo fácil" de manipulação, por parte dos produtores de bens contrafeitos, devido à sua fraca base de formação. Segundo dados sobre a realidade africana

apresentados na palestra, grande parte dos produtos que circulam nos mercados do continente são contrafeitos, com realce para 27 por cento dos medicamentos consumidos, 57 por cento dos anti-palúdicos, 23 por cento dos produtos electrónicos e 13 por cento das peças sobressalentes são contrafeitos. Relativamente ao mercado nacional, disse que, em 2009, a Polícia Económica registou mais de 900 casos de produtos contrafeitos, superando os 410 casos de 2008. Disse que durante o ano transacto, a Polícia Económica apreendeu 71.148 DVD, 736.438 CD, 11.020 K7/áudio e 26.697 VCD, representando o dobro de material discográfico apreendido em 2008.

3.2 Um Remendo para Sobrevivência

Jornal Novo Jornal

15 de Janeiro de 2010

Trabalham muitas vezes por dia. Concentram-se frequentemente fora das localidades, servindo de suporte para os imprevistos de uma viagem feita por um camionista de longo curso ou por quem usa o seu meio de transporte diário para uma viagem interprovincial.

Os kwanzas que vão amealhando ao longo das horas de trabalho dão para a sua sobrevivência e para o sustento da sua família, porque muitos deles já possuem mulher e filhos. A cola, remendo e algumas quantidades de ar sopradas por meio de um compressor ou de uma bomba de pressão garantem um dia de estômago cheio.

"Há sempre um cliente para atender, o importante é fazer um trabalho eficaz" disse o jovem Colombo, trabalhador de uma das recauchutagens do bairro Palanca, localizada na rua do Sanatório. Ali a concorrência é feroz. Numa única avenida várias oficinas de pneus estendem-se de 300 em 300 metros. Ainda assim, nada que tire o sono aos

Trabalhadores do ramo. Mas a concorrência não é problema. Temos que confiar no nosso trabalho e nada mais", garante Colombo.

Com um fato –macaco vestido de forma incompleta, as mangas amarradas na cintura e apresentação típica de um mecânico, atendeu –nos o "Ti Chico", como é chamado pelos seus ajudantes na recauchutagem do qual é dono, localizada há alguns anos no kilometro 9, estrada de Viana. Aquele empreendedor não deixa de falar das dificuldades e sacrifícios que muitas vezes são necessários para trabalhar, reconhecendo que estão expostos a muitos perigos e que não obedecem às regras de segurança orientadas pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPFSS).

Em grande parte das oficinas de reparação e venda de pneus é visível entre os operativos a ausência do uso de um par de botas, luvas, ou um fato em condições. Houve quem respondesse à nossa reportagem que "esses mambos, para além de serem caros, são desconfortáveis". A única coisa que alguns usam são os coletes reflectores por exercerem a actividade à beira da estrada, muitas vezes.

VIDA NOS REMENDOS

Por Luís Adriano, Man Loias para os amigos, passaram muitas situações enquanto operador de recauchutagem. Chegado a Luanda nos anos 80, vindo do município da Kibala, dedicou grande parte da sua vida a remendar pneus. Por pouco não perdia a vida num acidente de trabalho aos estourar um dos pneus cujo aro, mal colocado, saltou para o rosto, deixando-o inconsciente e com o nariz ferido e com uma grande cicatriz.

Aprendeu a profissão em diferentes recauchutagens. Muitas delas já não existem, mas uma das quais Vulcap, que estava localizada na avenida Cónego Manuel das

Neves .

No que toca ao cadastramento de pessoas que exercem essa actividade Julião Silva , professor responsáveis de um dos centros de formação do INEFOB (Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional) disse que se torna difícil fazer formação nessa área , uma vez que a carência de meios é o handicap principal . “ Dar formação nessa área requer um investimento em meios de oficina , o que é oneroso “disse.

Para o professor Julião, a aprendizagem na convivência com o trabalho é ainda a melhor via , até que um dia as entidades responsáveis entendem investir neste segmento .

Quanto a distribuição , aquele professor disse que “ as coisas começam pelo cadastramento “ . Falando da sua experiência enquanto funcionário do MAPESS Julião diz que a desobediência em muitas das orientações dadas a calcanhar de Aquiles que encontraram em muitas tentativas que já forma feitas.

Sobre isso alguns reparadores de pneus foram directos em responder que recorrem a ninguém para a aquisição do Kit básico de recauchutagem. “ Se tivermos que pagar a alguém pelo o trabalho que fazemos num determinado local, fazemo-lo na administração “, disse o jovem Colombo, um dos entrevistados.

Alguma organização interna já é vista em alguns desses locais, como na recauchutagem da Chicala em que os responsáveis pela a contabilidade assumem as despesas junto da administração comunal da Ilha.

Agostinho Silva, chefe dos serviços, técnicos da administração do Sambizanga, disse que essa actividade é exercida muitas vezes à revelia das instituições administrativas. Tudo, porque a fiscalização não aperta o cerco.

Aquele responsável não deixou de falar de outras empresas desse ramo que se apresentam com uma estrutura mais fiável e organizada, citando o caso da recauchutagem da avenida Ho Chi Min.

Distribuição Desordenada

Estão na sua maioria localizadas nos arredores da cidade. No centro de Luanda quase não se vêem. A justificação é simples: "Não há nenhum lugar onde nos possamos nos instalar, mas vontade não falta". Segundo recomenda Betinho Nzuzi, da recauchutagem da Chicala, quem tiver um pneu furado na sua viatura tem que chegar até à entrada da ilha, no desvio por detrás da fortaleza ou terá que se dirigir para a estrada da Samba. Essa distribuição irregular, ora inexistente numa grande extensão e outras vezes muito próximas uma das outras, revelando uma concorrência desequilibrada, denota falta de organização. Muitos deles passaram pelas escolas de artes e ofícios e centros de formação onde

puderam aprender como trabalhar nesse domínio da mecânica automóvel.

Evolução tecnológica

Os artificios da tecnologia estendem-se também para este ramo de é actividade. Hoje já não é necessária a remoção de um pneu na viatura para que seja reparada. Com um pedaço de tira de fibra misturado com um tecido, ruja aparência se assemelha a uma metade de chouriço, é possível fazer a emenda de um pneu, com garantia de que aquele furo não vai constituir chatice no futuro. Timóteo, jovem recauchuteiro da Rua Lino Amezaga, avenida principal dos Congolezes, disse que a invenção desse meio veio facilitar a vida a muita gente. "Nesses casos, o automobilista tira maior rendimento do tempo que muitas vezes não está a seu favor, devido aos engarrafamentos".

A par disso, o tradicional remendo Tip Top, a cola e o machão são ferramentas sempre presentes na actividade de recauchutagem, principalmente quando se trata de um pneu com câmara que perdeu para a evolução dos pneus que já trazem a bóia interna de ar.

3.3 Genoveva Lino avalia a odisseia das zungueiras

Jornal da Independente

16 de Janeiro de 2010

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, reuniu-se esta quarta-feira, 14, com os seus parceiros sociais, para avaliar o trabalho efectuado no ano 2009 e perspectivar o ano 2010. Mais de 50 mulheres estiveram presentes, representando associações não governamentais como a Federação de Mulheres Empreendedoras, Associação das Mulheres Desportistas, Associação Beneficiante Cristã, Associação da Liga das Mulheres de Angola, Associação das Mulheres Evangélicas, Concelho de Igrejas Cristãs, Associação das Vendedoras de Angola, a Unicef, Esso-Angola e o Hospital Américo Boavida. Fazendo o rescaldo dos objectivos não atingidos em 2009, a ministra Genoveva Lino, alertando os seus parceiros sociais dos objectivos não concretizados, disse: "Nós sabemos que todas nós temos possibilidades nas nossas áreas de circunscrição, nas nossas igrejas, de desenvolver com intensidade o programa de resgate de valores. Dissemos, num dos encontros que tivemos, que fazendo alusão ao velho ditado que" educar um homem é educar um indivíduo educar uma mulher educar uma nação, que nós somos muito mais, então não temos dificuldades de educar a nossa nação. Continuamos a observar, embora vai havendo melhor i as, comportamentos menos dignos

daquilo que é o que nós pretendemos, a falta de respeito, o mau relacionamento entre pessoas da mesma família, entre vizinhos, nos locais de trabalho".

A ministra avaliou com preocupação a vida das mulheres que vendem na rua, propôs algumas soluções, e em tom crítico, falando da pouca interação com as mulheres vendedoras por parte dos seus parceiros sociais, disse: "Defende-se que as nossas companheiras que estão na rua a vender lutam pela subsistência, ok. Mas é preciso que nós trabalhemos com elas no sentido de quando estiver a fazer o seu negócio, ter o cuidado de limpar no espaço onde ela vende e quando terminar deixar limpo. Elas estão a vender produtos que vão alimentar as outras pessoas, e assim em vez de estarmos a contribuir para uma dieta sã, para a alimentação dos nossos filhos, estamos é a vender doença", alertou.

E continuando disse: "Há as moscas, a água turva, e lixo de toda espécie nos arredores das vendas. Podemos incentivar estas mulheres que estão na rua, a participar nas aulas de alfabetização, a estudar para melhorarem o seu negócio, pois sabemos que quanto mais instruídas estiverem melhor farão o seu negócio e mais rendimentos terão, sabendo ler e escrever, ela terá a necessidade de manter o espaço onde labora melhor apresentado, porque através da aprendizagem saberá as consequências provoca das pelo lixo".

Por outro lado, a ministra, disse: "Vamos cuidar do nosso futuro. Vamos ensinar essas mães está sempre não sabem cuidar dos filhos a cuidar deles, porque anda, ao sol todo dia, não tem uma alimentação apropriada na ora de alimentação apropriada nem hora da alimentação, porque a mãe está sempre desde manhã até a noite a vender o seu negócio, e já está mal disposta, cansada pelo sol e de tanto andar".

A Ministra, por fim criticando a letargia dos seus parceiros sociais, que apenas aparecem de súbito no dia oito de Março, disse; " O ano passado não nos mostraram os programas nem nos disseram o que foi feito, não nos consultaram para fazermos palestras sobre o género, educação cívica e moral, sobre violência, quando nos bairro: haver violência, crianças a serem maltratadas".

"E continua a haver muitas mulheres que não sabem o que se está a passar, e nem sabem ar para conselhos, consulas, não sabem o para resolverem o seu problema. Muitas Mulheres não sabem até agora o que é o género e o seu filho na perspectiva do género, isto não levamos a mensagem".

A ministra, preocupada com a falta de alguns parceiros sociais, disse: "Foram poucas organizações que mostraram cor capacidade para a apresentação no sentido resolver este ou aquele problema, e s vez que se entra em cada bairro, que não há mudança nenhuma". Em suma, a ministra orientou os se sociais a utilizarem

as efemérides como datas para apresentarem as propostas organizadas , realizaram o leque de actividades, para que se 8 de Março, data em que todas despertam subitamente, provocando actividades.

3.4 Policia é contra exercício ilegal de actividades económicas na região

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2010-03-01

A direcção provincial da Polícia Económica do Cunene está a redobrar as suas acções operativas, com vista a prevenir toda tentativa de exercício ilegal da actividade económica na região.

A informação foi avançada ontem à Angop, na cidade de Ondjiva, pelo porta-voz do comando provincial da Policia Nacional, superintendente Carlos dos Santos, quando apresentava o balanço semanal das actividades operativas da corporação.

De acordo com o oficial, fruto desta dinâmica do efectivo da polícia económica, no período em análise foram notificadas 31 infracções, durante a realização de 14 visitas de fiscalização, controlo e inspecção nos diversos estabelecimentos comerciais e industriais a nível da província.

Quanto às infracções registadas, as mesmas devem-se à falta de boletim de sanidade, nota de aquisição, falta de estrutura de cálculo de preço, falta de balança e o exercício irregular de actividades económica.

O oficial da corporação referiu que acções do género vão continuar, de maneira a regular e fiscalizar a actividade económica na província do Cunene.

3.5 Exploração artesanal de inertes fora de controle

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2009

"Estou a trabalhar aqui para conseguir um rendimento que me facilite a compra de alimentos para sustentar os meus filhos e adquirir os cadernos e as batas para eles, porque as aulas começam em breve". Angelina Njunju garimpa inertes, um trabalho supostamente masculino dado o esforço que exige. Encontramo-la numa manhã em que a temperatura ronda os 29°C, no bairro Valódia, conhecido por Plató. De 32 anos, tem cinco filhos e um marido que a ganha a vida na pesca artesanal.

Quando Angelina arremessa a picareta contra a rocha, saltam pequenos pedaços de pedra para todos os lados.

Pedaços que são depois agrupados em montes e expostos para venda. "Com o dinheiro das pedras conseguimos comprar comida para não apanharmos doenças, sobretudo a tuberculose. Este trabalho requer muito esforço e não dá para comer algo muito seco". Angelina refere-se, naturalmente, ao tradicional funje de milho acompanhado de peixe mulamba ou mukaku assado em brasas.

Segundo explica ao Jornal de Angola, começa a trabalhar logo às 6h : 00 e termina às 18h : 00 e embora haja dias que nem dez kwanzas consegue, noutros a coisa corre melhor e consegue ajudar o marido.

Com o pouco dinheiro da venda das pedras às não consegue sequer comprar uma lata de leite em pó, havendo mesmo ocasiões em que fica praticamente um mês sem vender nada , mas que há-de fazer Angelina ? Está tão habituada a garimpar inertes que se torna difícil mudar de negócio, embora acalente a esperança de um dia encontrar um emprego que lhe garanta uma vida mais saudável e condigna.

Angelina Njunju não é a única mulher que todos os dias se dedicam ao trabalho de britar pedra . . Verónica Sachipita , 21 anos ,mãe solteira explica que aquele trabalho foi a única maneira que encontrou para "manter acesso o fogareiro e evitar que as painéis entrem de férias “ Verónica garimpa no bairro mais populoso do Namibe, o 5 de Abril. outras mulheres, menos robustas fisicamente, não conseguem garimpar, mas enchem sacos com 50 quilos de brita, que depois vendem a 200 kwanzas ao longo das principais vias rodoviárias.

Dados recentes do departamento provincial de Saúde Pública e Controlo de Endemias dão conta que um número significativo da população do Namibe exerce um trabalho "muito esforçado", o que, aliado à fraca alimentação, a torna particularmente vulnerável a doenças como a tuberculose.

Refira-se que, além do esforço físico que exige, a técnica do garimpo artesanal de inertes inclui a queima de pneus sobre as rochas, um dia antes, para tomá-la mais permeável aos golpes das picaretas.

Negócio próspero

Ângelo Samilonga Charrote está, com a sua carrinha, a fazer o carregamento de pedras no bairro Plató, a escassos metros da Comarca. Segundo explica, as pedras são para acabar umas obras em sua casa. "Prefiro comprar as pedras aqui porque sou, seguramente, o cliente mais antigo, o que me permite discutir o preço" . Na algumas situações prefere deslocar-se ao quilómetro 26 para fazer a remoção das pedras por sua própria conta, pagando apenas aos estivadores ambulantes.

O mercado de inertes no Namibe conta também com

alguns operadores mais sofisticados, que oferecem os produtos nos seus próprios estaleiros. Um camião de areia custa sete mil kwanzas e o de barro (argila) seis mil. "Hoje os preços baixaram, em relação a dias anteriores", disse-nos um cliente que não quis identificar-se e solicitava a facturação para a compra de areia .

“ Quero rebocar a minha construída de adobo no bairro dos Eucaliptos, por causa das chuvas que nos últimos tempos tem caído quase todos os dias “.

A reportagem do Jornal de Angola encontrou na periferia da cidade, várias pedreiras, a maioria explorada de modo artesanal. Estima-se que este negócio, com os programas de fomento habitacional em curso, venha a prosperar muito mais. Já se nota um aumento de movimento de camiões carregados de areia fina e barro de um lado ao outro da cidade.

Autoridades reagem

O director provincial da Indústria e Geologia e Minas, Alcides Cabral, defendeu que é competência do Ministério da Geologia e Minas controlar a exploração de inertes, através de concessões de áreas para o efeito. Acrescentou que compete às administrações locais impedir o garimpo, porque "não é permitido por lei".

A exploração de inertes, segundo o responsável, é proibida dentro do casco urbano. Já quanto aos arredores das cidades "é do foro das administrações municipais e comunais controlar, fiscalizar ou impedir que essa actividade se desenvolva". A sua direcção, enquanto órgão do governo da província que superintende esta actividade, "compete, em conformidade com a lei de Minas, demarcar áreas fora do casco urbano e periférico da cidade, susceptíveis de virem a desenvolver uma actividade mineira em larga escala e que possa servir de fornecedor de matéria-prima para as obras".

Alcides Cabral revelou que os cais autorizados para exploração to de inertes são: do quilómetro 26 diante, para as pedras; o rio Bero , para a areia fina; o rio Giraúl de cima, para a areia grossa (como forma de desassoreamento); o quilómetro 12, para a argila; e o Quilómetro 15, para o burgau.

Num encontro mantido, recentemente, com a administração municipal do Namibe, Alcides Cabral , pediu a ajuda de algumas instituições do Estado para impedir que a actividade ilegal do garimpo de s inertes alastre, "porque é nocivo e pernicioso e pode pôr em risco outro tipo de empreendimentos que existem naquelas áreas".

Para o administrador do município do Namibe, Armando Valente, este é um problema que "nós estamos a equacionar dentro das próprias posturas.

Pensamos que esses actos, quando não licenciados, são ilegais. E mesmo quando licenciados, temos de analisar

se colidem, ou não, com as posturas municipais". Qualquer forma de exploração de inertes dentro da cidade não é permitida pelas administrações, afirmou.

Armando Valente frisou que a sua administração reuniu recentemente com as direcções provinciais da Indústria, Geologia e Minas e do Comércio, Hotelaria e Turismo, no sentido de se analisar o "fenómeno" que está a ocorrer nas medições da Comarca, à volta do mercado 5 de Abril e noutras áreas adjacentes ao município sede da província.

“ Vamos orientar a administração comunal de Santa Rita para reunir com as comunidades que praticam esta actividade e dizer-lhes que devem simplesmente deixar de a fazer . “

Com a direcção da Indústria e Comércio, o administrador do Namibe disse que o entendimento a que se chegou é que não vai haver licenciamento de nenhuma actividade desta natureza sem que a administração seja previamente ouvida e faça parte do grupo que vai fazer a pré-avaliação, antes da emissão dos competentes Alvarás. Isto acrescentou, “ vai permitir que haja um controle sobre esta actividade e para que todos os órgãos que fazem parte da administração do Estado realizem actos consoantes “.

Do ponto de vista do administrador isto vai fazer com que sejam eliminados alguns problemas, que tendem a criar desestabilização ecológica. “ Se estiverem atentos, o garimpo ilegal de inertes constitui uma ameaça muito grande sobretudo aqui na área da Comarca, que é um objectivo estratégico e esta com a sua própria segurança fragilizada, porque há muita gente a volta “, concluiu.

3.6 Policia redobra fiscalização

Jornal de Angola

19 de Janeiro de 2010

A direcção provincial do Cunene da Polícia Económica tem redobrado as suas acções operativas com vista a prevenir toda a tentativa de exercício ilegal da actividade económica na região.

Segundo o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente Carlos dos Santos, fruto desta dinâmica do efectivo da Polícia Económica, na semana passada foram registadas 31 infracções, durante a realização de 14 visitas de fiscalização, controlo e inspecção nos diversos estabelecimentos comerciais e industriais a nível da província.

As infracções consistiram na falta de boletim de sanidade, de nota de aquisição, de estrutura de cálculo de preços e de balança. A Polícia notificou igualmente casos de exercício irregular de actividade económica.

3.7 É a Cooperativa Cajueiro que detém o direito de superfície

Jornal o País

22 de Janeiro

O administrador municipal do Kilamba Kiaxi, José Correia, esclareceu que "a transferência das quitadeiras para o novo mercado comunal do Cajueiro é totalmente gratuita". "Não corresponde a verdade a informação de que foi cobrado às quitadeiras o valor de 2500 Kwanzas para a aquisição de bancadas no novo mercado", garantiu o administrador, acrescentando que, "por isso, nos predispomos a restituir os valores eventualmente cobrados às ex-vendedoras do Quintalão, no sentido de repor a legalidade". O novo mercado comunal do Cajueiro, no Golfe 2, foi de raiz, numa parceria Municipal do Kilamba Kiaxi e a Cooperativa Cajueiro. Está localizado na rua 28 de Agosto, equipado de balneários, água potável, bancadas e coberturas.

O Cajueiro alberga os comerciantes de produtos alimentares, vestuários, bijutarias e afins. A transferência não abrangue os mercadores de matérias de construção civil.

O burgau, a pedra e a areia são produtos comercializados a partir das fontes onde são catados. José Correia acrescentou que não está prevista por Lei a comercialização do ferro, cimento, tinta e outros em mercados daquela natureza, sendo que produtos do género devem ser comercializados em estabelecimento próprio e licenciados pelo comércio.

O quintalão do Petro era um assentamento provisório, segundo o administrador o propósito é o reordenamento das vias principais e a garantia da saúde pública com o objectivo de criar melhores condições para a comercialização de bens alimentícios", esclareceu.

"É a cooperativa Cajueiro, que detém o direito de Superfície, sendo está o Instituto Provincial de Gestão Urbana de Luanda que é o instituto que licencia as obras da natureza os órgãos capacitados para adiantar os pormenor sobre o destino a dar-se ao espaço do quintalão do Petro", concluiu.

3.8 Quitadeiras do Quintalão não cabem no Cajueiro

Jornal o País

22 de Janeiro de 2009

Duas semanas depois de o mercado do Quintalão, no Kilamba Kiaxi, ter sido encerrado, as antigas vendedoras reclamam do espaço onde foram

transferidos: o mercado do Cajueiro, construído nas proximidades.

O encerramento ocorreu um dia antes do início do Campeonato Africano de Futebol CAN 2010 abrange , segundo Rossana Martins, moradora do bairro Golfe 2. O mercado, de acordo com a senhora, era o único sítio onde podiam adquirir produtos de primeira necessidade e materiais de construção.

Poucos dias depois, os antigos vendedores do então Mercado do Petro de Luanda clamam por um lugar onde possam comercializar os seus produtos. E o novo mercado dos Cajueiros, para além de menor em termos de espaço, não contempla os comerciantes de materiais de construção civil.

"Expulsaram-nos do mercado sem nenhuma alternativa, durante essas duas semanas cada um tem encontrado o seu lugar alternativo para vender. Disseram que devíamos, abandonar o local porque é um campo de futebol e não um mercado", contou Abiude Afonso, proprietário de camião de areia.

Para as quitandeiras, o mercado comunal do Cajueiro, no Bairro Golfe 2, num espaço adjacente a lixeira, não é bem-vindo", porque além de estar do outro lado da estrada é três vezes menor, que o quintalão do Petro

Não havendo lugar para todos, os que tiveram possibilidade pagaram as novas bancadas, enquanto a maioria continua na rua á espera de uma solução por parte da Administração Municipal e do mercado.

Chefe de família Pai de cinco filhos, Abiude comenta que com a extinção do quintalão não tem alternativa para sustentar a sua família

" Não sei o que fazer agora, levanto cedo todos os dias e venho este espaço agora vazio na esperança de encontrar alguma novidade por parte da administração" realçou.

O cambista Miguel Antónia 35 anos, persiste com negócio, apesar da extinção do mercado. Troca o dinheiro e vende cartões de crédito de telemóveis mesmo á porta do novo mercado. Solteiro Pai de quatro filhos, ele teve de se aproximar, mais da beira da estrada principal para conseguir “ despachar “ o seu negócio “.

Foi o Petro Atlético de Luanda, que cedeu este lugar ao povo para fazer disto um mercado não percebemos, porque que o administrador municipal nós quer ver fora deste espaço garantiu o jovem.

Por sua vez, Joaquina Manuel, vende cispe e carne seca, teve mais sorte que os seus ex-companheiros. Ela conseguiu um lugar na nova praça. Mãe de quatro filhos, a senhora reclama pelo facto de ter sido colocada num espaço onde não tem cliente e o negócio não tem sido a rentável.

Dona Joaquina diz que foi a administração que a transferiu àquele mercado, onde conseguiu um espaço para o seu negócio, mas lamenta, pelas companheiras

que continuam à deriva.

O destino

"Não sei qual será o destino das minhas colegas, por sorte consegui um lugar no mercado dos Cajueiros, elas continuam a vender na rua, numa área onde os carros circulam mesmo frente as bancadas colocando em risco as suas vidas e dos clientes", garantiu uma das vendedoras.

As que tiveram menos sorte apresentam-se ao longo da rua 1de Agosto, adjacente ao quintalão do Petro, onde passam por algumas adversidades desde a falta de clientes, poeiras, e o risco de serem atropeladas pelas inúmeras viaturas que ' ali circulam. "Vendemos no meio da rua, não temos onde ir, muitas de nós tem o marido no desemprego e o único lugar favorável é mesmo ao longo da rua de Agosto", disse a mesma vendedora.

Duas semanas depois da expulsão s dos vendedores, os populares questionam-se sobre o futuro do onde havia o Quintalão mercado que pertence ao Petro Atlético anda. Os antigos vendedores acreditam que o terreno tenha sido vendido a uma entidade privada alheia ao Clube petrolífero de Luanda.

Anteriormente, as vendedoras pagavam uma quota diária por isso, acreditam que com os montantes podia ter sido erguida uma estrutura para albergar comerciantes. "Pagávamos diariamente à administração do mercado 160 Kwanzas, por isso exigimos um lugar adequado para vender reclamaram as quitandeiras.

Devalina Zumba, pioneira do Quintalão, nem conseguiu pagar o lugar para a sua bancada no Cajueiro . Em 15 dias o valor do espaço subiu de 2500 Kwanzas Não tenho forças para ir até ao Cajueiro. A estrada do Golfo 2 é muito perigosa e tenho medo de atravessa-la. Fomos nós que desmatamos essa área e transforma-lo de lavra a mercado “, disse, por sua vez Joana Gongo Á ãncia, que de tantos cabelos brancos perdeu a conta dos aniversários comemorados, diz que não tem condições financeiras para pagar o valor cobrado para a transferência do novo mercado

“ Antes eu conseguia vender mais de três kg de Jingumba por dia, mas desde que encerraram o mercado não vendo nem metade disso. O negócio não anda , fizemos por dia 350 Kwanzas e com o táxi a pessoa chega em casa sem nada para jantar .. “ contou a ãncia “ .

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Oficializado projecto de construção do novo Aeroporto de Luanda

Jornal de Angola

3 de Janeiro de 2010

Oficializado projecto de construção do novo Aeroporto de Luanda. A resolução 96/09, que aprova o projecto de construção do novo Aeroporto Internacional de Luanda, foi publicada no Diário da República de 19 de Novembro última série nº 219.

O diploma refere que deve ser completada toda a documentação técnica do projecto do ponto de vista de infra-estruturas aeroportuárias, electromecânicas, navegação I e segurança aérea, em conformidade com as normas internacionais. "

A execução do projecto, segundo o diploma, deve envolver a participação de pequenas e médias empresas nacionais e deve ser criado um gabinete multidisciplinar para a sua coordenação e implementação, dependente do ministro dos Transportes.

Em Maio de 2006, o terreno a ser utilizado para a construção e fornecimento de equipamento para o novo Aeroporto Internacional de Luanda, incluindo na respectiva zona de protecção e de expansão localizado no município de Viana, foi constituído reserva do Estado.

4.2 Tribunal de Contas Aumenta auditoria

Jornal de Angola

4 de Janeiro de 2010

O Tribunal de Contas realizou, em 2009, 21 auditorias e igual número de inquéritos a entidades sujeitas à sua jurisdição.

Num leque de conteúdos publicados no site da instituição, especifica-se terem sido inspeccionadas as administrações municipais do Cacucaco, Rangel, Sambizanga, Maianga, Samba, Cazenga, Kilamba Kiaxi e Viana, todas de Luanda, do Tômbua (Namibe), do Lobito e Benguela (sede), de Cacusso, Kalandula, Kukulama, Malanje (sede) e o respectivo Governo

Provincial. No mesmo período, foram auditados os hospitais Américo Boavida, do Prenda e o Geral, estes de Luanda, e o Hospital Provincial de Malanje, além de inquiridas as faculdades de Direito, de (Economia, de Letras e de Ciências, o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), todos órgãos da Universidade Agostinho Neto, ainda os institutos Médio Agrário de Malanje (IMAM) e Médio de Economia de Luanda (IMEL).

O mesmo procedimento registou-se em empresas públicas ou sociedades de capital maioritariamente público, como as delegações da TAAG na Namíbia, no Zimbábue na Zâmbia, na África do Sul, a Sociang, a Sécil Marítima e a Filda Igualmente foram visitados os consulados de Angola no Rundo (Namíbia), em Lisboa e no Porto, ambos em Portugal, a Embaixada em França, além das representações comerciais na África do Sul e na Bélgica, respectivamente.

Para os próximos dias, o Tribunal de Contas propõe-se dar parecer à Conta Geral do Estado, assumido e, reafirmado pelo seu presidente, Julião António.

4.3 Conta Geral do Estado melhora meios de gestão

Jornal de Angola

7 de Janeiro de 2010

O Tribunal de Contas (TC) vai propor, através do Parecer à Conta Geral do Estado, medidas a adoptar para melhorar a gestão económica e financeira dos recursos.

A explicação consta no site da instituição a propósito do parecer que deve emitir em breve e, juntamente ao Relatório Anual, remeter à Assembleia Nacional para debate na sessão parlamentar dedicada a apreciar a execução do Orçamento e da Conta Geral do Estado.

De acordo com o site, o parecer constitui uma opinião técnica, como síntese das deliberações jurisdicionais referentes ao ano económico. No Relatório e Parecer, o Tribunal de Contas pode formular recomendações à Assembleia Nacional, relativas às matérias em causa e aos serviços executores.

O Tribunal de Contas deve observar a realização da actividade financeira do Estado, nos domínios do património, receitas, despesas: tesouraria e créditos públicos. E também o cumprimento da Lei do Orçamento e legislação complementar.

Passa igualmente pela certificação do inventário do património, as subvenções, subsídios, benefícios fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidas, a execução de programas de acção, investimento e financiamento das empresas públicas, o emprego ou aplicação das subvenções a cargo dos fundos autónomos e o orçamento da Segurança Social.

Constituem ainda factores a ter em conta a execução do plano de privatizações, a aplicação das receitas arrecadadas neste exercício, doações e outras formas de assistência não onerosa de organismos internacionais, entre outros aspectos que a lei determine.

4.4 Sociedade Civil critica OGE

Jornal Novo Jornal

8 de Janeiro de 2010

Processo pouco participativo, fraca divulgação do documento, informação condensada e tecnicamente "fechada", cabimentações orçamentais pouco claras; má gestão, pouco controlo interno, baixa capacidade de execução e falta de transparência.

Estas são algumas das conclusões inscritas num documento de que o Novo Jornal acedeu, retiradas de uma conferência que reuniu cerca de 45 representantes provinciais oriundos de Luanda, Benguela, Huíla e Kwanza-Sul. O encontro foi promovido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e outras organizações da sociedade civil. A missão era simples: olhar com atenção para o Orçamento Geral do Estado (OGE). Para esse efeito os conferencistas estiveram reunidos, em Luanda, no passado dia 17 de Dezembro de 2009, como o Novo Jornal, deu conta na altura (edição nº101, de 24 de Dezembro de 2009).

Para os participantes, o OGE não está ainda elaborado de maneira participativa, envolvendo não só o poder executivo, "mas também as outras instituições do Estado, as organizações da sociedade civil, e os cidadãos em geral".

Aquelas organizações reconhecem que "o Governo, através do Ministério das Finanças", tem feito esforços para divulgar cada vez mais informações sobre o OGE, no entanto, o facto de as disponibilizar na página electrónica da instituição "não confere carácter público, nem permite a participação da população" que, na sua maioria, não tem acesso à internet.

Outra das debilidades prende-se com a incapacidade de execução do orçamento, que se mantém insuficiente. Este facto resulta de atrasos na "disponibilização de alguma verbas orçamentadas", mas também das debilidades técnicas da administração pública, central e local em programar e priorizar investimentos públicos, em implementar as obras e serviços planificados e "em estabelecer parcerias que aumentem essa capacidade de execução orçamental", lê-se no documento.

A má gestão dos recursos públicos e a correlacionada falta de transparência são favorecidas pela intervenção não-institucional de diversas estruturas na realização de actividades que competem a uma instituição específica, como acontece, por exemplo,

"com o Gabinete de Reconstrução Nacional que implementa programas em princípio da responsabilidade dos Ministérios da Energia, Obras Públicas, Transportes e Habitação". Finalmente, e comparando o OGE aprovado para 2009 e a versão que resultou da revisão no meio do ano, "verificam-se cortes em sectores como a educação e a saúde, que são fundamentais para o desenvolvimento do país porque afectam directamente o seu capital humano e social". Entretanto, segundo o documento que agregou as conclusões finais daquele encontro, "o sector da defesa viu aumentadas as verbas orçamentadas sem que haja uma explicação pública para tal", lembram os representantes da sociedade civil.

4.5 Parlamento aprova recomendações ao Plano Nacional e OGE para 2010

Jornal de Angola

16 de Janeiro de 2010

A Assembleia Nacional aprovou ontem, por unanimidade, uma resolução que aprova as recomendações ao Plano Nacional 2010-2011 e ao Orçamento Geral do Estado para 2010, visando colmatar as insuficiências que têm sido detectadas nos períodos de apreciação na especialidade.

A resolução recomenda ao Governo melhoria da articulação entre os ministérios das Finanças e do Plano e as Unidades Orçamentais da Administração Local e central do Estado nas fases de elaboração dos referidos documentos, definindo as necessidades e prioridades e permitindo uma distribuição dos recursos de forma mais equilibrada.

A Assembleia Nacional pretende ainda que o Governo melhore os procedimentos de acompanhamento, controlo e fiscalização da execução física e financeira dos projectos de investimentos públicos e melhore a articulação entre os órgãos centrais e locais.

A resolução recomenda também a melhoria das dotações orçamentais destinadas ao Tribunal Supremo, Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral da República, de modo a garantir o equilíbrio entre os órgãos de Justiça.

O documento encoraja o Ministério das Obras Públicas a realizar um "profundo diagnóstico da qualidade das obras em curso", em particular das estradas e pontes, sobre a idoneidade de alguns empreiteiros e a capacidade das empresas de fiscalização contratadas. Por outro lado, a Assembleia Nacional recomenda ao Ministério das Obras Públicas e ao Gabinete de Reconstrução Nacional, em colaboração com o Ministério da Administração Pública, Emprego e

Segurança Social, que concebam programas, em todo ao país, de formação técnico-profissional para os jovens angolanos serem protegidos de modo a reduzir-se a entrada de técnicos expatriados.

Reagindo à resolução, o ministro das Finanças, Severim de Morais, disse que a recomendação sobre a articulação entre o seu ministério, o do Plano e as unidades orçamentais "é útil" e o governo irá ter isso em linha de conta na elaboração do OGE 2011.

O ministro das Obras Públicas, Hígino Carneiro, disse haver soluções para a formação de jovens, com a construção de centros de formação profissional em várias províncias para capacitar mais angolanos.

O Parlamento aprovou ainda, por 172 votos a favor, 13 contra e sete abstenções, uma resolução que aprova a metodologia sobre o debate constitucional, com efeitos a contar desde 28 de Julho de 2009.

A UNITA, através da presidente da sua bancada parlamentar, Alda Sachiambo, voltou a levantar objecções sobre esta matéria, insistindo num pronunciamento do Tribunal Constitucional em relação às matérias constantes do projecto de Constituição que não mereceram interpretação unânime dos partidos representados na Comissão Constitucional.

A sessão foi presenciada pelo primeiro-ministro, António Paulo Kassoma, acompanhado por membros do Governo.

4..6 Parlamento aprova recomendações ao Plano Nacional e OGE para 2010

Jornal de Angola

16 de Janeiro de 2010

A Assembleia Nacional aprovou ontem, por unanimidade, uma resolução que aprova as recomendações ao Plano Nacional 2010-2011 e ao Orçamento Geral do Estado para 2010, visando colmatar as insuficiências que têm sido detectadas nos períodos de apreciação na especialidade.

A resolução recomenda ao Governo melhoria da articulação entre os ministérios das Finanças e do Plano e as Unidades Orçamentais da Administração Local e central do Estado nas fases de elaboração dos referidos documentos, definindo as necessidades e prioridades e permitindo uma distribuição dos recursos de forma mais equilibrada.

A Assembleia Nacional pretende ainda que o Governo melhore os procedimentos de acompanhamento, controlo e fiscalização da execução física e financeira dos projectos de investimentos públicos e melhore a articulação entre os órgãos centrais e locais.

A resolução recomenda também a melhoria das dotações orçamentais destinadas ao Tribunal Supremo, Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral da

República, de modo a garantir o equilíbrio entre os órgãos de Justiça.

O documento encoraja o Ministério das Obras Públicas a realizar um "profundo diagnóstico da qualidade das obras em curso", em particular das estradas e pontes, sobre a idoneidade de alguns empreiteiros e a capacidade das empresas de fiscalização contratadas.

Por outro lado, a Assembleia Nacional recomenda ao Ministério das Obras Públicas e ao Gabinete

de Reconstrução Nacional, em colaboração com o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, que concebam programas, em todo ao país, de formação técnico-profissional para os jovens angolanos serem protegidos de modo a reduzir-se a entrada de técnicos expatriados.

Reagindo à resolução, o ministro das Finanças, Severim de Morais, disse que a recomendação sobre a articulação entre o seu ministério, o do Plano e as unidades orçamentais "é útil" e o governo irá ter isso em linha de conta na elaboração do OGE 2011.

O ministro das Obras Públicas, Hígino Carneiro, disse haver soluções para a formação de jovens, com a construção de centros de formação profissional em várias províncias para capacitar mais angolanos.

O Parlamento aprovou ainda, por 172 votos a favor, 13 contra e sete abstenções, uma resolução que aprova a metodologia sobre o debate constitucional, com efeitos a contar desde 28 de Julho de 2009.

A UNITA, através da presidente da sua bancada parlamentar, Alda Sachiambo, voltou a levantar objecções sobre esta matéria, insistindo num pronunciamento do Tribunal Constitucional em relação às matérias constantes do projecto de Constituição que não mereceram interpretação unânime dos partidos representados na Comissão Constitucional.

A sessão foi presenciada pelo primeiro-ministro, António Paulo Kassoma, acompanhado por membros do Governo.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 Projectos concluídos com sucesso

Jornal de Angola

5 de Janeiro de 2010

A administração do Namibe concretizou com êxito, em 2009, uma série de programas de âmbito central, provincial e municipal, destinados ao bem-estar da população, com destaque para a construção de escolas, hospitais e reabilitação de estradas, no âmbito do Fundo de Gestão Municipal.

O administrador municipal, Armando Valente, que revelou o facto durante a cerimónia de apresentação de cumprimentos de fim-de-ano, disse que, a insuficiência de verbas, alguns projectos não foram concluídos e transitam para 2010.

Entre os projectos executados constam os centros de saúde dos bairros dos Eucaliptos, Valódia, do bairro 5 de Abril, residência do soba grande do Namibe, reconstrução do largo da Avenida da Revolução, campos de futebol nos bairros do Cambongue, Forte Santa Rita e Valódia.

Armando Valente afirmou que ainda não estão concluídas as obras de uma escola de 22 salas no bairro 5 de Abril, 92 casas destinadas à juventude, no bairro Saco Mar, uma escola de 18 salas, no bairro Valódia, casas dos médicos no bairro Saco Mar, ampliação da escola "Ilha do Mungondo" e construção dum posto médico, na localidade do Giraul, construção da administração comunal e da maternidade da Lucira, reabilitação e ampliação das estradas nos troços rodoviários Narniberrombw e Namibe/Lucira/Dombe Grande (Benguela). As obras vão ser concluídas Este ano.

5.2 Jurista considera autarquias locais complemento do Governo

Jornal Cruzeiro de Sul

De 07 á 14 de Março de 2010

O jurista João Pinto considerou recentemente em a Luanda, as autarquias locais como complemento do governo na resolução dos problemas da população, tendo em conta que as o mesmas obedecem o princípio da subsidiariedade, favorecendo assim, e a realização dos indivíduos numa comunidade.

Em entrevista à Angop, João Pinto frisou a necessidade de se repensar sobre a divisão política e administrativa do país, ao ter em conta a densidade demográfica e a extensão territorial das respectivas províncias.

"Devido a densidade populacional, há necessidade de se criar áreas que não formem constrangimentos à governação periférica, ou seja, que os cidadãos elejam seus governantes locais, consoante a divisão política e administrativa dos municípios", afirmou.

Neste contexto, o também docente universitário, sublinhou que a requalificação dos municípios, é um dos passos fundamentais para a promoção do funcionamento eficaz das autarquias locais, tendo em conta a densidade populacional nos diversos municípios.

João Pinto explicou que enquanto o governo trata de questões gerais, nomeadamente do Estado, dos órgãos executivo, legislativo e judicial, que visam garantir a igualdade, a ordem moral, a justiça, e a integridade territorial, as autarquias locais vão atender as necessidades básicas das comunidades e populações.

No entanto, dentre as necessidades básicas, o jurista destacou a promoção de políticas educativas, a participação cívica da população nos assuntos públicos mais imediatos, saneamento básico e arruamento.

Questões como a dinamização de atividades empresariais de interesse municipal, formação profissional dirigida à fixação de populações, certificação de produtos locais, promoção do conhecimento da história local e de atractivos turísticos, foram igualmente apontadas.

5.3 Os poderes políticos e tradicional em Angola

Jornal Folha 8

16 de Janeiro de 2010

Autoridade tradicional desempenhou e ainda desempenha um papel de extrema importância na comunidade tradicional. Papel de governação. Faz justiça por meio de um conselho de anciãos da aldeia; distribui terreno a sua população, resolve todo tipo de conflitualidade que aparece na comunidade. O soba é de facto o verdadeiro garante da coesão, unidade e estabilidade da comunidade ele jurisdição.

A verdade é que a figura do soba sofreu alterações graves e substanciais, que mudou completamente a forma de ser visto na comunidade. O soba está a perder as suas marcas identitárias em todos os sobas hoje são representantes de todos na comunidade. As autoridades tradicionais já exprimem as suas convicções partidárias e ideológicas, que é errado. Já não são neutros. Certamente, houve factores que influenciaram nesta mudança escatónica do: factores externos e internos.

Se a figura da autoridade tradicional está em crise, tendo como pano de fundo a gravidade que a terminologia crise encena, parece-nos necessário fazer uma análise deste termo, para que percebamos a situação labiríntica em que o soba está.

Crise, normalmente o termo é usada pejorativamente. Etimologicamente, significa momento de decisão. O termo vem do verbo grego *krinós*: discernir, avaliar, por conseguinte uma crise tanto pode levar a ruína como tornar-se um *kairós*, isto é, um momento oportuno, uma ocasião favorável, um tempo decisivo para projectar e lançar-se a reconquista dos ideais perdidos» (Montani, M, apud, Imbamba, J; Uma nova cultura para mulheres e homens novos..., 2003, p.14). «Segundo Abbagnano, o termo nasceu e desenvolveu-se no ambiente médico, e indica na medicina hipócrita, a transformação decisiva que se produz no ponto culminante duma doença e orienta o curso desta em sentido favorável ou desfavorável. Na época recente, o termo foi ampliado para significar uma transformação decisiva que se produz em qualquer aspecto da vida social» (Abagnano, N, c.p. Imbamba ... p.107.) «trata-se de uma situação conjuntural: política, económica, social e cultural anómala, caracterizada por alterações históricas que frenam o desenvolvimento e progresso» (Tati, R; Crise africana ... apud, Ibid.p.cit.), mas que ao mesmo tempo, pode constituir um momento de viragem, de impulso e de projecto para realizações inovadoras e mais humanizante» (Ibid, p.cit.). Quando os gregos falavam de crise, referiam-se a uma situação, uma circunstância, a um momento, a uma realidade em que algo estava se quebrando, submergindo, naufragando, e que, por isso mesmo, devia ser abandonado definitivamente. Não era possível mais continuar seguindo da mesma forma. Sem dúvida, uma situação de crise suscita uma sensação de fracasso e gera uma crescente angústia. Parece que estamos num beco sem saída, por não se vislumbrar um caminho ou não se encontrar uma resposta. E facilmente a desesperança e a frustração se apoderam de nós. Mas, ao mesmo tempo, a crise é um momento propício para compreender a necessidade de assumir uma nova altitude, de buscar um caminho diferente, de sentir a urgência de uma mudança, de tomar decisões radicais e começar a assentar as bases para construir uma alternativa inspirada por uma utopia que seja nível e desejada. Tribulação, vicissitudes, caos desventura, conflitos, o que uma crise expressa; desconcerto, incerteza e o que ela gera; busca, anseios de mudança, decisões audazes são as saídas possíveis para tal situação» (Tonelli, M, A missão profética da educação...;2000, pp.25-26.)

Causas da crise

Depois desta breve análise do termo, que constitui o

núcleo duro de roer, a nossa alma remete-nos ao contexto histórico e aos factores que levaram a figura do soba a miséria antropológica e social; que colocaram o soba num sentido desfavorável e anómalo, que requer de todos nós, projectar-se e lançar-se a reconquista dos ideais perdidos para tirar a figura do soba da lama. por causa da importância insubstituível que ele desempenha na comunidade tradicional.

Segundo Michad Comeford, os factores que estão por detrás do declínio do soba são: 1) a colonização portuguesa; 2) a expansão do cristianismo; 3) o crescimento urbanístico de Angola e 4) as políticas levadas a cabo pelo governo do MPLA. Nós acolhemos sem reservas. estes factores, mas, preferimos classificá-los em factores externos (os dois primeiros) e factores internos (os dois últimos), aos quais aumentaremos outros três factores recentes. que são: a instrumentalização da figura do soba, a guerra (factores interno) e o furacão da mundialização (factor externo). A guerra também podemos considerá-la como um factor externo, porque era movida, desejada, querida, apreciada e sustentada fora das nossas fronteiras.

Os factores externos de Michael vamos analisá-los de forma conjunta, porque complementam-se, concatenam-se e fundem-se profundamente, aliás os colonizadores atrevidos e bárbaros vieram com todo dispositivo da catolicidade para facilitar a penetração em nome da sagrada revelação. <A chegada do colonialismo e do cristianismo introduziu novas variáveis poderosas na sociedade angolana levando ao declínio e a marginalização das autoridades tradicionais. Este declínio não foi uniforme em todo país por causa da natureza desigual da penetração colonial e da variação de respostas regionais em relação ao cristianismo. O referido declínio foi muito mais acentuado nas áreas de maior exposição colonial, enquanto que permanecia significativamente constante, na zona leste de Angola. " (Comeford M; Rosto pacífico de Angola . ; 2005, p.229). <Neto realça a importância da apreciação da desigualdade da experiência colonial, argumentando contra uma compreensão simplista da duração do contacto colonial. Para. ela, o reino do Congo passou 500 anos de contacto irregular. mas a ocupação de Luanda durou 400 anos ... 100 anos em Malanje e 72 anos no Huambo" (Neto M, apud Comeford ...) ... Esta diferenciação explica a razão pela qual enfraqueceu a instituição da autoridade tradicional, particularmente no seio das populações do litoral e do meio urbano onde a mesma hoje não é um ponto de referência significativo. Isto contrasta com as zonas rurais e provinciais, onde o soba em algumas áreas continua a gerir a aldeia local, distribuir a terra para o cultivo e a praticar a justiça tradicional com um conselho de mais velhos» (Ibid. p.229).

5.4 Mais dinheiro para censo

Jornal independente

18 de Janeiro de 2010

Ante os esforços desenvolvidos pelo Estado angolano e entidades afins, o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), emprestou a sua solidariedade ao programa, oferecendo para o efeito, 2,3 milhões de euros.

Pretende-se, conforme palavras de dirigentes daquela instituição monetária internacional, que o montante seja aplicado na melhoria das pesquisas relativas à informação estatística no país.

De acordo com o representante da Delegação da Comissão Europeia, Paulo Leitão, o FED tem um orçamento avaliado em 214 milhões de euros, com uma abrangência que vai de 2008 a 2013, destinados para aplicação em vários programas sociais e de infraestrutura em Angola através de financiamento ao Programa Indicativo Nacional (PIN), cuja duração coincide com a periodicidade da implementação dos recursos do FED. "O sector da Justiça tem um fundo que anda entre 15 e 20 milhões. O Fundo de Acção Social (FAS) tem aproximadamente 50 milhões", precisou.

Segundo o representante, a informação estatística de base só terá grande implicação económica no país quando o censo populacional for realizado. "O censo é que nos permite saber quantos somos, onde vivemos, o que fazemos, quais são as condições sociais de fornecimento de água, luz e saneamento básico", disse. Como Angola não tem censo desde 1970, a informação de base não tem precisão suficiente para fornecer ao empresariado dados sólidos sobre a população e o mercado consumidor do país, entre outros factores. "Estamos a trabalhar com amostras, com aproximações, estimativas que podem estar um pouco desviadas", minimizou.

Por seu turno, a directora do Instituto Nacional de Estatística, Maria Ferreira dos Santos Oliveira, disse que vai aplicar os 2,3 milhões de euros financiados pela Fundo Europeu de Desenvolvimento na melhoria da produção estatística em termos de qualidade, oportunidade e periodicidade na difusão da informação. Maria Ferreira, salientou ainda o facto de que as verbas serão destinadas ao apoio dos serviços provinciais de estatísticas. "O dinheiro vai servir para estender a actividade estatística a todas as províncias de Angola", disse.

Segundo a gestora, esse financiamento vai ter um grande impacto na actividade dos empresários e dos que se dedicam à actividade comercial. "Tratam-se de matérias relacionadas com estatísticas das empresas. De

uma maneira geral, o dinheiro vai servir para estender a actividade estatística a todas as províncias de Angola", disse.

Segundo a gestora, esse financiamento vai ter um grande impacto na actividade dos empresários e dos que dedicam à actividade comercial. "Tratam-se de matérias relacionadas com as estatísticas das empresas. De uma maneira geral, o dinheiro vai ajudar na organização da estrutura da actividade económica do país, Este projecto passa pela melhoria das contas nacionais e dos indicadores de curto prazo de que as empresas irão certamente beneficiar-se", precisou.

Censo Populacional

Sobre o censo, a directora do Instituto Nacional de Estatística disse que o processo de recenseamento está a entrar numa fase crucial da sua preparação.

"Temos que perceber a actualização da cartografia censitária de todas as províncias do país, através da mobilidade da população", disse.

Segundo ela, essa é uma actividade permanente que vai até à data da realização do recenseamento.

Maria Ferreira disse que o desafio consiste na implementação da estrutura censitária. "Identificar as pessoas que vão fazer parte dos gabinetes e as instalações. Se tivermos que albergar cerca de 40 mil pessoas em todo o país, é necessário ter a devida criatividade para que ele trabalhar com eficiência", exemplificou.

De acordo com Maria Ferreira, o tempo para a realização do censo populacional, estudado.

"O recenseamento pode ser de dois 01 que é o tempo de preparação", precisou.

5.5 Poderes Políticos e tradicionais

Folha 8

23 da Janeiro de 2010

A administração colonial reconhecia a importância dos sobas no meio das comunidades locais e explorava-os para estender o poder do Estado

"A inclusão do soba para garantir a recolha dos impostos" (Neto Napud Comeford), o recrutamento da mão-de-obra" (Pacheco) e a "manutenção das estradas" (Maier K, Ibid) fomentaram de uma maneira geral o ressentimento local.

"As tentativas de resistir ao processo colonial resultavam, geralmente, na substituição do soba, embora alguns deles tenham perdido a credibilidade diante do seu povo, por causa da sua colaboração com o regime colonial" (Tvedten I, Ibid ...).

"Os sobas, no Planalto Central, eram a favor da concentração forçada da população rural em aldeias

protegidas, porque isto aumentaria o seu poder e a sua influência, bem como o controlo sobre as comunidades: a população rural opôs-se altamente a essas concentrações" (Robson P, Ibid).

Para Robson, este facto ilustra como os interesses dos sobas e das suas comunidades não coadunavam necessariamente. No âmbito da influência real e concreta do Cristianismo na crise da figura do soba, David escreve: "No campo da opressão cultural, há também que se referir ao papel da religião. Os agentes religiosos cristãos (padres, pastores, missionários) foram os primeiros a penetrar nas sociedades tradicionais. Ao levar-lhes uma nova religião, levavam, também, para a civilização do colonizador novas maneiras de viver e de pensar que interessavam a dominação colonial. A religião cristã, vinda da Europa ou da América, foi, muitas vezes, imposta pela violência, até que foi assimilada por uma boa parte dos africanos" (David R, Ibid., pp. 231232).

Importa referir que a influência da igreja se fez também por meio de estudos etnológicos prévios e posteriores que possibilitaram o conhecimento dos pontos fracos e fortes dos africanos, para melhor açambarcarem o "paraíso do mundo e do continente do futuro".

"As actividades missionárias europeias levaram a rejeição das crenças tradicionais e dos rituais em toda a África" (Anyinam C, Ibid., p.232). "Este ponto é de capital importância, catequistas e outros líderes da igreja também influencia a queda dos líderes tradicionais" (Neto M, ...).

"Os colonizadores apoiaram-se nas autoridades tradicionais, deixando-lhes uma espécie de autonomia, servindo-se delas como intermediárias entre a nova autoridade colonial e as populações. E a indirectrude dos ingleses. Foi praticado por toda a parte onde havia autoridades tradicionais capazes de assumir a responsabilidade de gerir o seu povo, sob direcção do poder colonial" (Kizerbo J, Para Quando Africa, 2006, p.77.)

Na visão do autor que temos citado, "a urbanização enfraqueceu, igualmente, também as autoridades tradicionais, já que as zonas rurais mais visivelmente sob o controlo e influência colonial, mas também porque o acesso à terra é uma dimensão importante no poder dos sobas. Esta realidade heterogénea tem implicações para a investigação, tendo em conta que as comunidades rurais acarretam uma importância cada vez maior em relação à autoridade tradicional do que nas zonas urbanas" (Comefordp,230).

As políticas levadas a cabo pelo o Governo do MPLA contribuíram negativamente para o estado actual das autoridades tradicionais " O fornecimento forçado ou voluntário de jovens para a guerra tanto para a UNITA como para o Governo ". (Ibid, p.230) . Este aspecto

desacreditou o soba diante do seu povo . A Literatura Angolana é quase omissa em relação ao envolvimento dos sobas na guerra por que passamos. "Os anos de maior crise para a autoridade tradicional foram aqueles que se seguiram à independência, em que o Governo do MPLA substituiu muitos sobas pelos membros do Comité Central do Partido, os quais assumiram depois as tarefas anteriormente realizadas pelo soba. Este período é de particular importância para se compreender as origens da confusão contemporânea associada à identidade do soba, porque os nomeados do Governo adoptaram por si só o título de soba, enquanto que o soba hereditário foi marginalizado, mas não desapareceu. O resultado é a existência de dois grupos de autoridades tradicionais onde já não é possível distinguir claramente entre eles. De facto, muitos dos 'nomeados' uma linhagem para validar as suas credenciais hereditário, e assim dificulta mais ainda a possibilidade de distinção" (Ibid. p.231). Angolanos estão preocupados com a crise por que passam as autoridades tradicionais, um deles é o presidente do maior partido na oposição Isaiás Samakuva : " a necessidade das autoridades tradicionais do país, preservarem a essência do seu poder e de primarem pela inserção desta função " (Bento, L, Terra angolano, Ano5-19 de Maio 2007, p.12). Estas palavras de Samakuva espelham bem a febre moribunda, em que se encontram as autoridades tradicionais hodiernamente.

Tal ,como afirmamos acima, o sol hoje já não está ao serviço (comunidade, mas do partido r poder. Ainda hoje, ele é o instrumento da história e da ideologia partidária. As autoridades tradicionais têm um papel de mobilização e de rejeição dos membros de outros , partidos na comunidade, a favor (MPLA. O seu papel agora é fundamentalmente de activista político serviço ". Os Sobas passaram atestado favorável ao registo eleitoral a jovens com menos de anos desde que estes sejam melhores do partido no poder" (Ibi p.13)

A guerra contribuiu para que o cancro se agudizasse, porque muitos, sobas abandonaram o seu habitat natural, vivendo em centros de deslocados, o que lhes retirou o prestígio diante do seu povo. Depois da paz, de regresso, este já não encara como anteriormente, pelo facto de terem experimentado mesma miséria existencial.

Por outro lado, encontraram, e muitos casos, nos seus postos legítimos, outros sobas que o partido colocou ingenuamente, tal aconteceram em Malanje com 'Ku1 Xingu', de regresso. O seu trono tinha sido ocupado, embora, neste caso, não saibamos ao certo que o colocou. Este caso gera, até age ou hoje, um conflito contínuo.

A globalização que sopra violentamente em todas as latitudes arrasta as autoridades tradicionais. Hoje, forma caricata e humilhante, observam-se sobas que se vestem

panos e colocam a 'kijinga' cabeça, até aí está bem. O que não entendo é o suplemento que muitos põem: casaco e gravata e parece aqueles bonecos da Disney .

Levante-se, Soba! Pensamos que a situação é de gravidade que não devemos terminar a nossa reflexão sem apresentação algumas pistas solucionais:

O Governo Angolano deve promover debates sobre a questões envolvendo os sobas sérios, assim como os apóstatas para os recolocar nas suas funções originais a busca da solução, devem envolver antropólogos, filósofos, sociólogos, historiadores, politólogos, políticos e sociedade civil.

2) O Governo deve dialogar com o MPLA, para que possam retirar os membros do partido dos cargos tradicionais que ocuparam anti-tradicionalmente. Caso o partido no poder não obedecer, devem tomar-se medidas jurisprudências e policiais!!!

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Moradores foram realojados e o prédio é demolido

Jornal de Angola

9 de Janeiro de 2010

Os moradores do edifício Palmeiras, situado no bairro da Rua do Comércio, cidade do Huambo, foram evacuados, por se encontrar em estado avançado de degradação e ter dado sinais evidentes de desabamento, na passada quarta-feira.

Tendo em conta o perigo que representa para os seus moradores, o governo da província decidiu transferi-los temporariamente para o edifício do antigo comando da Região Centro e para o Centro de Acolhimento Criança Feliz, nos arredores do aeroporto provincial albano Machado.

Com sete andares, o prédio tinha 92 famílias, entre funcionários públicos, trabalhadores informais e comerciantes e nele funcionava também uma farmácia e duas lojas.

O vice-governador para esfera Económica e Produtiva, Deolinda Henriques Barbosa, disse que os moradores deviam ter sido evacuados há algum tempo, mas havia falta de alojamentos, já que as casas que tinham sido prometidas, não foram construídas por falta de verbas.

"Em 2009, altura em que o prédio começou a dar sinais de desabamento, o governo fez o primeiro levantamento das famílias que ali residiam, mas, devido à crise financeira que se vivia, não foi possível construir as 500 casas prometidas pelo governo para os moradores deste prédio", disse Deolinda Henriques Barbosa, no momento em que encetava contactos para a retirada dos moradores do prédio, na tarde de quarta-feira.

O edifício foi construído nos anos "60, numa via secundária. Actualmente apresenta grandes físsuras (rachas) da base ao topo, sujidade, mau estado de conservação, sistema de esgotos apodrecido, canalização enferrujada e sistema eléctrico completamente danificado. Moradores abordados pela reportagem do Jornal de Angola disseram que cada vez que passa um camião, com ou sem carga, o prédio estremece.

A situação, de acordo com Augusta Leopoldina, uma das moradoras do prédio, está assim desde 1998. Um pilar da viga principal vergou e desde essa data as rachaduras aumentaram, colocando em risco o prédio todo.

Ela viveu 15 anos no edifício e conta que a situação piorou nos últimos dias. O primeiro sinal de

desabamento deu-se pouco antes da quadra festiva, mas na passada quarta-feira a situação era mesmo preocupante porque o sinal de desabamento era mais visível e até se partiram alguns vidros das janelas dos apartamentos do primeiro andar.

No interior do edifício, várias brechas são visíveis permitindo a entrada de pó e corrente de ar para dentro dos apartamentos, cujos corredores estão também desprovidos de protecção.

Há dois anos, funcionários e técnicos do Ministério das Obras Públicas estiveram no local e fizeram a avaliação da situação, mas, desde aquela data, nada mudou. Os moradores continuaram ali a viver em condições perigosas e à espera de alguma solução. Faziam "puxadas de luz" a partir de habitações vizinhas, já que o prédio não tinha a energia eléctrica em condições, devido à degradação dos cabos e das suas linhas de transporte.

População agradece

Judite Guilherme viveu 29 anos no prédio e disse que há muito que aguardava pela evacuação, tendo em conta a situação de perigo em que se encontra o edifício.

"Agradeço a atenção do Governo, que embora tarde, decidiu tirar-nos do prédio. Estamos agora fora do perigo, embora aqui as condições ainda não sejam as melhores, mas o importante é que estamos fora de perigo, disse a inquilina do prédio Palmeiras, Judite Guilherme, um dia depois da sua evacuação.

Algumas famílias sugeriram o seu realojamento no prédio do Hotel Almirante, localizado no bairro Académico, enquanto durar a construção de casas definitivas, outros acham que o Governo devia construir um condomínio para eles.

O Governo Provincial do Huambo ainda não marcou uma data para a execução das obras de construção de casas para os moradores do prédio Palmeiras, mas garantiu que está a criar condições para iniciar as obras, já que para isso vai contar com o apoio do Governo Central.

"Apelamos ao nosso governo para que resolva a nossa situação e esperamos que haja uma organização mais correcta e enquanto demorar a construção do condomínio que nos coloquem em lugares com melhores condições", acrescentou Judite Guilherme. Ilda Nair disse que viveu dez anos no prédio Palmeiras e considera oportuna a acção do governo da província, tendo em conta o perigo que aquele edifício representava para os moradores. Mas, ainda assim, considera que o governo devia criar melhores condições.

"Onde estamos alojados, as condições sanitárias não são das melhores e já estive uma comissão de limpeza aqui e nós também vamos colaborar, porque apenas

trouxemos bens de primeira necessidade, porque estamos aqui para salvar em primeiro lugar as nossas vidas" frisou Ilda Nair, visivelmente emocionada, para dizer que nota uma grande preocupação por parte do governo, por isso está confiante de que a situação deles seja resolvida.

Edifícios em risco

O prédio da FAPA, localizado na Rua 5 de Outubro, encontra-se em situação idêntica. Tem uma enorme abertura provocada pela explosão de um projectil no tempo da guerra.

Quem ali chega depara-se logo com um cheiro nauseabundo e acessos obstruídos pelo lixo. O prédio tem dez andares e 90 apartamentos.

Os seus moradores têm dúvidas, se algum dia vão abandonar o edifício, porque cada dia que passa o perigo é mais visível. Tal como o prédio Palmeiras, o da FAPA corre o risco de desabar a qualquer momento.

O governo prometeu realojar todos os moradores que vivem nos edifícios em risco. De acordo com a Direcção Provincial das Obras Públicas, o dossier está neste momento remetido às estruturas centrais, por ser de âmbito nacional.

Uma delegação do Ministério das Obras Públicas devia chegar à cidade do Huambo em Agosto de 2008, para tratar questões ligadas com a degradação de alguns imóveis na cidade, mas tal não aconteceu. E o ano passado também não se fez nada devido à crise financeira que assolou num mundo que atingiu também o país.

Apesar de tudo, o Governo do Huambo disse que vai cumprir a sua promessa de retirar dos edifícios em risco em todos os moradores e recriar o Governo do Huambo disse que vai cumprir com a sua promessa de retirar dos edifícios em risco de todos os moradores e criar condições de habitabilidade para todos.

“ Uma das preocupações do governo é vela segurança dos seus cidadãos e está segurança passa por muitos factores “, disse o administrador municipal do Huambo Armando Capundo quando se referia á situação dos habitantes dos prédios Palmeiras .Anghotel e FAPA, no passado .

Na altura assegurou que a decisão tomada pelo o Governo constatava construção de 500 casas .

Neste momento o local onde se situa o edifício Palmeira encontra-se vedado e aguarda-se pela a demolição , o que pode acontecer a qualquer momento

6.2 Milhares de fogos habitacionais ficam concluídos até ao ano de 2012

Jornal de Angola

11 de Janeiro de 2010

A Direcção Provincial de Benguela de Urbanismo e Habitação prevê construir 135 mil fogos habitacionais, até 2012, informou na semana finda o director da instituição, Zacarias Kamuenho.

De acordo com o responsável, o projecto vai beneficiar 810 mil famílias e será desenvolvido faseadamente através de subprogramas, prevendo-se que as primeiras residências sejam entregues no fim do ano em curso. Segundo Zacarias Kamuenho, para o presente ano está prevista a edificação de 20 por cento do projecto e 40 por cento para o ano seguinte, enquanto os restantes 40 por. cento serão concluídos em 2012. Existem cerca de 20 propostas de promotores para a construção de residências sociais e de média renda. Quanto às reservas fundiárias, o director revelou que existem 20 mil hectares distribuídos pelos nove municípios.

Este ano o sector vai infra-estruturar 900 hectares no âmbito dos quatro subprogramas: iniciativas públicas, iniciativas privadas, cooperativas e auto-construção dirigida.

Zacarias Kamuenho deu a conhecer que, de acordo com o programa existente, o governo fará a entrega dos primeiros blocos urbanizados no segundo trimestre do ano em curso.

6.3 Lançada na cidade de Luanda revista sobre planeamento e gestão Urbana

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2010

Revista IPGUL é o nome de uma publicação, lançada, ontem, pelo Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

A revista vai servir de veículo de comunicação das obras licenciadas e todo o conjunto de acções do ponto de vista de ordenamento do território em curso em Luanda.

Com periodicidade trimestral, a Revista IPGUL tem uma tiragem de 1000 exemplares e consome 23 páginas. A publicação vai abordar um conjunto de informação inerente ao Governo da Província de Luanda e temas ligados a requalificação urbana da cidade capital.

Hélder José, director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, desejou que a revista seja o elo de comunicação com os municípios. Hélder José confirmou que existe um vazio muito grande de informação no domínio do ordenamento do território.

"A revista surge para colmatar este desconhecimento", sublinhou o engenheiro Hélder José.

Acrescentou ser necessário que os municípios tenham esses conhecimentos, porque o licenciamento de uma obra é muito importante.

Hélder José disse que vão colaborar na revista, que será comercializada, pessoas com conhecimentos técnicos de assuntos ligados à gestão urbana.

A primeira edição está a ser distribuída gratuitamente. A próxima edição vai fazer uma incursão aos edifícios licenciados em 2009 na província de Luanda.

6.4 54 % das licenças de construção emitidas foram para habitação

Semanário Angolense

De 9 a 16 de Janeiro de 2010

Segundos dados fornecidos pelo o Governo da Província de Luanda, através do seu Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, 2008, a área total de novas construções licenciadas foi de 1.063.678 m². O sector da habitação foi o que registou uma maior área de construção a que corresponderam 576.289 m², de seguida os serviços com 305.080 m². Consequentemente, é habitação que apresenta o maior peso no número de licenças emitidas pelo Governo Provincial, representando 54,18%, de seguida os serviços com 28,68%. Com um menor peso se nota nos equipamentos que medem 0,03% no número total de licenças emitidas.

Cacuaco apresentou uma área de construção que mede no total 933 m², Ingombota: teve uma área de construção total de 566.539 m². Os serviços representaram 48,5% do número total de licenças emitidas, a habitação 34,6% e o segmento da hotelaria teve um peso de 3,3%, Kilamba Kiaxi: se registou construções no segmento do comércio, registando Olma área de construção total de 300 m², . Maianga: o sector da hotelaria foi o que apresentou maior área de construção 20.769 m², representando assim um peso de 45,8% do número total de licenças emitidas pelo Governo Provincial. A habitação e os serviços registaram 23,9% e 21,4% respectivamente.

Rangel teve uma área de construção total de 2.314 m². Se registou construções novas no sector da habitação 634 m² e no sector dos serviços 1.680 m².

Samba: teve uma área de construção total de 344.899 m². A habitação predominou com um total de construção de 283.226 m², o comércio registou uma área total de 37.281 m². Na hotelaria também se registou construções com uma área total de 4.507 m², a habitação representou 82,1% de número total de licenças emitidas Viana houve construções no segmento da habitação 85.367 m², no comércio 14.602 m² e na indústria 3.392 m² representando, assim, a habitação 82,6% do peso total das licenças emitidas. •

6.5 Luanda : uma cidade de betão

Jornal cruzeiro do Sul

De 07 a 14 de Março de 2010

A forma como Luanda vem crescendo, particularmente no capítulo das obras de construção civil, com edifícios imponentes que encham os olhos dos seus habitantes e visitantes, tem merecido rasgados elogios de investidores e de observadores atentos, por se estar a adaptar cada vez mais as tendências modernas.

A corrida ao sector imobiliário em Angola deve-se principalmente a grande procura que existe por imóveis, o que faz com que a venda ou aluguer de uma vivenda ou apartamento situada numa das áreas nobres de Luanda seja um negócio extremamente rentável. Para se ter uma ideia, nesta altura, o aluguer de um apartamento com dois quartos, sala, cozinha, varanda, situado num prédio em boas condições, chega a 7.000 dólares norte americanos e o interessado deve pagar, adiantado, o valor de um no.

Atentos a esta tendência, os grandes investidores, principalmente estrangeiros, começaram a erguer edifícios, que rapidamente se tornaram referência no país. Um destes é o do Grupo Espírito Santo Angola, uma torre com 102 metros de altura e 24 andares, construída no coração da cidade, no Kinaxixi .

Para erguer este "mostro de betão", o referido grupo comercial investiu 135 milhões de dólares, valor que deverá recuperar nos próximos anos. Nesta altura, o prédio está totalmente ocupado e nele funcionam empresas, assim como alberga particulares que preferiram se instalar no edifício de luxo.

O prédio, que rapidamente se tornou numa referência da capital do país, tem uma área total de construção de 50 mil metros quadrados, que inclui escritórios e onze apartamentos, área comercial e parque de estacionamento.

Na galeria das estruturas gigantescas da capital estão incluídas as "Torres Atlântico", situadas na Marginal de Luanda, como resultado de um investimento avaliado em 350 Milhões de dólares norte-americanos das petrolíferas Sonangol, B.P. e Essa.

O edifício ocupa uma área de quatro mil e duzentos metros quadrados e inclui duas torres, uma residencial e outra para escritórios, esta última com 19 andares.

Ao olharmos para as novas estruturas da capital, também ressalta o "Hotel Sknat", erguido numa área nobre de Luanda, na Avenida de Portugal, uma unidade hoteleira imponente, com 220 quartos, 11 suites e estacionamento privativo.

Os edifícios citados são apenas alguns dos exemplos do crescimento da cidade no que toca a grandes estruturas, tendo em conta que vários outros investimentos em curso trarão a cidade, nos próximos dois anos, outros

prédios imponentes.

Entretanto, um olhar mais atento para estas estruturas deixa claro que a capital do país se torna cada vez mais numa cidade de betão, sem espaços verdes.

Todas as estruturas citadas não contemplam zonas verdes, por mais pequenas que sejam, contrastando com a imagem anterior da cidade.

Mais grave ainda é que alguns dos edifícios que estão a ser construídos em espaços que antes eram ou zona de lazer ou espaços arborizados, o que derruba, a passos galopantes, a zona verde de Luanda.

Embora seja importante ter uma cidade cada vez mais moderna, também não é menos importante que este crescimento seja harmonioso e que contemple espaços verdes e de lazer tendo em conta a perspectiva de qualidade de vida dos seus habitantes .

6. 6 Prédios correm risco de desabar

Jornal Novo Jornal

8 de Janeiro de 2010

Cinco Edifícios localizados no bairro Nelito Soares, município do Rangel. correm o risco de desabar por causa das fracturas que os prédios apresentam. Os moradores das construções sul-africanas, como também são conhecidos os imóveis, sentem-se apavorados com a situação vivida há mais de 10 anos e que justificam com materiais usados na construção.

Situados na zona das C-5, os edifícios castanhos, de apenas dois andares, foram construídos há mais de 20 anos pelos sul-africanos, mas, de acordo com os moradores, já não têm suporte suficiente para aguentarem peso.

Segundo Kassanje Freire, morador de um dos prédios há mais de 20 anos, o imóvel foi feito à base de palha, arames e cimento e a degradação torna-se evidente à vista desarmada. Os edifícios carecem de remodelação e alguns nem degraus têm.

Alguns apartamentos já não têm varandas e casas de banho, desabaram, e várias. pessoas já caíram. Felizmente, por os prédios serem pouco altos não morreu ninguém. Os moradores estão cansados de reclamar e ninguém soluciona o problema. Sem corrimão, água e energia eléctrica, quem ali vive gasta por dia 500 a 1000 kwanzas para conseguir ter água em casa, valor que não é acessível a todos os bolsos.

Os residentes queixam-se também de difamação por parte de alguns órgãos de informação que dizem que o administrador do Rangel, Maciel Neto, indemnizou-os com casas no Zango I, mas que estes recusaram. "Dizem que nos deram casas no Zango I e nós recusámos, é tudo mentira. O que eles fizeram foi vir cá com apenas seis chaves para 48 famílias e eram casas

sem chão. Para viver naquelas condições, preferimos continuar aqui", contestou Bernarda Freire.

Descontente com a situação está também Amélia João, que viu uma parte do seu apartamento sucumbir com as roturas do seu prédio. "Apartamentos há em que o vizinho de baixo consegue ver o tecto do de cima. O pior é que não há tempo chuvoso ou seco para fragmentar o prédio", nota a moradora. Contactado ao telefone pelo Novo Jornal, o administrador do município do Rangel Maciel Neto, disse casas em que vivem aqueles moradores e manifestou-se preocupado. "Se eles estão nas condições em que estão é por pura teimosia deles. O Governo criou as condições, dando-lhes casas com o objectivo de evitar mortes porque os edifícios estão mal mesmo, mas infelizmente as pessoas não estavam interessadas, diziam que as casas não prestavam", frisou

O administrador acrescentou -que, embora tendo um número reduzido de seis chaves, o processo de transferência dos moradores era para ser paulatino. "Não iríamos conseguir alojá-los todos num só dia, mas eles infelizmente recusaram. O Governo descarta qualquer responsabilidade sobre aqueles municípios salientou, acrescentando que as casas estavam bem situadas no Zango e com infra-estruturas todas apetrechadas, mas eles preferiram continuar na situação em que se encontram.

Segundo Maciel Neto, o governo não tem nenhum projecto, para já, para recuperar aqueles edifícios. E lamenta que os moradores tenham desperdiçado a oportunidade de terem uma casa condições em que vivem aqueles moradores e manifestou-se preocupado. "Se eles estão nas condições em que estão é por pura teimosia deles. O Governo criou as condições, dando-lhes casas com o objectivo de evitar mortes porque os edifícios estão mal mesmo, mas infelizmente as pessoas não estavam interessadas, diziam que as casas não prestavam", frisou

O administrador acrescentou -que, embora tendo um número reduzido de seis chaves, o processo de transferência dos moradores era para ser paulatino. "Não iríamos conseguir alojá-los todos num só dia, mas eles infelizmente recusaram. O Governo descarta qualquer responsabilidade sobre aqueles municípios", salientou, acrescentando que as casas estavam bem situadas no Zango I e com infra-estruturas todas apetrechadas, mas eles preferiram continuar na situação em que se encontram.

Segundo Maciel Neto, o governo não tem nenhum projecto, para já, para recuperar aqueles edifícios. E lamenta que os moradores tenham desperdiçado a oportunidade de terem uma casa condigna.

6.7 Projectos habitacionais são lançados em Angola

Jornal de Angola

11 de Janeiro de 2010

No ano findo, o país viu nascer infra-estruturas económicas e sociais, das quais figuram vários projectos habitacionais, hoteleiros e desportivos, numa, clara demonstração do crescimento socioeconómico do país, sobretudo nos últimos seis anos.

O Governo criou as condições necessárias para esse crescimento, concebendo um programa para a edificação de um milhão de fogos habitacionais, num período de quatro anos, para proporcionar aos angolanos melhores condições de vida.

A primeira Conferência Nacional sobre a Habitação realizou-se em Abril de 2009, uma iniciativa do Governo, no âmbito da estratégia de execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que realça a importância do ordenamento do território para uma melhor gestão urbana.

Na ocasião, o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, falou da criação de condições indispensáveis para o bem estar material e espiritual de todos os cidadãos, de modo a permitir a sua progressiva evolução económica e social.

De acordo com o Presidente da República, neste aspecto particular, a habitação deve ser encarada como parte de uma política de reordenamento do território, cujo objectivo é melhorar a qualidade de vida das populações urbanas e rurais e racionalizar os investimentos públicos.

Tudo isto levou ao surgimento, de vários investidores do ramo imobiliário, em parceria com em presas de construção civil e outros elementos ligados à produção d material para a edificação de casas, empenhados na execução d projectos habitacionais.

Algumas imobiliárias inicia ramo, no ano passado, estudos para a edificação de moradias de baixa renda , de modo a contribuir para o sucesso do programa governamental de fomento habitacional , por constituir um desafio para o Estado , a sociedade e mesmo para as próprias instituições . Muitos milhões de dólares foram injectados em vários projectos habitacionais .

6.8 Construção em fase de crescimento

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2010

O ano de 2009 foi fértil em construções novas, conforme demonstram dados estáticos lançados pelo

Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), que fez sair uma revista, que vai servir de canal de comunicação e promover as actividades de ordenamento planeamento e gestão urbana de Luanda. Com periodicidade trimestral, a Revista IPGUL, que tem uma tiragem de mil exemplares e 23 páginas, vai abordar um conjunto de informação do Governo da Província de Luanda e temas ligados à requalificação urbana da cidade capital.

Em 2009, Luanda registou 76 por cento de construção nova, três por cento de obras reconstruídas, três por cento de demolição, nove por cento de obras alteradas e nove por cento de ampliação.

Quanto a licenças de obras particulares emitidas em 2009, o município da Ingombota lidera com 55 obras, o que corresponde a 33 por cento, face as 49 do município da Samba, correspondente a 30 por cento. Viana conta com 19 licenças de obras particulares e Maianga com 15. Rangel conta com 11 obras, Sambizanga com quatro, Cacucaco com três, igual número de obras do município de Cazenga. Kilamba Kixi tem apenas duas licenças de obras particulares emitidas no ano passado. Relativamente às novas construções, o município da Samba ocupa o lugar cimeiro com 47, seguido do município da Ingombota com 27. No que toca a área de construção por uso, segundo dados estáticos do IPGUL, 407.779, (72 por cento) é o total de espaço ocupado para habitação, enquanto 68.208 (12 por cento) para superfície comercial, 65.843 (11 por cento) para turismo e apenas 27.755, (cinco por cento) para indústria.

Os municípios da Ingombota com 151.933 e da Samba com 154.691 são os municípios com as maiores parcelas de áreas de construção para habitação. Seguidos de Viana, Rangel e Cazenga.

Em 2008, a província de Luanda registou um total de 1.063.678 metros quadrados de novas construções. Neste ano, o sector da habitação foi o que registou, à semelhança de 2009, uma maior área (construção a que correspondera: 576.289 metros quadrados, seguindo-se os serviços, com 305.080 metros quadrados.

De acordo com os dados expressos na revista IPGUL, é a habitação que representa o maior peso no mero de licenças emitidas pelo Governo Provincial de Luanda, representando 54,18 por cento, seguida dos serviços, com 28,68 por cento.

Com um menor peso estão os equipamentos, que apresentam apenas um peso de 0,03 por cento numero total de licenças emitidas.

6.9 Construção de habitações em Luanda ocupa mais de 400 mil metros quadrados

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2010

O director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), Hélder José, afirmou que, em 2009, o espaço oficial ocupado pelas obras de construção no sector da habitação foi de 407.779 metros quadrados.

Em declarações à Angop, Hélder José disse que o sector comercial ocupou uma superfície de 68.208 metros quadrados, turismo 65.843 e a indústria 27.755 metros quadrados.

Os municípios com maiores áreas construídas para habitação foram a Ingombota e a Samba, ocupando, respectivamente, extensões correspondentes a 151.933 e 154.691 metros quadrados, seguindo-se Viana, Rangel e Cazenga. No ano transacto, a província de Luanda ocupou uma área de 1.063.678 metros quadrados de novas construções, dos quais 407.779 pertencem a habitação seguindo-se os serviços, com 305.080 metros quadrados

Quanto a licenças de obras atribuídas a particulares, durante o ano em referência o município da Ingombota registou 55 obras, seguido pela Samba com 49 e Viana com 19 licenças.

Relativamente às novas construções, a Samba ocupa o primeiro lugar com 47, seguido pela Ingombota com 27.

Em 2008, a província registou 950.350 metros quadrados de novas construções, dos quais 380 mil metros quadrados para habitação.

Com uma população estimada em mais de cinco milhões de habitantes, fazem parte da província de Luanda os municípios da Ingombota, Samba, Sambizanga, Rangel, Kilamba Kiaxi, Maianga, Cazenga, Cacucaco e Viana.

6.10 Bairros da Maianga em requalificação

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2010-03-01

O Governo está a requalificar as principais cidades do país e nesses projectos estão incluídos os bairros Cassenda, Mártires de Kifangondo e do Prenda, no município da Maianga.

A reportagem do Jornal de Angola conversou com os intervenientes nas obras. Joaquim Amaro, encarregado geral de obra, confirmou que "estamos aqui a fazer uma

requalificação do bairro do Cassenda, nos esgotos domésticos e das águas pluviais, arranjos dos passeios e a pavimentação das ruas.

A empresa Anteros está a recuperar cinco ruas do Cassenda numa extensão de sete quilómetros. "Nós temos cumprido todas as nossas obrigações com os nossos funcionários. Mas como não temos recebido pelas obras que fizemos, estamos na contingência de dispensar pessoal", disse o encarregado de obras.

Joaquim Amaro mostrou a rua que dá acesso à Administração da Maianga em recuperação, apenas faltando acabar os passeios.

A população do bairro do Cassenda no princípio das obras causou grandes obstáculos aos trabalhos, por causa dos carros estacionados nos locais onde era preciso intervir. Mas agora toda a gente está a colaborar.

Joaquim Amaro diz que quando as obras arrancaram, os técnicos verificaram que os colectores de esgotos estavam todos entupidos. "Com o desenrolar dos trabalhos os esgotos começaram a funcionar e deixaram de destruir o pavimento", disse Joaquim Amaro.

Dala Francisco, trabalhador da empresa Anteros há três anos, é operador de máquinas. Presentemente está a conduzir um cilindro, para compactar as ruas.

No princípio o seu trabalho estava a ser dificultado pelas viaturas estacionadas nas vias. Mas nos últimos dias a Polícia Nacional tomou conta da situação e os trabalhos correm a bom ritmo.

Dala Francisco assegura que a população, no princípio das obras, reagiu muito mal, inclusive houve moradores que quiseram danificar as máquinas. Foi necessária a intervenção da Polícia Nacional. Confirmou igualmente a colocação de um novo tapete de asfalto nas ruas e a construção de novos esgotos.

Mártires de Kifangondo

Jerónimo Dias é gerente de uma panificadora. Ele trabalha há quatro anos no município. Confirmou que quando chegou ao bairro, junto à rua que passa em frente à Administração da Maianga, a área não tinha esgotos e a rua estava em péssimo estado.

A primeira empresa de construção civil que trabalhou na zona, não fez quase nada.

"Os empreiteiros que agora tomaram conta da obra arranjam Bernardo João está a trabalhar na colocação do asfalto nas ruas do bairro e disse que está tudo a correr bem.

José Cândido é morador no bairro há mais de 30 anos. Reconheceu a qualidade das obras em curso. "Vejo que as obras estão a ser bem efectuadas.

No interior do bairro estou a constatar melhorias. Os esgotos estão a ser bem feitos o que é bom para a evacuação das águas domésticas e das chuvas", afirmou. No interior do Bairro Mártires de Kifangondo estão a

trabalhar equipas de planeamento, de terraplanagem, de electricidade, de canalização e pedreiros que estão a fazer os passeios.

Euclides Panzo, um jovem que nasceu no Mártires de Kifangondo disse que os trabalhos estão a mudar o visual do bairro: antes destas obras, sempre que chovia tínhamos água paradas e muita lama, o que dificulta a mobilidade das pessoas. Agora já não acontece. O jovem diz que os trabalhos estão a decorrer lentamente, mas bem.

As obras na Maianga

Manuel Marta, administrador da Maianga, confirmou que estão a decorrer no município muitas obras de requalificação, a começar pelo o bairro dos Mártires do Kifangondo

Segundo Manuel Marta, as obras estão a bom ritmo, não obstante existirem alguns percalços financeiros. Contudo, a empreiteira está a cumprir os compromissos que assumiu com o Governo e com administração da Maianga.

No Cassenda trabalham quatro empresas. Segundo o administrador, trata-se de um bairro que nunca teve esgotos, desde a sua concepção na era colonial.

Nesse tempo nasceu como um bairro clandestino. Só mais tarde as casas foram legalizadas, mas cresceu de forma desordenada, sem saneamento básico nem qualquer critério arquitectónico.

O primeiro trabalho que as empresas fizeram, de acordo com a fiscalização, foi a drenagem esgoto, para escoar as águas residuais, afirmou Manuel Marta. O administrador da Maianga confirmou que os trabalhos nas valas de drenagem já estão quase concluídos.

Manuel Marta referiu que há obras, cada prédio tinha a sua fossa séptica agora com vala de drenagem, nos bairros, estão a ser feitas ligações dos esgotos domésticos para melhor escoar os resíduos

“ Estamos agora na fase de reabilitação dos passeios, lancis e colocação do novo tapete de asfalto nas ruas “. informou Manuel Marta, para acrescentar que nas ruas onde se encontra localizada a Administração Municipal já foi colocada a primeira camada tapete asfalto.

Problemas no Prenda, outra área da Administração da Maianga, os empreiteiros estão a encontrar muitos obstáculos. Manuel Marta revela que a muita sucata a obstruir as vias “ e encontramos construções nos terrenos onde deve ser construída a vala de drenagem e os esgotos “.

O administrador da Maianga admitiu que os trabalhos decorrem lentamente, também devido ao atraso nos pagamentos. Mas devem ficar concluídos até final deste ano, caso haja cumprimento dos contratos financeiros.

Quanto ao Cassenda, a sua reabilitação total é o facto nos próximos meses. Todas as ruas vão ter asfalto,

novos passeios e lancis.

Os trabalhos estão orçados em mais de 20 milhões de dólares. A nível da energia, a EDEL em parceria com a ENE, conseguiu montar 20 geradores para o fornecimento de energia no Morro da Luz. É um investimento de grande vulto, porque anteriormente a energia naquela área era muito oscilante.

Com a implementação dos geradores, que fornecem energia ao Rocha Pinto e uma parte da Samba o problema dos habituais cortes fica resolvido. Manuel Marta revelou que no ano passado foram construídos três postos de transformação.

Manuel Marta confirmou que está em curso, a requalificação da Rua 21 de Janeiro e no Rocha Pinto vão ser construídos dez novos postos de transformação ainda no decorrer deste ano para, para suprir o défice de energia.

O administrador da Maianga revelou também a empresa de água de Luanda (EPAL), está a montar um posto de distribuição no fim da pista do aeroporto militar cuja conduta de distribuição de água fica concluída até final deste primeiro semestre.

O administrador da Maianga prometeu a inauguração de uma escola do II nível no bairro do Catintón (Luanda – Sul) com 12 salas de aulas.

Uma outra escola para servir o novo ano lectivo vai ser inaugurada no Largo das Escolas, junto a Praça da Independência.

A nível da saúde, no ano que findou sete centros de saúde no município foram reabilitados. Está em carteira para este ano a construção do Hospital Municipal.

Manuel Marta chamou atenção dos munícipes para o esforço redobrado entre as autoridades municipais e a sociedade civil em geral para sanarem os problemas da comunidades do município da Maianga, sobretudo na questão da recolha do lixo.

6.11 Mais difícil comprar casa

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2010

Diz o adágio que "quem casa quer casa", mas as regras do crédito à habitação ditam uma sorte diferente: o sonho de comprar um apartamento tende a não sobreviver a um pedido de empréstimo.

Esta foi a realidade que o Expansão encontrou numa ronda por quatro das principais instituições financeiras do País - Banco de Fomento Angola (EFA), Banco Internacional de Crédito (BIC), Banco Millennium Angola (EMA), Banco Africano de Investimentos (EAI) -, onde salta à vista a falta de uniformização dos critérios para a atribuição de financiamentos (ver caixa). Apesar da existência de algumas exigências comuns, que incluem a apresentação de comprovativos de rendimentos e prazos de reembolso diferenciados em

função da idade, há bancos que estabelecem tectos máximos de crédito muito abaixo dos preços transaccionados no mercado habitacional (300 mil USD, quando a maioria da oferta imobiliária está avaliada no dobro), enquanto outros recusam financiar a totalidade do valor do imóvel, exigindo que os clientes assegurem o pagamento de 10% da casa antes de receberem os empréstimos. "É a desregra total", considera o economista Lopes Raul, numa análise ao Expansão sobre o acesso ao crédito à habitação. Lembrando que o mercado imobiliário apresenta apartamentos com preços entre 1 e 3 milhões USD, o especialista lamenta que a maioria da população não tenha capacidade de suportar esse encargo. O resultado, observa Lopes Raul, é que os imóveis acabam por ficar em mãos não nacionais: "Ao estrangeiro não constrange vir ao País e viver num apartamento de 1 milhão USD, porque tem rendimentos e acesso aos capitais do país de origem, com protecção para intervir no nosso mercado, fazer os seus negócios e repatriar os seus capitais .

Para corrigir a situação, que classifica esta situação, que classifica de " injusta e inconcebível ", o economista defende uma maior intervenção do Estado, essencial, por exemplo, para a estabilização das taxas de juros.

Mesmo recorrendo o peso das forças do mercado neste aumento explicado pelos riscos associados ao crédito, Lopes Raul aponta outra variável como determinante para esta duplicação de factura: " os riscos são argumentos muitas vezes usados para tentar justificar os critérios subjectivos na atribuição do crédito.

Segundo especialista, esta subjectividade tem de ser substituída por apreciação objectiva, porque " o juro é o preço do dinheiro ".

Neste sentido, o economista considera que compete ao Estado administrar esses riscos, porque os bancos comerciais, apesar de serem instituições que realizam negócios, não devem poder fazer o que bem entendem. "É o Banco Nacional de Angola (BNA) que tem de definir as regras de jogo", explica Lopes Raul, acrescentando que ao BNA "compete gerir os indicadores macroeconómicos do País, como a inflação ou a deflação, de modo a que o mercado funcione normalmente".

Além de defender uma taxa de referência para o mercado, o especialista fala também na necessidade de estender a regulação ao domínio do registo de propriedade, nomeadamente dos terrenos para hipoteca junto de bancos. "O Estado é que tem de proteger os cidadãos, nesse aspecto, fazendo com que estes sejam detentores de bens", diz Lopes Raul, lembrando as responsabilidades que recaem sobre o Ministério das Finanças, enquanto regulador da política de cobrança de impostos, junto de agentes económicos,

Lopes Raul critica a dependência estatal do petróleo, por decorrerem também dessa situação as lacunas do

tecido empresarial, defendendo que, a partir do momento em que há contribuintes, tem de haver políticas de forma a facilitar a vida destes tributários. "Esta cadeia ainda não funciona bem no nosso País", observa o economista, lamentando o facto de Angola ser um dos países onde o dinheiro é pouco valorizado, tendo em conta o desequilíbrio no acesso aos capitais entre as pessoas. Esta discrepância é que cria todo este ambiente especulativo, conclui Lopes Raul, antevendo que a introdução de normas rigorosas no crédito à habitação permitirá adquirir boas casas (com piscina, parque, jardim, e outras comodidades a 50 mil USD. As contas ganham ainda mais solidez com os planos de construção de um milhão de casas de baixa renda até 2012, iniciativa governamental que promete alargar o acesso ao crédito à habitação, ainda demasiado restrito aos altos quadros das empresas.

Essa perspectiva de alargamento foi projectada por Fernando Teles, um dos mais experientes banqueiros nacionais e actual presidente do Banco BIC, que, numa entrevista ao Expansão, garantiu que o aparecimento de habitações mais baratas será acompanhado de um maior apoio da banca. Mas enquanto não se erguem os novos imóveis, o banqueiro deixou um conselho: é possível pagar uma casa de 1,5 milhões USD, até cinco anos, arrendando-a a empresas estrangeiras que têm vindo a instalar-se no País.

Regras do Mercado

Números recolhidos juntos do BFA e o Banco BIC indicam um aumento das taxas de juros do crédito à habitação para uma média de 22 %, sendo de 23 % no primeiro e de 21 % no segundo banco. Assim, no BFA, onde nos últimos anos o tecto máximo dos para os empréstimos se fixou em 300 mil USD fica sujeito ao pagamento mensal de 11,649 USD. Para o financiamento de 100 mil, a prestação fica fixada em 3883 USD mensais, reduzida para 2718, 10 USD no caso de um empréstimo de 50 mil USD.

Todavia, o valor mensal de reembolso para qualquer um dos créditos é passível de redução, depois de um ano do serviço da dívida, no BFA, procedimento idêntico ao BIC.

No entanto, em cada uma destas situações, o custo suportar em prestações não deve exceder cerca de 30 % a 35 % do salário líquido.

Já no Banco Internacional de Crédito, o prazo de reembolso pode prolongar-se até aos 35 anos, desde que o cliente não tenha mais de 60 anos. Tal como o BFA, o BIC financia 90 % do imóvel, sendo exigindo um comprovativo do pagamento dos restantes 10 % à entidade com quem negociou o imóvel. Também o Banco Africano de Investimento (BAI) assegura apenas 90 % do financiamento, estabelecendo 20 anos como

prazo de reembolso e exigindo que a idade do solicitante não exceda os 55 anos.

Tal como o BAI como o BIC concedem empréstimos para a compra de casa até o máximo de 500 mil USD com a diferença de que o BIC propõe uma modalidade alternativa para valores mais elevados, enquadra-os no crédito ao investimento

6.12 Pagamento de imposto predial em vigor na província de Angola

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2010

A repartição fiscal do Kwanhama, província do Cunene, vai implementar, a partir deste ano, o sistema de pagamento de imposto predial urbano na cidade de Ondjiva e nos municípios de Namacunde e Cuvelai.

Em declarações ontem à Angop, o chefe da repartição no Kwanhama, Carlos Frederico, disse que a instituição trabalhou, durante os últimos três anos, na recolha e informatização de dados a nível dos municípios de Kwanhama, Cuvelai e Namacunde, com o objectivo de ter o controlo exacto dos imóveis existentes na sua área de jurisdição.

Segundo informou, com este estudo, a repartição fez, a partir de 2006, o cadastramento dos imóveis diversos localizados apenas nas sedes municipais.

Referiu que a instituição encontra-se já preparada tecnicamente, aguardando apenas pelas questões administrativas, de modo a que, até o segundo trimestre do ano em curso, possa começar a fazer a cobrança do registo de propriedade de prédio rústico, urbano ou misto.

Salientou a importância de se ter regularizado o registo imobiliário, como a segurança do bem e o uso como garantia em caso de empréstimo bancário.

De realçar que o imposto predial tributa o património imobiliário numa perspectiva estatística e incide sobre o valor locativo anual.

Entretanto, um montante avaliado em 692 milhões e cinco mil kwanzas foi arrecadado, em 2009, pela repartição fiscal do Kwanhama, província do Cunene, informou ontem o chefe do sector, Carlos Frederico.

Em declarações à Angop, o responsável disse que, comparativamente ao período homólogo, houve um acréscimo de 48 milhões, 291 mil e 422 kwanzas, cujo aumento das receitas é resultado do surgimento de novas empresas e serviços.

O valor arrecadado é proveniente do pagamento de impostos, o como o industrial, de selo, rendimento de trabalho, sobre o património e alienações.

No período em referência, a repartição fiscal do Kwanhama procedeu a emissão de três mil e 98113

cartões de contribuintes, distribuídos nos métodos declarativos e com três mil e 681 contribuintes, II estimativa com 199, verificação to 87 e de isenção com 14.

6.14 Pagamento do imposto predial no Kwanhama

Jornal de Angola

18 de Janeiro de 2010-03-01

A repartição fiscal do Kwanhama, província do Cunene, vai implementar, a partir deste ano, o sistema de pagamento de imposto predial urbano na cidade de Ondjiva e nos municípios de Namacunde e Cuvelai.

Em declarações a Angop o chefe da repartição no Kwanhama, Carlos Frederico, disse que a instituição trabalhou, durante os últimos três anos, na recolha e informatização de dados a nível dos municípios de Kwanhama, Cuvelai e Namacunde, com objectivo de ter o controlo exacto dos imóveis existentes na sua área de jurisdição.

Segundo informou, com este estudo, a repartição fez, a partir de 2006, o levantamento dos diversos imóveis localizados apenas nas sedes municipais .

6.13 Governo analisa reservas fundiárias em Luanda

Jornal de Angola

19 de Janeiro

O Ministério do Urbanismo e Habitação, em parceria com o Governo Provincial de Luanda, efectua, hoje, em Luanda, uma visita de campo para verificar a situação das reservas fundiárias.

A comitiva é chefiada pelo vice-ministro do Urbanismo e Habitação, António Teixeira Flor. A visita é realizada no âmbito do projecto habitacional que vai resultar na construção, até 2012, de um milhão de casas em todo o país.

Ontem, a Comissão Provincial de Urbanismo e Habitação e o Grupo Técnico de Luanda avaliaram, numa reunião, o apoio que pode ser prestação do para o êxito do programa. O vice-governador de Luanda para a área Técnica, Bento Soito, faz parte da delegação que hoje visita as reservas fundiárias de Luanda, localizadas nos municípios do Kilamba Kiaxi, Viana, Samba e Cacucó. Uma passagem pelo Campus Universitário, da Universidade Agostinho Neto, consta também do programa.

Em todo o país o Estado definiu ' as reservas fundiárias, onde serão t construí das um milhão de moradias

de todo o tipo, até 20 12, uma intenção que consta do programa de Governo do MPLA, partido que venceu

as eleições legislativas em Angola, que vive grandes carências no sector habitacional.

6.15 África do Sul pretende participar na reabilitação de infra-estrutura

Jornal de Angola

20 de Janeiro de 2010

O Governo sul-africano tem o desejo de ajudar Angola na reabilitação de infra-estruturas habitacionais, informou ontem o adido de imprensa da Embaixada angolana na África do Sul, António do Nascimento, citado pela Angop.

Elementos do executivo sul africano trabalham no levantamento de dados em oito províncias de Angola para ajudar no projecto de construção de um milhão de casas, anunciado pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. -

A África do Sul quer fazer moradias de baixa renda nas províncias do Huambo, Bié, Kuando -Kubango, Benguela, Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul. "Os peritos já estão . (no terreno para fazer o estudo, esperando apenas por um aval de Angola para a execução do projecto que já tem um financiamento garantido", disse.

Recentemente esteve em Luanda uma delegação sul-africana que manteve encontros com o ministro do Urbanismo e Habitação de Angola, José Ferreira, com quem assinou um protocolo de entendimento para o início da execução do projecto têm as mesmas características e, neste sentido, os Governos dos dois países pretendem reforçar a cooperação a nível dessas províncias, ressaltou o adido de imprensa da Embaixada de Angola na África do Sul. Lazúli Natas possui um dos maiores portos de África e nos últimos anos tem impulsionado o escoamento de produtos da África do Sul para Angola.

A delegação é chefiada pelo governador do Kwazulu Natal, Zweli Mkhize, e integra 30 pessoas ligadas às áreas de cultura, desporto, agricultura, desenvolvimento rural, relações tradicionais, água e energia.

Além de Benguela a delegação , desloca-se à província do Bengo, , onde pretende prestar homenagem ao túmulo do soldado desconhecido, em Kibaxe. "O governador de Kwazulu Natal considera a visita a Kibaxe uma oportunidade para homenagear todos os que tomaram pela liberdade, e trouxeram a paz não só para a Africa do Sul como para toda a região em geral", explicou António do Nascimento.

A delegação vai encontrar-se também com dirigentes da Sonangol, para contactos no sentido de passar a importar derivados de petróleo directamente a partir de Luanda.

Angola e África do Sul gozam de relações privilegiadas desde a ascensão ao poder do Presidente Jacob Zuma que a partir da sua investidura elegeu o país como centro das suas prioridades.

6.16 Nova cidade satélite de Luanda cresce em ritmo muito acelerado

20 de Janeiro de 2010

Jornal de Angola

Uma delegação chefiada pelo vice-ministro de Urbanismo e Ambiente, António Teixeira Flor, visitou ontem os projectos da nova cidade satélite de Luanda, localizados no Kilamba Kiaxi, Camama II e Zango III. No Camama II, as obras estão a cargo do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) e comporta edifícios de dez a 12 pisos para habitação, numa área em que a população já está enquadrada. A vila está a ser construída para acomodar parte da população luandense.

No Kilamba Kiaxi, a construção dos lotes está avançada. A área está loteada, com infra-estruturas como valas de drenagem, electricidade, abastecimento de água, esgotos, ruas, passeios, zonas verdes, bombas de combustível e espaço para hotéis, escolas e hospitais. No local vão surgir edifícios de habitação e comerciais, definidos para 170 mil habitantes, numa primeira fase. A segunda etapa do projecto está a ser dimensionada.

Na localidade do Zango, também estão a ser erguidas as infra-estruturas como rede viária, água electricidade, iluminação pública e domiciliar, esgotos e passeios para duas mil casas. Parte do projecto é do Ministério do Urbanismo e Habitação e outra está enquadrada no programa de autoconstrução dirigida.

Os primeiros 500 lotes já estão definidos, com as bases, nalguns casos, já implantadas, e noutros as residências já começaram a ser erguidas. As equipas técnicas estão no local para acompanhar o desenvolvimento das obras.

As primeiras casas devem ser entregues até finais de Julho. Os primeiros lotes são para as populações sinistradas pelas chuvas, incêndios da Ilha de Luanda e de localidades.

O vice-governador de Luanda para a área técnica, António Bento Soito, que acompanhou a delegação, disse que o programa está a ser executado de forma gradual e não há perigo de ocupação da reserva fundiária, porque a população está sensibilizada para não ocupar as áreas. "É uma carteira de acções que o Governo Central e de Luanda está a executar no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação Social", disse Bento Soito.

O vice- ministro de Urbanismo e Habitação, António

Teixeira Flor, elogiou o empenho dos envolvidos no processo e realçou a necessidade de mais técnicos com capacidade de gestão.

6.17 Casa e emprego brilham no horizonte

Jornal o País

22 de Janeiro de 2010

Um milhão de casas é o objectivo de construção para o programa que agora viu terminar o primeiro ano de abrangência e que terá em 2012 o seu prazo limite.

Ciente de que o défice de habitação é superior a este milhão de fogos, dados do Ministério do Urbanismo apontam para que em 2008, fosse de 1,7 milhões e que em 2013, se nada fosse feito, haveria cerca de dois milhões de casa a menos do que aquelas e o número de habitantes exige – o Governo já fez saber que o esforço não parará com este projecto delineado para 2009/2012, prosseguindo com ainda mais construção.

As modalidades variam entre o sector público (11, 5 % o milhão de casas), privado (12 %), cooperativas (8%) ou autoconstrução (68, 5 % no plano 2009 /2012). Este último modelo é incentivado nos termos da Lei de Bases do Fomento Habitacional. No meio urbano haverá concessão de terreno e fiscalizará a obra, controlando depois o preço dos imóveis e o destino a dar aos fogos valendo-se dos contratos assinados. Fomentar o emprego é outra das valências, prosseguindo a dinâmica do actual projecto, com a qual se prevê criar 600 mil empregos directos.

Num diagnóstico ao mercado habitacional, o banco Millennium Angola revela dificuldades que ajudam a entender a necessidade de agir neste campo com urgência: “ excesso de oferta no segmento médio e alto défice de oferta nos segmentos médio, médio baixo “ por outro lado, indica o Millennium Angola, verificam-se “ preços de arrendamento proibitivos para uma família de baixa renda o que se agrava nas rendas baixas. Como exemplo, o banco aponta “ T1 em Luanda atinge facilmente um valor de renda de 5 ou 6 USD por mês e uma moradia T4/T5 pode chegar aos 15 mil a 20 mil USD por mês.

Primeiro ano com 90 % de execução

Na entrada do segundo dos quatro anos do programa de construção de um milhão de habitações, os responsáveis continuam confiantes na concretização deste objectivo, ouvindo-se agora palavras que apontam para o reforço do volume de construção após 2012. Até final de Dezembro, grande parte das províncias já tinha os seus terrenos delimitados, e estavam preparados e

registados cerca de 90% dos fogos previstos para esse ano, segundo dados do Ministério do Urbanismo e Ambiente. Para 2010, o Governo está a preparar mais 35 mil hectares.

"A meta continua a ser de construir um milhão de casas até 2012, mas esta fasquia poderá ser ultrapassada", garantiu o ministro do Urbanismo e Ambiente, apontando meados deste ano como estimativa para entrega das primeiras habitações abrangidas pelo plano. No final de Dezembro, afirmou ainda o ministro José Ferreira, estavam já em conclusão 553 edifícios dos 600 iniciais previstos para este período. A sul, no Cunene, Huíla e Namibe, já há terrenos entregues aos proprietários, para que estes dêem início aos trabalhos. Por seu turno, em Luanda, uma das zonas seleccionadas para área de construção é a do novo estádio 11 de Novembro, em Kilamba Kiaxi, onde, no início de Dezembro, já foram inauguradas 200 casas sociais. Também no último mês de 2009 foi apresentado o plano de urbanização da reserva fundiária de Porto Amboim, que terá, numa primeira fase, 160 hectares.

Para este mês está ainda marcado o início dos trabalhos de construção de 3600 casas no Bié, a primeira fase naquela província.

Acabar com o desordenamento visível em muitos pontos do País, sobretudo a caótica situação da província de Luanda, é essencial, embora este projecto se centre, em primeira instância, na reunião de novas áreas de construção, com edificação horizontal (moradias) e vertical (prédios). Para o Governo, a prioridade são as casas sociais do tipo T2 e T3, destinadas a cidadãos de baixa e média renda. Os preços poderão começar em torno dos 35 mil USD. "Embora a prioridade seja esse tipo de imóveis, certamente que irão surgir, em paralelo, casas de alta renda, através dos sectores público, privado e pessoas organizadas em cooperativas e cidadãos com capacidade financeira, que eventualmente poderão edificar prédios ou grandes vivendas", afirmou o director-geral do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia.

O programa de habitação prevê a implementação de 88 projectos de constituição e demarcação de terrenos como reservas fundiárias do Estado para fins habitacionais, nas 18 províncias, incluindo infra-estruturas (saneamento, arruamentos, redes de telefone, água e luz) equipamento colectivo (centro de saúde, estabelecimentos comerciais e creches por exemplo) nas capitais de províncias e nos 164 municípios.

O processo de construção envolve os próprios beneficiários. Entre estes, 685 mil famílias receberão kits de construção para poderem edificar a sua casa sendo que neste se incluem o tecto, loiça sanitária, material eléctrico, portas, cimentos e areia.

No plano geral criar condições para que seja efectuado

o registo de cada propriedade em nome do seu legítimo proprietário e haver direito de propriedade sobre o solo, e não só ao seu usufruto, são duas das discussões que se têm ouvido. A propósito do registo predial, o Ministério da Justiça irá dar novos passos durante este ano para simplificar e desburocratizar o processo, garantia a ministra da tutela no final de Dezembro.

Por outro lado, para que a construção possa ser mais rápida e menos dispendiosa, foi criado um regime fiscal aduaneiro que beneficiará a importação de materiais de construção, ao mesmo tempo que se geram incentivos para o estabelecimento no País de novas indústrias. Exemplo disso é a criação de três novas fábricas de cimento, tijolo e loiça sanitária durante este ano, através da cooperação com empresários vietnamitas.

Por fim, numa matéria que poderá determinar a capacidade de dar início aos trabalhos, o crédito bancário espera pela concretização das medidas de registo de propriedade e direito da terra, havendo já instituições que se dizem preparadas para o crédito aos clientes. Uma das grandes dúvidas do momento reside no caminho que tomará a taxa de juro para os empréstimos, já hoje em valores elevados. Certo é que, no País, de acordo com os dados do Millennium Angola, o crédito à habitação ainda é residual, quando comparado com o crédito à promoção imobiliária.

6.18 Prioridade para desminagem em todas as reservas

Jornal de Angola

20 de Janeiro

A desminagem das reservas fundiárias do Estado para permitir a execução do programa de construção de um milhão de casas em todo constitui a prioridade para o Instituto Nacional de Desminagem Huíla, no presente ano.

A directora da Instituição, Dulce Tito, adiantou que alguns administradores municipais estão com dificuldades em fazerem os loteamentos e urbanizações devido a suspeitas de minas.

Sublinhou que a situação é preocupante nos municípios do leste da província, onde, numa primeira fase, vão estar concentrados os esforços do efectivo. Além da desminagem das reservas fundiárias, a actividade abrange também algumas lavras da população, para incentivar a produção agro-pecuária nas localidades.

Cresce área livre de minas

Uma extensão com dez mil metros quadrados dos municípios situados a norte e leste da província da Huíla está limpa de minas, fruto do trabalho levado a

cabo pelo Instituto de Desminagem de Angola no passado.

As áreas localizadas nos municípios do Chipindo, Cuvango, Jamba Caconda Caluquembe e Chicomba foram desminadas, tendo sido removidos mais de mil engenhos explosivos de pequeno, médio e grande calibre.

A directora Dulce Tito esclareceu que a extensão limpa está a ser aproveitada pela empresa Angola Telecom para instalação do cabo de fibra óptica.

Ao fazer o balanço das actividades desenvolvidas no ano passado, Dulce Tito informou que foram retirados 700 engenhos explosivos, 333 minas anti-tanque e anti-pessoal. O material já foi destruído.

O Instituto procedeu ainda à desminagem de 600 mil metros quadrados do aeródromo do município de Caconda, de onde foram retiradas 200 minas anti-pessoal, dez minas anti-tanque e 678 engenhos explosivos.

Para o êxito da operação, o Instituto contou com a parceria das Forças Armadas Angolanas, ONG nacionais e internacionais, administrações municipais, comunais e autoridades tradicionais.

6.19 Expropriações silenciosas

Novo Jornal

22 de Janeiro de 2010

Dona Mena está sentada na porta frontal do seu quintal com as suas filhas. Depois de longas horas a ajeitar a casa dos pequenos estragos da chuva de madrugada de quarta-feira, descansa um pouco enquanto vê os carros passar em frente a Martal da Praia do Bispo. Mas a calmaria dura pouco. Com uma cópia do Decreto nº 89/09 de 10 de Dezembro na mão, Mena passa a saber que o Conselho de Ministros aprovou, mesmo antes das festas, a expropriação dos bens privados de uma vasta área que abarca várias zonas, entre as quais a Praia do Bispo. A sua casa está assim contemplada.

“Tem que falar com o coordenador do bairro” diz insistentemente mostrando surpresa pela medida aprovada pelos ministros angolanos, da qual nunca ouviu falar. Mas o coordenador não estava, na altura da reportagem.

A expressão de surpresa de Dona Mena atrai outros moradores da área. Misturando alhos com bugalhos, mostrado total desinformação em relação às expropriações, Toni, funcionário da Martal, aponta para os escombros de demolições feitas por trás da loja que, sabe o NJ, nada têm a ver com o projecto do Centro Político e Administrativo. António João, morador no bairro há nove anos, também intervém. “Desse projecto não sabemos nada, mas há muito que os moradores tem sido informados que o bairro desaparecera a qualquer momento”, aponta. E acrescenta “aparecem aqui membros da administração municipal,

responsáveis do partido, mas nenhum deles toca no assunto. Estamos a saber desta informação agora através de vocês. “

"Se vão nos tirar daqui, porque é que não nos dizem nada enquanto é cedo?", interrogava-se, por sua vez, Maria Ambrósio. Moradora da Praia do Bispo, diz que já ouvira "falar na proibição de construir em alguns sítios daquela zona", ainda que não saiba se "tem ou não a ver agora com esta decisão do Conselho de Ministros".

Quem não mostra qualquer ar de surpresa são os habitantes do bairro conhecido por Favela, um amontoado de casas de chapa, papelão e sacos plásticos no Rio Seco. "Estamos fartos de ouvir falar de demolições e expropriações “ , dizem unísono, apontado que não se importam mais com os motivos que estros por trás delas , mas com benefício que lhe trarão .

A desinformação é geral, mesmo entre quem devia estar dentro do assunto. Bunga , coordenador de um dos quarteirões nas imediações da Chicala II , afirmou ao NJ não saber “ plano de qualquer expropriação “ no seu bairro ou noutros naquela zona .

Indemnizações a Prazo

A decisão do Conselho de Ministro vem publicada no Diário da República de 10 de Dezembro de 2009 (I Série -nº234). No decreto 89/09, o governo declara, “ para fins de utilidade pública, a expropriação das parcelas de terrenos de particulares compreendida no perímetro do centro Político Administrativo “ demarcado num mapa inscrito no decreto, que demarca uma vasta área assente em 20 vértices. Está zona desenhada num mapa desactualizado daquela parte da capital (não engloba) a nova marginal de Luanda, por exemplo), engole grande parte da Praia do Bispo e a zona adjacente á Fortaleza. A linha delimitadora segue pela Marginal e entra no Bailezão, seguindo depois pelas traseiras do Estádio dos Coqueiros (deixa de fora o chamado Prédio do Livro), seguindo pela Calçada dos Enforcados e Avenida do Primeiro Congresso. A marca vira á direita depois do Hospital Josina Machel (em frente ao Centro São José ex Caramelo) e segue em direcção ao Rio Seco , terminado na orla marítima .

De acordo com diploma , aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Outubro de 2009 e promulgação pelo o primeiro Ministro Paulo Kassoma no dia 30 de Novembro do mesmo ano , todo este perímetro é desanexado do Governo da Província de Luanda (GPL) .

A sua titularidade passa para os Serviços de Apoio ao Presidente da República. O terceiro e último artigo do

decreto estabelece, ao mesmo tempo, um sistema de indemnizações aos proprietários das parcelas de imóveis abrangidos pelos os diploma, que “ devem entrar em contacto como o GPL “ para receberem o direito . O prazo estipulado para o efeito é de 90 dias a contar da publicação do decreto . Contas feitas , no próximo dia 10 Março , as “ parcelas de terreno “ não reclamadas pelos os titulares , “ presumir-se-ão abandonadas “ .

Cidadãos Organizam-se

Entre a população que vive no chamado “ perímetro do Centro Político Administrativo “, maioritariamente alheia á decisão do Governo, há quem esteja a par da decisão do governo, e que se comprometa a lutar contra ela “ até as últimas instâncias “. Hermínio Paiva (nome fictício) é um dos moradores que despertou, “ por acaso através de uma amiga “, para o conteúdo do decreto 89 /09. “ O decreto dá-se 90 dias para pedir a indemnização, mas ninguém nos disse absolutamente nada “, protesta.

Assim que foi alertado para a situação, Hermínio Paiva dirigiu-se ao Instituto de Planeamento e Gestão Urbanístico de Luanda (IPFUL), órgão afecto ao GPL, no sentido de “ esclarecer o que se passa, em conformidade com a directiva do decreto “. Para sua surpresa, “ ninguém soube informar de nada menos dos mecanismos de acesso ás indemnizações previstas “ Uma situação considera “ surpreendente “. A Governadora de Luanda, Francisca Espírito Santo, é também Ministra sem pasta e esteve presente em Conselho de Ministro que aprovou o decreto, o que evidência qualquer directiva do GPL para dar andamento ao processo “.

A falta de informação, diz é “ muito preocupante tendo em conta que “ faltam apenas 51 dias, para acabar o prazo previsto para se pedirem a indemnizações “.

Perante o expectore das expropriações, os moradores começam a despertar pouco a pouco. Amanhã sábado, a Comissão de Moradores da Praia do Bispo vai reunir-se para “ tomar uma posição conjunta e ver formas de resolver o problemas, “ informou ao NJ o presidente deste órgão, Jofre Van-Dúnem. No encontro 2, diz estará também um topógrafo que vai indicar, ao certo, qual é área abrangida pelo o decreto “.

Herminio Paiva, também morador na Praia do Bispo, os habitantes estão organizar-se “, não descartando a possibilidade de se nomearem juristas que constituem um processo dirigido ás mais altas instâncias de justiça do país “.

“ Está zona delimitada engloba casas que passaram de geração. Causa-nos uma profunda indignação a forma sub-reptícia como o governador está a tratar este assunto “, considera.

6.20 As Varias Tentativas dos Planos Directores para Luanda

Folha 8

23 de Janeiro de 2010

Apolis grega, cidade - Estado, seguida pela civitas romana, Town anglo-saxónica e Medina Islâmica, são exemplos das formas emergentes de planeamento urbano, de expressões de Ordenamento do Espaço não rural que se desenvolvem com formas e funções, à medida que as necessidades se impõem, a própria cidade se ia fortificando, por razões de defesa, do mercado, do centro de abastecimento e das trocas comerciais, é da própria cidade - Templo e ao mesmo tempo artística que (foi) é Luanda, que apraz-nos tecer, se calhar, um ramalhete de cogitação. Segundo as nossas pesquisas, a cidade de Luanda, o seu crescimento urbano, ficou patente na análise da população da Urbe, porque as autoridades forçaram à tomada de medidas urbanísticas. Estas medidas acompanharam de perto as concepções relativas às relações entre os grupos somáticos que compõem a população, a par de uma dinâmica decorrente da especulação imobiliária.

Em nosso entender, é imperioso fazer-se apresentação de alguns elementos sobre o histórico da administração municipal, principalmente no que se refere à construção e à urbanização, pelo que gostaríamos de avivar a memória de algumas das mentes fertilizantes cá do "sítio" sobre o histórico dos planos urbanísticos gizados para Luanda, que poderá ajudar a compreender algumas contradições dos nossos dias neste denuncio.

Reza a história, que o primeiro plano da cidade foi levado a cabo no longínquo ano de 1942, plano este que deveu-se ao arquitecto francês de origem russa, Etienne de Groer e a David Moreira da Silva, que nunca chegou a ser aplicado, porque curiosamente contrariava os interesses privados. Já em 1952, foi concebido um plano pelo gabinete de Urbanização do Ministério do Ultramar e que previa uma zona específica para os Africanos, numa zona residencial indígena.

Somente em 1952 uma parte das anteriores tentativas neste domínio foi levado em conta o plano Regulador da cidade de Luanda, aliás, o primeiro plano a ser concebido, sob a responsabilidade da câmara de Luanda, cuja liderança coube ao arquitecto angolano Vasco Viera da Costa, que em nosso entendimento foi o legítimo patriarca da Arquitectura angolana, não fosse as, marcas do sua obra, cuja visibilidade e imponência, ajudar nalguns dos valores simbólicos da cidade da

Kianda, como é o caso do edifício do Ministério das Obras Publicas na Mutamba, e o nostálgico e emblemático mercado do Kinaxixi, junto largo cujas estatuas simbólicas, foram a da Mana da Fonte, depois passou a ser os Blindados, marcas indeléveis do nosso processo histórico, depois a rainha de todas 'as rainhas, a Ginga M'Bandi, que diga o Drº Mário Clington, um historiador de nomeada da nossa praça académica, foi amigo pessoal do professor Cheique Anta Diop.

Segundo o professor Fernando Mourão, na sua obra de Pós docência, " Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial através da de uma Leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano ". Todos os planos anteriores ao de 1957, forma realizados sem levar em conta as curvas de níveis da cidade, consta que terá sido o plano Regulador de Vasco Viera da Costa, o primeiro que antes da sua tentativa de execução, fez um levantamento aerofotogrametrico.

-Algumas das características, e princípios a seguir na concepção dos Planos Directores?

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território, devem ser de natureza regulamentar, de âmbito municipal, e devem definir o regime de uso do solo, a sua classificação (apresentando-se como rural, ou urbano). A sua qualificação pode ser (natural, agrícola, industrial. ..). Quanto ao conteúdo, deverá ser documental, tendo no seu regulamento, a planta de síntese, e a planta de condicionantes.

Os Planos Directores Municipais (Ordenamento) – estabelecem os modelos de estrutura espacial do território municipal, a estratégia de desenvolvimento e do Ordenamento (classificação e qualificação do solo). O Plano de Urbanização (zonamento) – Define a organização espacial de parte determinada do território municipal integrada norip metro urbano.

O plano pormenor (implementação) -desenvolve e concretiza s as proposta de organização espacial de qualquer área específica do território municipal, define o detalhe a concepção e a ocupação, servindo de projectos de execução. Os momentos da publica na elaboração nos directores municipais e os pricipios a adoptar

Agentes/ Actores:

As pessoas e/ ou consideram afecta só pela decisão devem ter a oportunidade de participação no processo de elaboração da decisão.

Para actores cognitivamente não competem, devem ser prevenida, uma oportunidade para a participação no processo de elaboração da decisão.

Para actores cognitivamente, não competem devem ser providenciada uma oportunidade para a participarem directamente afectados, não deve basear-se apenas em

impactes de saúde, mas sim, impactes de saúde, mas sim em impacte de sócio – económicos .

De formas resumida diríamos, que advogamos as virtudes de razão segundo a qual, cada Município deve ter o seu plano director, o seu plano de requalificação, o seu plano de desenvolvimento, que deve estar devendo estar num contexto mais geral do país, pela estratégia que os órgãos do planeamento e os órgãos políticos deverão dar aquilo que se pretende, mas o êxito desta empreitada passa pela a participação de todas as sensibilidades, porque o processo de requalificação urbana é pertença de todos nós, deve haver uma nova relação da população com a cidade ela deve perceber que ao fim de tantos anos, normalmente de dez, uma grande parte da população foi quase que esquecida e que se criaram áreas que estavam descontroladas e que é altura de se programar o retorno da população da cidade pelo o Estado, hoje existem recursos técnicos e formas de se programar o que se pretende para a cidade, este deve ser conteúdo do projecto territorial.

6.21 Instabilidade levou á expansão desordenada em Luanda

Jornal de Angola

24 de Janeiro

Luanda tinha em 1975 cerca de meio milhão de habitantes. A cidade conta hoje com cerca de seis milhões, um terço da população de Angola . Toda a gente procura um canto para viver em função das suas capacidades financeiras.

Luís Paulino Cassange, 68 anos, é o exemplo do êxodo populacional causado pela guerra. Em busca de tranquilidade deixou em 1993 tudo na terra natal, Kuito, e instalou-se no Cacuaco, no bairro das Salinas.

A reconstrução que Luanda regista nos últimos anos obrigou o velho Cassange a mudar de área de residência. Abandonou a única forma de sobrevivência que tinha, a extracção de sal. Paulino Cassange vive agora em Viana, no bairro Zango III. Fomos encontrá-lo com três bidões num carro de mão, à procura de água ..

Cassange conta que a transferência do Cacuaco para Viana se deve ao facto da sua casa de adobe ter sido demolida pelas autoridades. Em troca recebeu uma casa melhor, com três quartos, sala, cozinha e quarto de banho e um vasto quintal.

A nova casa, feita pela construtora Odebrecht, tem instalação eléctrica e canalização de água. Mas tanto um como outro bem tardam a chegar, uma situação que, nas palavras de Cassange, complica a vida dos mo-

radores do Zango II .

Os moradores já levaram esta preocupação ao coordenador do bairro, mas a resposta tarda a chegar.

Para o velho Cassange, a medida do Governo Provincial de Luanda de tirar as pessoas de zonas sem as mínimas condições de habitabilidade "é bem vinda", mas lamenta o facto de ter ficado sem ocupação, pois "fica caro sair do Zango até ao Cacuaco para o trabalho" nas salinas .

Enquanto isso o velho Cassange , a medida do Governo provincial de Luanda de tirar as pessoas de zonas sem mínimas condições de habitabilidade “ é bem vinda “, mas lamenta o facto de ter ficado sem ocupação pois fica “ caro sair do Zango até ao Cacuaco para trabalhar nas salinas .Enquanto isso , Paulino Cassange remedeia com pequenos biscates, que em sempre dá para comprar o pão “ .

Infra-estruturas

Isabel Miguel, a viver no Zango III há oito meses, disse que a principal preocupação dos moradores é a falta de infra-estruturas sociais, embora reconheça que as casas que receberam têm melhores condições que as anteriores, onde faltava tudo.

Mãe de três filhos, Isabel Miguel não sabe o que fazer com a primeira filha, Rosa Bento Matias, que estudava a 1º classe no bairro do Golfe. Agora toma-se difícil continuar a estudar porque é impossível fazer o trajecto Golfe-Zango de candongueiro todos os dias. O pai também deixou de trabalhar por causa da distância que o separa do serviço, na vila da Sonangol, junto ao bairro Camama.

Outra moradora do Zango é Teresa Neves. Há cerca de um ano deixou a localidade das Salinas, no Cacuaco. Teresa diz que é complicado viver num lugar sem água e onde falta quase tudo, escolas, postos médicos, esquadras policiais, mercados e água.

No entanto, aquela área tem rede de água canalizada. Teresa estranha que as casas desabitadas, no outro quarteirão, têm água e a dela não. "Temos de ir buscar água muito distante. Estou grávida e quase abortava porque tenho que andar quatro a cinco quilómetros à procura de água" , lamenta, queixando-se de dores do peito devido ao peso que transporta diariamente.

Para a pequena Rosa Bento Matias, oito anos, tudo pode faltar no Zango III menos a escola. Estudava a primeira classe no bairro do Golfe e depois da mudança nunca mais viu os seus colegas.

Tem saudades da escola e deixa um pedido às autoridades: "Quero uma escola para mim e as minhas vizinhas".

Vantagens da expansão

Augusto Água Máquina, encarregado da Odebrecht há cinco anos, considera que a expansão da cidade capital trouxe muitas vantagens. Uma delas afirma o jovem de fato macaco e um "walkie talk" na mão é o facto de muita gente ter encontrado emprego, como é o seu caso. Augusto Máquina tem à sua responsabilidade um projecto de construção de cerca de três mil casas no Zango . Com ele cerca de seiscentos trabalhadores , 70 cento dos quais são jovens .

Nestas construções – sublinha foram os factores, que visam dar melhores condições de habitabilidade às pessoas formam tidas em conta.

Sanzala é o paraíso

Delfina Luís, 50 ano, quarentas dos quais vividos no Zango diz, que testemunhou o surgimento extenso bairro do Zango, diz que testemunhou o surgimento do extenso bairro do Zango com mágoa.

Tudo, porque ele e mais trinta famílias ficaram sem as suas lavras e não receberam casas, continuando até agora a viver nas cabanas, cercadas de habitações condignas.

Para Delfina e vizinhos, o grande problema é quando chove. As cabanas ficam todas molhadas e toda extensão do bairro “ Terra Nova “, fica cheia de lagoas durante vários dias.

Uma situação que resulta em doenças, mas se Delfina está triste Janete Mafuta considera o bairro da Sanzala, onde vive o Paraíso da sua família.

Todos os sete membros da família abandonaram o município do Quilembe, na província do Uíge e cansados de fugir a guerra fixaram-se em Luanda

A residir no bairro da Sanzala há cerca de 19 ano s, sentada na varada da sua residência ao lado de uma pequena barraca com produtos alimentares , Janete Mafuta diz que o crescimento de Luanda era inevitável . “ Não foi fácil “ ., confessa .

Hoje como sentiu como sentiu quando chegou a Luanda era inevitável .” Era o sitio mais seguro para se viver “ .

A adaptação não foi fácil acrescenta . Mafuta teve de deixar de ser camponesa e passar a vendedora .

“ Não foi nada fácil , confessa “ .

Hoje como sentiu, quando chegou a Luanda extensa que cresceu desmesuradamente diante dos seus olhos.

Com os seus contrastes, as suas alegrias e tristezas, e a vontade e de crescer melhor. Mas de quando em vez vai a sua terra de origem visitar os seus familiares e amigos de infância. Os que ainda lhe restam.

6.22 Luanda com centro político e administração

Jornal de Angola

27 de Janeiro de 2010

O Gabinete de Obras Especiais (GOE) vai criar nos

próximos dias o futuro centro político e administrativo da capital na zona da Praia do Bispo e parte do bairro dos Coqueiros, município da Ingombota, solicitando aos moradores destes locais para que façam a comprovação da titularidade dos espaços.

Segundo a Angop, que cita uma fonte do Governo Provincial de Luanda, o projecto do Centro Político e Administrativo será implementado de forma paulatina de acordo com as exigências técnicas e os interesses do Estado e prevê a planificação e construção de infra-estruturas urbanísticas, bem como a requalificação de todo o perímetro.

A mesma fonte adianta que "para que o processo decorra dentro da normalidade, será necessário que os moradores das zonas referenciadas façam prova da titularidade dos seus imóveis, terrenos ou benfeitorias para que tenham direito a uma justa indemnização".

A indemnização será negociada, caso a caso, com cada titular de direitos desde que sejam exibidos documentos provatórios do direito reivindicado, sendo também considerados os titulares de posse pacífica e de boa fé desde que o comprovem.

O Governo Provincial de Luanda vai brevemente divulgar o local, bem como a documentação necessária para regularizar este processo. O governo da província está a elaborar um Plano Director da cidade de Luanda que está em fase de avaliação. O Plano Director do Saneamento já está concluído. A cidade está a reconstruir o seu tecido urbano mas também infra-estruturas que visam melhorar o saneamento básico, a distribuição de energia eléctrica, a água potável e a qualidade da habitação.

6.23 Requalificação do Rangel em estudo

Jornal de Angola

27 de Janeiro de 2010

O administrador municipal do Rangel, Maciel Neto "Makavulo", anunciou que está em curso um estudo preliminar do projecto de requalificação urbana do município do Rangel, em Luanda.

A informação foi dada numa cerimónia de cumprimentos de ano novo, que decorreu, na sexta-feira, na sala de reuniões da administração. Makavulo disse que um consórcio angolano vai participar no projecto de estudo de requalificação do município e que espera contar com a opinião dos munícipes, através das comissões de moradores, igrejas e de outras entidades que têm contribuído com as sugestões.

A opinião da população é de suma importância para o projecto, uma vez que a finalidade é colocar a sociedade a par dos estudos preliminares que estão a ser executados".

Ainda neste ano, afirmou, uma das prioridades é de trabalhar na melhoria do saneamento básico, fornecimento de água e energia e na recuperação das vias terciárias.

O município do Rangel 700 mil habitantes e é constituído pelas comunas do Marçal, Rangel e Terra Nova.

6.24 Requalificação Luanda define polígono do centro administrativo

Jornal de Angola

23 de Janeiro de 2010

O Gabinete de Obras Especiais do Governo Provincial de Luanda (GPL) definiu ontem, ao abrigo do Decreto nº 89/09, de 10 de Dezembro, o polígono para a implementação do Centro Político e Administrativo, que vai abranger a Praia do Bispo, parte do Bairro dos Coqueiros e algumas zonas adjacentes.

Segundo a nota do GPL, o centro, que prevê a planificação, construção urbana e requalificação do perímetro, vai ser implementado paulatinamente "de acordo com as exigências técnicas e os interesses do Estado".

No documento, o GPL aconselha os moradores das zonas referenciadas no decreto a provarem a titularidade dos seus bens, e informa que a indemnização vai ser negociada individualmente, com os cidadãos que exibirem os documentos probatórios do direito reivindicado. O governo apela à serenidade dos moradores, assegurando que o processo vai decorrer "de forma justa e transparente". E adianta que vai dar a conhecer, em tempo oportuno, os locais e documentos necessários para o cadastro e registo dos titulares.

6.7 Urbanismo pede celeridade na desminagem das reservas

Jornal de Angola

27 de Janeiro de 2010

O vice-ministro do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, pediu maior celeridade na limpeza e desminagem das zonas identificadas como reservas fundiárias, no âmbito da execução do Programa Nacional sobre o Fomento Habitacional na região.

Falando à imprensa, no final de uma visita de trabalho à província, Joaquim Silvestre disse que há um 'certo avanço, mas é imperioso empreender mais dinâmica e celeridade no exercício de desminagem", um factor primordial para passar o programa a outras fases. Joaquim Silvestre sublinhou que estão a ser feitos esforços para o êxito da operação. Na reserva de Ekuma, arredores de Ondjiva, foram já desbravados e

desminados 650 hectares de terras, dos mil da reserva fundiária. "

"O que se pretende é ultrapassar esta fase e avançar para as seguintes e propiciar maior rapidez na execução do programa sobre o fomento imobiliário no Cunene e garantir maior segurança a todos os elementos envolvidos no projecto que vai garantir casas condignas à população", afirmou.

Durante a sua estada de algumas horas no Cunene, o vice-ministro avaliou os trabalhos realizados na reserva fundiária de Ekuma e teve um encontro com a comissão provincial e o grupo técnico do Programa Nacional sobre o Fomento

Terrenos em preparação

As autoridades do Cunene vão realojar 172 famílias que se encontram na área da reserva fundiária de Ekuma, em Ondjiva, município do Kwanhama. Vão receber terrenos e apoios para a construção de casas próprias, informou a Angop, citando o administrador adjunto do Ekuma, Moisés Hinhenenua.

No programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país até 2012, 35.800 casas vão surgir na província do Cunene.

O administrador, que falava durante a visita de trabalho do vice-ministro do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, disse que o processo começa em Fevereiro. Está já identificada a zona para o realojamento, nas imediações da localidade de hamukuyu, onde foram efectuados trabalhos de preparação dos lotes para a posterior distribuição de às famílias saídas da reserva fundiária de Ekuma, que dispõe de 2.000 hectares para construir 1.200 casas, na sua maioria moradias unifamiliares de alta, média e baixa renda.

No local vão surgir ainda serviços de saúde, educação, electricidade, de distribuição de água e repartições públicas.

6.8 Precisamos inverter a tendência de se » betonizar Luanda »

Folha 8

23 a 30 de Janeiro

A arquitecta e docente universitária Ângela Mingas, convidada a comentar o aumento do número de edifícios em Luanda e a redução dos espaços verdes, começou por dizer que numa cidade deve haver equilíbrio e que o espaço público é tão importante como o espaço privado. "O cidadão precisa de lazer

com qualidade. Os espaços verdes são fundamentais para a oxigenação da cidade. Estes conceitos têm milhares de anos, desde as cidades gregas, antes de Cristo. Espero que possamos resgatar, pelo menos, as intenções, a tempo de rapidamente se reverter a tendência betonizadora e investir seriamente na sustentabilidade das cidades de Angola", alertou.

Falando um pouco sobre as novas construções na cidade capital, a arquitecta disse que embora a cultura seja um fenómeno evolutivo e que à medida que o tempo passa as cidades tendem a desenvolver-se em vários sectores, como da construção, espera que a cidade de Luanda seja um óptimo exemplo de contemporaneidade, desde que não se destrua indiscriminadamente o passado representativo da história da cidade, pois aí estaremos perante um crime que alienará a nossa marca identitária. "Espero que a construção nas suas diferentes formas (edificação, reabilitação, requalificação, etc. ..) continue desde que integrada em planos de ordenamento que sirvam o propósito da qualidade de vida do cidadão, que, note-se, é um direito constitucional", frisou.

A arquitecta falou também que o desequilíbrio entre espaço privado e espaço público restringe o desenvolvimento do homem com conforto e qualidade de vida. "No nosso caso, creio que o risco maior será sociológico, já que todo indivíduo tem direito constitucional a um ambiente sadio para se desenvolver de forma plena, não tendo isso, a socialização entre os cidadãos fica bastante afectada e, conseqüentemente perdem-se valor social a cordialidade entre outros realçou.

Falando um pouco sobre o risco que corre a beleza arquitectónica da nossa cidade, agora com a sede que existe de construções de edifícios monumentais sem se deixar espaços para lazer e zonas verdes, Ângela Mingas disse que a construção só tem o poder de estragar a beleza arquitectónica de uma cidade quando não obedece a regras de Planeamento Urbano específicos para o local onde a mesma vai ser executada. "Infelizmente, as nossas cidades apresentam inúmeros casos onde a qualidade do edifício fica diminuída com a má localização", realçou.

Ângela Mingas realçou, por outro lado, que os empreiteiros recebem autorização para construir, portanto, se constroem em zonas inapropriadas a culpa já não é deles. "Infelizmente, os empreiteiros não fazem nada sem autorização. Os verdadeiros culpados da construção inadequada são outros. O perigo para a sociedade, neste caso específico, será o de estarmos a criar futuras gerações de cidadãos que vão considerar que a anarquia (no sentido do desrespeito à regra) é normal", sublinhou. •

7 TERRA

7.1 Benguela abandona a produção de açúcar

Jornal de Angola

13 de Janeiro de 2010

Esta mudança deve-se ao facto de, segundo o director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Abrantes Sekeseke, os módulos mínimos actuais para a instalação de uma fábrica exigirem uma área contígua de 20 mil hectares de terra para o canavial, o que a província actualmente não tem disponível.

O engenheiro Abrantes Sekeseke, que apontou a grande densidade populacional no território da província como uma das razões que estão na base desta situação, justificou ter sido essa a razão da inviabilização das açucareiras "10 de Maio", na Catumbela, e "4 de Fevereiro", no Dombe Grande, que careciam de área para a sua expansão.

"Hoje, na província de Benguela, dificilmente encontramos esse espaço de terra de forma contígua, ou seja, um terreno só para o cultivo da cana, sem que existam fazendas, lavras ou currais", disse. No interior, para onde se podia transferir a produção, o director do Minader diz ser igualmente difícil encontrar áreas contíguas de 20 mil hectares sem que haja outras actividades agro-pecuárias que impedem a área de expansão contígua para a plantação de cana. Abrantes Sekeseke adiantou que, por existirem no país outras áreas para o cultivo da cana-de-açúcar, essa produção deve ser transferida para as províncias de Malanje, Kuando-Kubango e Cunene, uma vez que Benguela já provou não estar em condições de o fazer por exiguidade de espaços para o seu cultivo, dando por isso prioridade à produção de girassol, soja, citrinos e criação de gado.

Camponeses auto-suficientes

Fazendo o balanço da actividade desenvolvida pelo sector que dirige durante o ano de 2009, anunciou que, inserido no programa de extensão e desenvolvimento a cargo do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrário, foi distribuído um lote camponeses, e se as chuvas continuarem a cair regularmente durante o mês de Janeiro, podem vaticinar-se bons resultados para a presente campanha agrícola.

Empresários agrícolas pouco criativos

A agricultura empresarial em Benguela está longe de alcançar o sucesso que sempre se desejou. Apesar da

província possuir um grande potencial a nível agrícola, existe um défice de empresários com capacidade financeira para o seu desenvolvimento. Pesem embora as aberturas surgidas com a criação do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) ainda não surgiu uma boa quantidade de agricultores criativos e com capacidade para obter financiamentos, em virtude das exigências que consideram difíceis de satisfazer.

De acordo com Abrantes Sekeseke, a criação, pelo Governo, do Banco de Desenvolvimento, que deveria servir de tábua de salvação à agricultura empresarial, está a ser confrontada com a falta de cultura empresarial no ramo o que por sua vez, está a criar alguma timidez no financiamento desta actividade de risco, transformada em pouco atractiva para a banca, desde que os empresários do ramo não estejam dotados de conhecimento que ganharam fiabilidade.

Por isso mesmo, defende que não basta que haja dinheiro para financiar. "Também é preciso que haja vontade e paixão por aquilo que se quer fazer", referiu acrescentado que por isso preocupa o sector, uma vez que, com base no financiamento devem ser criados mecanismos de aprendizagem, da actividade empresarial na província. O entusiasmo de muitos tem de estar associado a algum conhecimento sobre a actividade agrícola para que valha a pena de investimento, considerou.

"Vamos organizar pequenos cursos sobre como iniciar uma actividade agrícola para que valha o investimento, considerou.

Vamos organizar pequenos cursos sobre como iniciar uma actividade empresarial agrícola, para que os beneficiários do crédito agrícola estejam dotados de conhecimentos que os possibilitem desenvolver esta actividade com maior capacidade e possibilidade de vencer."

A nível institucional, o director provincial do Minader referiu que foi igualmente criada, por despacho presidencial, uma comissão que vai tratar do crédito agrícola, coordenada pelo Ministro da Economia, em parceria com o Ministro da Agricultura, que está a ultimar o seu regulamento, prevendo-se o arranque da actividade agrícola empresarial na província a partir de 2010, uma vez que os mecanismos a serem criados com base nesse regulamento vão facilitar o acesso dos empresários ao crédito.

Desenvolvimento agrário

Apesar de inscritas no Programa de Investimentos Públicos para 2010, a reabilitação das Estações

De Desenvolvimento Agrário e experimentais depende da aprovação, do novo modelo de investigação agrária em Angola.

Segundo Abrantes Semestre, foi contratada a consultoria da empresa brasileira Embrapa para a

reformulação do sistema de investigação agrária no país , com base na qual se poderá redimensionar o tipo de estações existentes em Angola , de forma a servir de suporte á actividade agrícola e pecuária na província .

Refira-se, a propósito, que na província de Benguela existem Estação Experimental do Cavaco vocacionada para a pesquisa do melhoramento das culturas da manga, da banana a Estação Agronómica do Alto Capaca, no Cubal, destina da à pesquisa dos cereais, a Estação Zootécnica da Ganda, para o gado bovino e suíno, e a Estação Experimental do Café da Chicuma, na Ganda, para o tratamento do café arábica, todas elas dependentes de Instituto de Investigação Agronómica de Angola (II AA).

"Se todas as estações fossem reabilitadas e efectuassem o seu trabalho de experimentação podiam estar a ajudar os agricultores a obter as melhores técnicas de produção e, desta forma, aumentar os rendimentos, tanto dos camponeses como dos agricultores", disse o responsável, que anunciou ter sido inscrito, numa primeira fase, pelo governo, no seu Programa de Investimentos Públicos para 2010, a reabilitação da estação do Alto Capaca, no Cubal, dando início ao trabalhos de investigação e experimentação para apoiar a agricultura na província.

Perspectivas

Para 2010, o sector na província vai dar prioridade á reanimação da actividade agrícola empresarial e ao fomento do gado, particularmente a suinicultura.

Um dos grandes problemas com que se debatem os criadores disse, tem haver com aceleração do gado e com a construção de chimpacas e furos , o que será resolvido no decorrer no ano de 2010 .

Outra preocupação é a produção de alimentos para o gado, uma vez que nos últimos tempos tem havido pouca chuva na província, o que provoca a seca nas áreas de pastos.

Para reolver está questão o sector , que dirige vai aconselhar homens ligados a criação de gado a começarem produzir áreas de pastos cultivando forragens em épocas críticas para a manutenção de forma dos seus rebanhos .

O sistema de irrigação constam igualmente das prioridades , uma vez que boa parte da província de Benguela se localiza na faixa litoral e de transição para o planalto , onde geralmente as quedas pluviométricas são irregulares , o que faz com a actividade agrícola nesta área seja sustentável através do sistema de irrigação .

Outra frente de trabalho vai ser a organização a nível da província de zonas agro-pecuárias em função da especialidade de cada uma delas , onde o investimento será efectuada com o objectivo de se obterem os maiores rendimentos , uma vez que estará associado ao programa de aldeias rurais . Foram já projectadas quatro nível da província a primeira das quais a ser erguida na Comuna Casseque, no Município da Ganda, cujas garantias de financiamento são para este ano de 2010.

“ Se conseguirmos eleger, ainda este ano, as zonas agro-pecuárias por excelência, associado a isso a construção das aldeias rurais, daremos um grande passo para a melhoria da situação socioeconómica da população das zonas rurais, e desta forma reduzimos o fosso de desenvolvimento existente entre o campo e a cidade “, concluiu o director provincial “.

7.2 Expropriação de terras

Jornal Novo Jornal

15 de Dezembro de 2010

Os Camponeses da província do Huambo vão enviar, nos próximos dias, ao Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, uma carta de protesto sobre uma alegada expropriação de terras que ocorreu na região.

Segundo uma fonte da União dos Camponeses Angolanos (UNACA), que prestou a informação ao NJ, a invasão ilegal de terras por parte de ministros, generais e deputados chama a atenção para uma questão que começa a inquietar a sociedade.

"Já preparámos um dossier, que será enviado ao camarada Presidente José Eduardo dos Santos, no sentido de ajudar a resolver' esta polémica situação", observou a fonte.

O governo da província do Huambo, numa nota divulgada na emissora local. desmentiu haver expropriação de terras, afirmando que pessoas de má fé divulgam informações falsas. "Não existem ocupações ilegais de terras no Huambo. O interessado na actividade agrícola deve cumprir procedimentos para a aquisição de parcelas de terra para a actividade agrícola", esclarece a nota.

Nesta matéria, o MPLA defende o princípio de que a terra é propriedade originária do Estado, podendo ser transmitida a pessoas singulares ou colectivas para o seu racional e efectivo aproveitamento.

Face à situação, o porta-voz da p UNITA, Alcides Sakala, augura e que a terra é propriedade originária do povo, porque muito antes da constituição do Estado angolano, os povos de Angola habitavam na terra dos seus ancestrais.

Neste âmbito, sustentou que compete ao Estado gerir e administrar as terras não tituladas em nome do povo.

Para Sakala são reconhecidas às comunidades locais o acesso e o uso das terras ancestrais sem prejuízo da possibilidade de expropriação para utilidade pública, mediante justa indemnização nos termos da lei. .

"Um Estado predador, que utilize a terra sem racionalidade - em nome do Estado - para benefício de poucos, como tem acontecido no nosso país, e aconteceu no passado colonial, cria, de facto, conflitos, os chamados conflitos de terra. Há que se procurar salvaguardar essa questão", frisou.

O deputado da FNLA, Ngola Kabangu reitera a posição de Sakala, sublinhando que a terra é propriedade originária do povo, cabendo ao Governo a sua gestão e a regulamentação do acesso e utilização.

"Não se trata de dar ao povo, de maneira anárquica e arbitrária, o poder de gerir a terra como muitos afirmam erradamente", referiu.

De acordo com Ngola Kabangu, na regulamentação do acesso e utilização da terra, o Governo deve consultar as autoridades tradicionais e as comunidades para evitar abusos, atropelos e expropriações arbitrárias.

7.3 Reabilitação da vala de drenagem permite realojamento de famílias

Jornal de Angola

16 de Janeiro de 2010

Cerca de 100 famílias que habitam próximo da vala de drenagem do Cariango, município do Cazenga, em Luanda, vão ser realojadas nos próximos meses.

A vala de drenagem está a ser reabilitada desde 2007 para melhorar o escoamento das águas residuais e facilitar a circulação rodoviária na cidade capital do país.

A Angop apurou que as negociações para o realojamento das famílias que se encontram no perímetro por onde passa a vala do Cariango já tiveram início, mas D ainda não foram avançadas as zonas preparadas para as famílias que serão realojadas. As obras na vala de drenagem do Cariango vão permitir que o Cazenga tenha um sistema de evacuação eficaz das águas da chuva directamente para o mar e o melhoramento do saneamento básico da área envolvente.

A vala do Cariango começa no município do Cazenga, passa pelo Kilamba Xiáxi e termina no município da Samba.

Em Luanda, encontram-se em recuperação as valas do suroca, Senado da Câmara, do Cariango e outras de pequena dimensão ao longo das vias também em construção.

7.4 Serviços de Fiscalização travam obras em Viana

Jornal de Angola

De 16 de Janeiro de 2010

A repartição dos Serviços de Fiscalização do município de Viana, em Luanda, embargou, durante o ano passado, 207 obras naquela localidade.

Um documento daqueles serviços, a que a Angop teve acesso quinta-feira, indica que as obras foram embargadas por os seus proprietários não terem apresentado a licença que é emitida para o efeito pela administração municipal. Foram demolidas 23 construções, nos bairros Kapitalanca, Sapú, Regedoría e Mulenvos de Cima, e 327 casebres que serviam de ocupação de espaços considerados como reservas do Estado nas áreas do Zango e Bitá-Sapú.

O município de Viana tem uma superfície de 1.343 quilómetros quadrados e possui um milhão e 500 mil habitantes.

7.5 Sinistrados das Chuvas rejeitam tendas

Jornal Agora

16 de Janeiro de 2010

Não aceitamos, porque já estamos há 3 anos à espera das nossas moradias", disse uma moradora irritada com a situação.

"Trouxeram apenas 10 tendas que nem sequer chegam para o número de necessitados. Querem brincar connosco", reclamou uma outra senhora no local.

O administrador de Viana, Zeca Moreno, pediu paciência e calma à população, prometendo a resolução do problema a breve trecho. "A população tem de entender que o Governo tem as suas limitações e dificuldades. Em Novembro passado estive a distribuir chapas de zinco a estas populações e por isso cada um já devia erguer a sua casa", lembrou.

Os moradores referem ter recebido apenas três chapas de zinco e um barrote por cada família, considerado insuficiente para erguer uma moradia.

"Onde se constrói casas com apenas um barrote e três chapas de zinco? Isto é uma falta de respeito e atentando contra os direitos humanos", defenderam os moradores agastados com a situação.

7.6 Adoptado modelo sobre propriedade da terra

Jornal de Angola

22 de Janeiro de 2010

O jurista e professor de Direito Económico, Francisco Queiroz, defendeu ontem que o modelo sobre a propriedade da terra, adoptado na nova Constituição, é o mais adequado porque o Estado é uma entidade com personalidade jurídica-económica.

A nova Constituição adoptou o modelo da Lei Constitucional em vigor, ao estabelecer que "a terra é propriedade originária do Estado que a gere e administra em nome do povo angolano".

Francisco Queiroz afirmou que ao dizer-se que a terra é propriedade originária do Estado significa que o Estado pode transmiti-la, e a própria Constituição define as formas como essa transmissão pode ser feita.

Em declarações à imprensa no final da sessão plenária que aprovou o texto final da Constituição, o jurista esclareceu que se tivesse sido adoptado o modelo de a terra ser propriedade do povo, a sua transmissão não era feita de modo tecnicamente válido porque o povo é uma abstracção e não uma entidade jurídica económica determinada.

O jurista esclareceu que o povo não tem personalidade jurídica e, portanto, não podia ser proprietário de um bem para depois poder transmiti-lo. "Só uma entidade jurídica económica determinada, como é o Estado ou outra entidade qualquer, pode ser detentor de direitos patrimoniais para poder transmiti-los", disse.

"A solução que se encontrou no sentido de o Estado ser proprietário originário da terra é a mais correcta e é a que permite realizar direitos e deveres à volta desse património de modo tecnicamente mais adequado. De outro modo, seria difícil, sobretudo no domínio da transmissão da terra. Não era possível fazer a transmissão sem se saber quem é concretamente o dono desse bem", explicou.

Francisco Queiroz disse, também, que a nova Constituição preconiza um sistema económico, com base na propriedade privada, que tem os condicionaismos da intervenção do Estado. "Quer dizer que as forças do mercado não actuarão de forma espontânea e cega. Sempre estarão condicionados pelo papel regulador e orientador da economia exercido pelo Estado".

Esse papel regulador do Estado frisou, vai desenvolver-se muito na base da concertação social, com a participação dos trabalhadores organizados em sindicatos ou outra forma qualquer de organização social. O deputado Nzau Puna, do MPLA, disse não ser boa a atitude da UNITA, cujos deputados não apareceram para a votação do texto final da Constituição.

Nzau Puna declarou que em política não é boa a "cadeira vazia".

"É melhor marcarmos a presença, se estamos de acordo votamos a favor, se não estamos de acordo votamos contra ou optamos pela abstenção. Mas a cadeira vazia não é a melhor opção que a UNITA tomou", disse.

7.7 Terra Património do Povo

Semanário Agora

23 de Janeiro de 2010

Em relação à terra, o partido do galo negro que « a terra é o único património que as comunidades autóctones possuem.» Frisa, ainda, que não há independência nem liberdade para um povo sem a posse da terra, assim como não há Estado sem território, «também não há autodeterminação dos povos sem estes possuírem o direito de propriedade da raiz das suas terras. São os povos que conquistam a independência e não os Estados».

Realça que os angolanos não conquistaram a independência para um «Estado predador» lhes espoliar a terra e alimentar os apetites latifundiários de uma nova classe de exploradores, que utiliza o Estado para fins privados.

O povo pode ter e o Estado pode usar, dispondo e gerindo no interesse público as terras tituladas, «mas o proprietário

e raiz é sempre o povo, povo porque o povo precede o Estado», reitera essa formação política. Ela defende que a Assembleia tem a responsabilidade de desenvolver e proteger os direitos económicos dos angolanos, garantir a igualdade de oportunidades e a eliminação de diferenças socioeconómicas.

Para tanto, ajunta, tem de garantir os direitos de propriedade e posse das terras tradicionalmente ocupadas. A UNITA acentua que este foi o verdadeiro sentido colhido durante a consulta pública, apontando que a maioria do povo quer que a Constituição reconheça a terra como propriedade originária do povo angolano.

«Não se trata de uma opção política, trata-se de um direito socioeconómico fundamental e inalienável do povo.

Relativamente aos símbolos nacionais, esse partido da oposição defende que a bandeira do passado, que destaca como dirigentes a classe operária e a classe camponesa, simbolizadas pela catana e pela roda dentada, «não pode ser a bandeira do futuro, da III República».

» Ela favorece o MPLA nos processos eleitorais, porque a bandeira do MPLA é semelhante á bandeira

da Republica», alerta. Sobre o Hino Nacional, a Unita aceita que se mantenha a melodia, ajustado a sua letra á verdade» da nossa história e ao regime democrático instituído em 1992.

7.8 “ A Policia de Viana também é culpada “

Folha 8

23 de Janeiro de 2010

Teresa Costa, viúva do malogrado António Fonseca Barros, disse estar desapontada com a atitude manifestada pelos agentes da Polícia de Viana, destacados na 49ª Esquadra, supostamente pelo facto de, no dia 13 de Dezembro de 2009, terem protegido a conservadora -adjunta da Vila Alice, Teresa Ban"os, durante o rompimento do portão da casa em que vive, no projecto Onjo Yetu. Dona Teresa continuou referindo que a presença do patrulheiro (carro de ronda com os respectivos agentes) serviu para Teresa Barros se precaver de uma eventual reacção dos donos de casa, durante o acto e destruição da portaria do imóvel em conflito.

Teresa da Costa denunciou a Polícia e Viana, revelando que, após a consumação da retirada do cadeado da porta, a parente do marido autorizou a entrada do camião que despejou o lixo, sob pretexto de os resíduos serem entulho. Por esta altura, o sobrinho que cuidava da casa tinha voltando assistido ao acto sem nada poder dizer.

Afinal, a presença dos agentes serviu para proteger a dita protagonista da acção e intimidar quem ousasse intervir. Ela certificou o lixo ter entrado em casa por causa dos agentes da Polícia que, com armas na mão, não deixavam pessoas aproximarem-se.

"Quando os agentes voltaram a passar, questionei-lhes sobre o assunto e responderam estar a cumprir com as ordens do comandante da 49ª Esquadra de Viana. Posteriormente, desloquei-me à referida unidade e contactei com o adjunto da mesma, mas este nada fez", contou Teresa Costa.

O F8 contactou com a conservadora-adjunta da Vila Alice, Teresa Barros, tendo esta contrariado todas as afirmações da antiga esposa do irmão, António Fonseca Barros. A acusada foi peremptória ao explicar que, em nenhum momento, o imóvel foi do seu irmão, e, como eles não eram casados, a namorada (ou viúva) não pode herdá-lo ..

Para melhor esclarecer a situação, a arquivista questiona onde Teresa Costa viveu com o seu irmão durante 13 anos, em comunhão de bens, sem a família se aperceber para ousar tentar ficar com a casa em litígio.

Continuando, disse também que António Fonseca Barros tinha contraído o matrimónio com uma senhora e tiveram 5 filhos.

A casa tinha-lhe sido atribuída e não o contrário. Respondendo às declarações da cunhada, ela revelou a reclamante ser simplesmente uma namorada que se disponibilizou a cuidar do falecido, enquanto este vivia na referida habitação.

A casa é minha e sempre esteve em meu nome. Fui eu quem lhe emprestou para evitar que o mesmo continuasse na minha. Depois de morrer por doença, falei pacificamente com a minha cunhada, para que se preparasse a sair, mas ela respondeu com arrogância, dizendo que o faria quando quisesse. Passou o tempo e nunca lá fui, para lhe dar tempo de arranjar onde ficar", esclareceu Teresa Barros.

7.9 Administração da Ingombota põe fim às construções ilegais

Jornal de Angola

29 de Janeiro

As autoridades administrativas do município da Ingombota, em Luanda, pretendem pôr fim às construções feitas sem a devida autorização, aplicando assim a Lei Quadro das Transgressões Administrativas, em vigor.

Em declarações à Angop, a administradora Suzana de Melo disse que são feitas algumas obras, principalmente na zona urbana da cidade que abrange a circunscrição, sem se cumprirem com as normas arquitectónicas exigidas.

"Temos que terminar com a execução de obras no interior de alguns edifícios, nos terraços dos prédios e a construção de pequenos empreendimentos em quintais de moradias que dão acesso às ruas, como lanchonete, quiosques, salões de beleza e cantinas", frisou.

De acordo com a administradora, estas acções alteram negativamente a configuração arquitectónica, principalmente da zona urbana de Luanda. "Vamos agir rigorosamente no âmbito da Lei Quadro das Transgressões Administrativas, começando por demolir as obras e aplicando multas elevadas", sublinhou administradora Suzana de Melo manifestou-se preocupada com a má conservação de alguns edifícios localizados na zona urbana da cidade capita1.

A chefe do executivo municipal disse que a má conservação de alguns edifícios localizados na zona urbana taxa sem autorização dos edifícios por parte dos moradores tem contribuído para a sua degradação contínua, principalmente no interior.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água potável para milhares de famílias

Jornal de Angola

6 de Janeiro de 2010

O governo provincial da Lunda-Norte vai garantir o abastecimento de água potável a mais de 25 mil famílias residentes nas zonas urbanas e rurais, no quadro de execução dos programas sociais previstos para 2010.

O facto foi revelado no fim-de-semana, no Dundo, pelo governador Ernesto Muangala, por ocasião de passagem de Ano Novo.

O governante afirmou que essas metas serão alcançadas com a reabilitação das centrais de captação do Mussungue e Cazunda, para abastecimento de água à cidade do Dundo, cujo projecto abrange, também, a construção de dois reservatórios, rede de ligações domiciliárias, 53 chafarizes e quatro lavandarias comunitárias.

Nas cidades do Lucapa e Nzagi serão igualmente construídos novos sistemas de abastecimento e tratamento de água, no quadro da linha de crédito da China.

O programa "Água para Todos", iniciado em 2009, vai abarcar este ano mais de dez localidades nos municípios de Xá-Muteba, Capenda Camulemba, Chitato, Lucapa e Cambulo.

Ernesto Muangala ressaltou que o seu pelouro vai prestar maior atenção ao sector da energia para diminuir o acentuado défice de produção de electricidade, com a modernização e o aumento da capacidade de produção de oito para 12 mega watts da central hidroeléctrica do Luachimo e destacou a criação da universidade Rainha Lueji, em 2009, como "um grande contributo para o desenvolvimento, porquanto vai garantir a formação de quadros para vários quadros, a nível da região".

De acordo com o governante, o programa para o sector da Educação prevê em 2010 a construção de mais 50 salas de aulas, para inserir cerca de 270 alunos que ainda se encontram fora do sistema de ensino. ~

Várias Infra- estruturas hospitalares serão igualmente construídas, no quadro do programa de expansão da rede sanitária a nível da província com destaque para o hospital municipal no Nazngi, uma maternidade com capacidade para cem camas na cidade de Dondo e quatro centros médicos, nos municípios de Lucapa,

Cuango, Cuilo e Capenda Camulemba.

O governador sublinhou ainda a necessidade de fomento do sector agro-pecuário, para a diversificação da economia local.

A administradora municipal do Dande, Josefa José, defendeu ontem, na província do Bengo, a construção de um novo sistema de distribuição e abastecimento de água potável à cidade de Caxito.

Segundo a responsável municipal, que falava no acto de cumprimentos de fim de ano, o projecto foi já remetido ao governo provincial, estando igualmente prevista a instalação de sistemas nas comunas do Ucuá e Kicabo. O rápido crescimento urbano e demográfico da região, explicou, implica outras exigências no consumo de energia, água potável e saneamento básico, adiantado que a população residente na capital da província aumentou dez vezes mais em relação ao projectado na altura da sua construção.

Josefa José lamentou a existência de resultados pouco abonatório no campo de saneamento básico devido a falta de colaboração dos municípios na preservação dos locais de lazer e higiene da cidade e disse que este ano vai servir para aprimorar os métodos de avaliação do desempenho dos funcionários, o que poderá ajudar na promoção dos melhores quadros, bem como proceder à sua rotatividade.

Referindo-se ao sector de electricidade, fez-se saber que a Empresa Nacional de Electricidade projecta a instalação de 14 PTs rurais e 14 alvenaria, para Caxito estando o processo de levantamento concluído.

8.2 Mortes por cólera no Huambo

Jornal de Angola

7 de Janeiro de 2010

Pelos menos nove pessoas morreram de cólera, na província do Huambo, desde o dia 27 de Novembro do ano passado, informou ontem o director provincial da Saúde, Elias Finde.

O responsável provincial da Saúde disse que foram registados 40 casos nas diversas unidades sanitárias da província, desde Novembro passado. Lamentou o facto das pessoas chegarem tarde ao hospital, o que tem provocado muitas mortes.

"A partir do dia 19 Novembro do ano passado, as autoridades sanitárias começaram a registar um aumento de casos de diarreia e vómitos, muitos dos quais resultaram em óbitos, sobretudo no município sede do Huambo", disse.

De acordo com o director provincial da Saúde, a única

doença endémica registada nos últimos anos na província é a malária, "mas nos últimos dias começaram a aparecer casos de cólera, o que preocupada as unidades sanitárias da província".

Até o dia cinco deste mês estavam internados no Hospital Central cinco doentes com cólera e, de acordo com Elias Finde, as áreas com maior proveniência são os bairros periféricos da Chivela, com um óbito, Canhe, Calueio, Calundo, Camussamba, Kachindombe, Kaquereua e Cangonte, com três casos cada um.

As análises feitas na Direcção Nacional da Saúde Pública deram positivo, segundo Elias Finde, que apelou para a necessidade de levar a cabo junto das comunidades palestras de sensibilização, higiene e saneamento básico para travar o alastramento da cólera.

8.3 Referência nacional no sector da limpeza

Jornal Expansão

8 de Janeiro de 2010

A Aqua Oceanus, sociedade familiar de direito angolano, é hoje uma referência internacional na área da limpeza com dois prémios recebidos na Convenção Internacional de Qualidade B.I.D, em Genebra - Suíça, em 2007 e outro em Outubro de 2009.

Segundo Katia Almeida, sócia gerente, a empresa iniciou as suas actividades em Abril de 2002 com um capital inicial de 600 mil kwanzas no âmbito de um projecto de higiene e limpeza de imóveis, viaturas e desinfectação. Sete anos depois, a Aqua Oceanus lidera o sector tendo ganho em 2009 os contratos com Angola- LNG na província do Zaire-Soyo, Torres Atlântico, Edifício Escom e Torres China África.

"O nosso objectivo depois de sete anos de experiência é principalmente consolidar a qualidade de prestação dos nossos serviços considerando sempre a evolução técnica e profissional da nossa indústria em conformidade com os requisitos internacionais exigidos.", Sublinhou a gestora.

Posicionada a nível nacional, a empresa que emprega hoje mais de 1200 trabalhadores tem encargos de mão-de-obra na ordem dos 40% e aposta forte na gestão de recursos humanos. De acordo com a gestora, os candidatos passam por uma selecção criteriosa e posteriormente por formação intensiva. "Para nós, é importante garantir um quadro técnico especializado com capacidade de resposta mediata à evolução do mercado e às exigências do cliente.", referiu Katia Almeida.

A gestora acredita que esta é uma área de negócio que tem crescido bastante nos últimos anos e que o

frenético desenvolvimento do País representa um grande desafio para quem se quer posicionar no mercado. O diferencial da Aqua Oceanus neste contexto, na opinião da sócia gerente, tem a ver com a dinâmica de trabalho criada por toda a equipa de modo a dar respostas imediatas e de qualidade tendo sempre em atenção a crescente concorrência desta indústria.

Além da prestação de serviços de limpeza industrial, vertical, desinfectação, manutenção de jardins e limpeza auto, a Aqua Oceanus também comercializa dispensadores e consumíveis para WC e unidades hospitalares garantindo aos seus clientes produtos certificados e de acordo com as normas standards internacionais. "Temos uma selecção de fornecedores fiéis e responsáveis com quem trabalhamos desde o início da nossa actividade.

Em termos de investimento, a gestora disse ao Expansão que a maior preocupação da empresa está na mão-de-obra qualificada, equipamentos, infra-estruturas, stokagem de produtos e materiais. No entanto, o grande projecto da empresa é a construção da sua sede e expansão dos serviços para todas as províncias do País.

Actualmente, a empresa tem escritório nas províncias do Soyo (Zaire), Lubango (Huila), Lobito (Benguela) e bases em Cabinda, Huambo, Kwanza Sul (Sumbe e Porto Amboim) e Namibe e tem como principais clientes a indústria petrolífera e o sector bancário.

8.4 Água para Todos

Jornal Novo Jornal

8 de Janeiro de 2010

O potencial hídrico de Angola é enorme, na medida em que possui, juntamente com o Congo-Brazzavile e a República Democrática do Congo, mais de metade dos recursos hídricos africanos. Na verdade, a água existente nestes três países representa 60% dos recursos hídricos de África, de acordo com o Relatório Económico de Angola, elaborado pela Universidade Católica de Angola, dos quais 80% estão concentrados nas províncias de Malanje, Bié, Huambo, Benguela e Kwanza, entre os Rios Catumbela.

Mais são recursos com enorme potencial para aplicação eléctrica, tendo Angola a vantagem de apresentar um risco baixo em termos do ranking do continente, segundo o Water Security Index elaborado pelo World Economic Fórum (ver mapa). O Programa de Desenvolvimento do Sector das Águas' começou a ser implementado em 2004, registando-se melhorias na oferta do sector, graças, sobretudo, ao programa 'Água

para 'Todos', ao qual estão afectos 650 milhões de dólares para incrementar os sistemas de abastecimento em 140 municípios, com o objectivo de beneficiar mais de 3 milhões de pessoas no horizonte de 2012.

A riqueza e diversidade das reservas lúbricas permitem projectar uma intensificação da exploração de hidroelectricidade, até porque, de acordo com dados de 2006, Angola está apenas a aproveitar 2% do seu potencial para a produção hidroeléctrica. Assim, a construção de novas barragens e a modernização das existentes são alvo de vários projectos de investimentos

QUE RECURSOS ?

O escoamento superficial anual em Angola é dos mais levados na África Austral (cerca de 140 milhões de m³) . Das 47 bacias hidrográficas identificadas, as mais importantes envolvem o rio Zaire, o segundo maior rio africano, depois do Nilo e o nono em termos mundiais; o Zambeze, Cunene e Cubango. Assim, os maiores recursos localizamos nos planaltos do Huambo, Bié e Moxico, escoando parte para o Oceano Atlântico através dos rios Zaire, Kwanza e Cunene; e para o Índico através dos rios Zambeze, Cuando e Cubango.

A importância da exploração destas bacias traduz-se não apenas na utilização da água para consumo mas também para a produção de energia eléctrica e para a produção agrícola, potenciando a irrigação. Relativamente à utilização da água para consumo doméstico, há um claro subaproveitamento dos recursos, independentemente do potencial e das melhorias alcança a nível da distribuição de água potável. De acordo com um relatório da Espirito Santo Reseach, "em 2000, apenas 44% da população de Angola tinha acesso a água potável, percentagem inferior à média da África Subsariana (55%)". Em 2006, a cobertura de água potável tinha já melhorado para 51%, mas ainda aquém da média da África Subsariana (58%).

Este estado de arte prende-se com a insuficiência de infra-estruturas modernas, o que conduz à ocorrência de rupturas que propiciam elevados índices de contaminação. Ainda segundo aqueles especialistas "em 2002, cerca de metade da população angolana não tinha acesso a fontes seguras de abastecimento de água, apenas 33% tinha acesso a sistemas de canalização de água da população das zonas rurais só 15% tinha acesso a água potável".

QUE REFORMA?

O contexto de estabilidade política e o crescimento económico favoreceram as condições para implementar a reforma do sector. A 'Lei das Águas' foi regulada em 2002 e em 2004 foi aprovado o 'Programa de

Desenvolvimento do Sector das Águas', tendo por pilares a gestão integrada dos recursos lútricos, a recuperação de custos e a participação do sector privado nos serviços de abastecimento de água. O Programa antecipa uma taxa de 50% para a cobertura de água potável até 2015, com níveis de consumo de 100 litros diários por habitante no meio urbano e 30 litros nos meios rurais, num quadro de mitigação das perdas nas redes de distribuição, que não devem ultrapassar só 25 % . Esta reforma envolve um investimento de dois milhões de dólares até 2015.

Para o êxito da reforma , é fundamental o apoio de Instituições internacionais , designadamente do Banco Mundial , cuja disponibilidade de meios financeiros dirigidos ao sector da água ascende a 332,3 milhões de dólares e que tem por objectivo beneficiar 1,5 milhões de pessoas numa primeira fase será implementado em cinco províncias (Malange , Huambo , Uíge , Bié e Kwanza –Norte) e numa segunda , em mais quatro províncias Huíla (Lubango) , Kuando –Lubango) (Menongue) , Moxico (Luena) e Zaire (M Banza Congo) .

Focalizado nas metas estabelecidas para o Objectivo do Milénio das Nações Unidas , o Governo preparou Planos Directores de Abastecimento de Água nos maiores centros urbanos e iniciou um programa de investimentos de 500 milhões de dólares para melhorar as infra – estruturas de abastecimento nas maiores cidades e um programa de 650 milhões de dólares – “ Água para Todos “ para melhorar o abastecimento de água e 40 municípios em cerca de 265 comunas.

Apenas 20% da população angolana é abastecida pela rede pública de electricidade. Mas existe um enorme potencial para inverter estes dados. O Ministério da Energia e da Água considera que as bacias hidrográficas angolanas possuem um potencial de exploração hidroeléctrica 15 mil MW. Em 2006 apenas tinham sido gerados 2.6 mil GWh, cerca de 2% do potencial existente, apesar do claro crescimento da exploração desde 2000, com uma taxa de crescimento anual de 19,6%, entre 2000 e 2006, ano em que a energia hidroeléctrica representava 75% do total da energia eléctrica produzida no país. Os restantes 25% provêm, sobretudo, das centrais térmicas. Este subaproveitamento é indissociável do facto de as principais barragens terem sido construídas durante o tempo colonial, pelo que a necessidade de obras de modernização explica a produção abaixo da capacidade. A Norte, a barragem de Capanda, que duplicou a capacidade em três anos (2004/ 2007) a capacidade Central para 520 MW através de um projecto desenvolvido pelo o Governo e Odebrecht (Brasil) e pela Techonopromexport (Rússia) , é fundamental para viabilizar outros sete aproveitamentos hidro-eléctricos do

. rio Tchicapa, foi inaugurada no segundo semestre de 2008, abastecendo a capital da Lunda-Sul. No Centro do território angolano decorrem obras que ascendem a 26,2 milhões de dólares, na barragem do Lomaum, em Benguela com conclusão prevista para 2010 (15 milhões de dólares) e na central hidrológica de Biópio (11, 2 milhões) . Na barragem do Gove (Rio Cunene) , as obras , orçadas em 158 milhões de dólares, envolvem a instalação de uma central hidroeléctrica de 60 MW , que visa responder às necessidades energéticas do Huambo e do Bié e que criara 600 postos de trabalho .

No Sul a principal barragem é a da Matala , que explora parte do rio Cunene fornece as províncias da Huíla e do Namíbe, mas que está apenas a gerar 1/3 da sua capacidade. As obras de 23 milhões de dólares visam reabilitar a infra-estrutura e instalar um novo ao gerador de 3.6 MW.

No Huambo serão construídas, em 18 meses, três mini-hídricas no Bailundo, em Catchiundo e no Longonjo; e no rio Cunene um projecto comum com a Namíbia prevê o aproveitamento hidroeléctrico do Baynes, com arranque previsto para 2010 e conclusão em 2016 , num orçamento de 750 milhões de dólares , que criara uma capacidade de 360 MW .

O objectivo do Governo é de integrar os três sistemas , o que potenciaria a ligação a países vizinhos , exportando electricidade no âmbito da SAPP (South African Power Pool) , cujos membros são a electricidade de Moçambique , Botswana Power Cooperation Electricity Supply Commission of Malawi , Empresa Nacional de Electricidade (Angola) , Eskom (África do Sul) , Lesotho Electricity (República Democrática do Congo) , Swazilândia Electricity Board , Tanzânia Electricity Supply Company Ltd. Zâmbia Electricity Supply Cooperation Ltd. Zimbabwe Electricity Supply Authority , HCB (Moçambique) Motraco (Moçambique) .

8.5 As festas, as chuvas e o lixo

Novo Jornal

8 De Janeiro de 2010

Paragens de Táxis, entradas de armazéns, supermercados e os mercados informais são zonas que maior amontoado de lixo apresentaram durante quadra festiva apesar de o director – geral da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), António Lúcio Martins, ter garantido a 29 de Dezembro á Angop que estavam criadas as condições para a recolha de resíduos sólidos na capital neste período.

Em muitos destes locais devido á ausência das operadoras para a remoção do lixo, os moradores e

proprietários destes estabelecimentos arregaçaram as mangas e puseram mãos na massa. Outros, com maiores possibilidades financeiras, alugaram tractores para fazer esse serviço. No bairro da Nocal, por exemplo, mesmo antes da quadra festiva, os montes de lixo já invadiam as estradas e as paragens de táxis. A situação foi-se agravando com as festas," o que levou à intervenção parcial da Elisal em algumas zonas, como a paragem defronte à fábrica, mas esta empresa deixou no local um amontoado de lixo e areia para remoção posterior.

"Eles não tiraram lixo nenhum, apenas misturaram com a areia e deixaram tudo aqui", disse um comerciante, que também se dedica ao câmbio de moeda neste bairro. Ainda na Nocal, ao caminhar-se para a Cuca o cenário alterou-se. Foi possível notar a ausência das águas estagnadas ao longo da via, assim como os montes de lixo que se encontravam pouco depois do centro médico Siga foram removidos. O cenário era diferente na Cuca, onde se formaram vários montes de lixo, mas que não permanecem no local em função da intervenção das empresas de recolha de lixo que operaram no município do Cazenga .

Plano Especial da Recolha

Para Nataniel Narciso , administrador do Município do Cazenga , está situação foi possível graças ao plano especial

recolha de lixo na quadra festiva. "Nesse período, para além das operadoras normais, tivemos mais 15 camiões e três pás carregadoras que estavam sob a responsabilidade da administração e que permitiram que fossem recolhidas mais de 5.000 toneladas de lixo nestas duas semanas", informou o responsável ao Novo Jornal .

Novo Jornal.

Nataniel Narciso concordou que o seu município é um dos que maior quantidade de lixo produz pelo facto de nele se encontrar um grande número de estabelecimentos comerciais, muitos deles com métodos deficientes de remoção dos seus resíduos sólidos. Segundo dados do Governo Provincial de Luanda, estas lojas e armazéns têm vindo a melhorar de atitude, em função das represálias aplicadas aos que não cumprem os horários e outros requisitos contratuais com a empresa de saneamento de Luanda para a remoção do lixo.

Em algumas zonas de Luanda, as águas da chuva arrastaram enormes quantidades de lixo junto às residências, o que obrigou os moradores a enfrentar os rios de água que se formaram e com pás e enxadas removeram os resíduos que foram sendo arrastados junto às suas casas. Para muitos, a chuva acabou por contribuir para a limpeza do bairro uma vez que

obrigou os moradores a remover o lixo amontoado ao longo de semanas. No entanto, para o administrador do Cazenga, as águas não aumentaram de nenhum modo a quantidade de lixo no seu território, mas dificultaram o acesso dos carros de recolha aos lotais em que se encontravam os resíduos sólidos.

NATAL COM MAIS 30% DE LIXO

"Conseguimos dar a volta a esta situação e tivemos uma quadra festiva limpa", disse satisfeito, apesar de na segunda-feira o NJ ter visto vários moradores do município do Cazenga a percorrer longas distâncias com recipientes de lixo, porque os veículos de recolhidos deixaram de passar junto das suas casas devido às águas. "Desde que choveu os carros já não passam aqui", protestou Benjamin, morador da zona da Comissão, tanques do Cazenga, junto à antiga loja Zamba L. Apesar disso, Lúcio Martins, em declarações à Angop, referiu que a Elisal trabalhou durante o período festivo com as operadoras existentes em Luanda e, por isso, foram garantidos os equipamentos, horários e turnos, no sentido de se prestar um serviço de acordo com a quantidade de resíduos sólidos que Luanda recebe na quadra festiva. Este responsável reconheceu que neste período aumenta consideravelmente a produção de lixo na província, obrigando as operadoras a duplicar o trabalho de recolha. Segundo informou, a Elisal recolhe em média três mil toneladas de resíduos sólidos por dia durante todo ano e na quadra festiva verifica-se um aumento de produção na ordem dos 30 por cento, quantidade difícil de remover porque em Dezembro aumentam as dificuldades de transporte de lixo e até de varredura, devido ao estacionamento e circulação constante de veículos e pessoas. Isto leva a operadora a executar a recolha de lixo no período nocturno, das 22h00 às 23h00, altura em que se verifica maior fluidez no trânsito, embora, prossegue Lúcio Martins, ocorram de vez em quando agressões por parte de alguns cidadãos aos seus trabalhadores. Está prática está a diminuir desde que a empresa começou a trabalhar com o Comando Provincial da Polícia Nacional para que reacções rápidas sejam tomadas quando se verifica este tipo de acções.

8.6 Batota de tráfico de » influência no negócio do lixo

Jornal Capital

09 De Janeiro de 2010

Com Dumilde das Chagas Simões Rangel na condução dos destinos do Governo Provincial de Benguela, a SANÁGUA, primeira operadora de recolha de lixo, da qual se diz ser sócio, viveu, salvo pequenas contrariedades, os melhores momentos do seu jovem

percurso, certamente longe de que o revés que se assim assiste fosse dar lugar a incapacidade financeira cruel.

Fala-se, como temos vindo noticiar, no despedimento de trezentos trabalhadores. A justificação, inúmeras vezes apresentada pelo director-geral, António Harbio, é a dívida até ao momento se desconhece o valor do seu principal cliente. Até aqui, nada mais natural, sendo legítimo que a empresa chateie o Governo pelos serviços que presta.

A situação mais intrigante, conforme confidenciou ao A Capital fonte conhecedora da realidade nas três empresas que tratam do resíduo sólido na província de Benguela, é que a crise resulta, para lá do débito, da saída do agora deputado do MPLA do Palácio da Praia Morena.

«É o velho dilema do tráfico de influência», sintetizou a nossa fonte. Acrescentou, por outro lado, que existem evidências de gestão danosa na empresa afectada pela incapacidade financeira, fazendo alusão à falta de uma retaguarda (fundo) que possa fazer face a embaraços como os actuais.

Conforme explicou, o dinheiro que «pingava» - qualquer coisa como USD 200 mil /mês passava ao largo de questões básicas para uma empresa que se preze, mormente a criação de um fundo e, a ter conta o seu objecto social, novação do equipamento. Indicou, a título de exemplo, que meios da SANÁGUA, recentemente empurrados para a periferia, uma vez que a VISTA opera na zona urbana, estão completamente cansados.

«Isso pode ser observado por todos», frisou a fonte, pouco antes de ter avançado os meandros do «princípio fim» da operadora de António Harbio. Aqui chegado, revelou que o governador Armando Cruz, que aproveitou 2009 «ano de poucas realizações» para saber com quem lidava fez questão de travar a saída tanto dinheiro em direcção a cofres da SANÁGUA.

Foi, ainda de acordo com o nosso interlocutor, o corolário de uma sindicância que destinou indicadores de má aplicação de dinheiro do erário público. São estes, acredita a fonte os factores que determinaram declínio de uma empresa que chegou ao mercado com o rótulo de vencedora, que conseguiu, por via dos primeiros momentos da sua entrada em arrancar rasgados elogios uma opinião pública agora bastante atónita.

8.7 Moradores do Kikolo denunciam venda ilegal de água

Jornal de Angola

9 de Janeiro de 2010

Habitantes da comuna do Kikolo, em Cacuaco, estão desapontados com a venda ilegal de água nas cisternas

que é feita a partir dos tanques do Caeuele. Recentemente o governo provincial criou o programa de "água para todos" com a instalação de chafarizes nos bairros de dos municípios de Luanda. Cacucaco não fugiu à regra, mas as falhas no fornecimento e baixa pressão que se verifica preocupa os consumidores do precioso líquido.

Fernando Ceies tino, morador do Kicolo e camionista, disse que a venda ilegal de água nas cisternas contribui significativamente para o alagamento das ruas e a carência de água no bairro do Caeuele.

"Não consigo entrar com o meu carro na minha casa, sou obrigado a deixá-lo no parque e fico bastante preocupado com o número elevado de marginais que temos", revelou.

"A polícia sabe do caso há muito tempo, mas a verdade é que quando chegam no local apenas levam as motobombas", contou o comerciante Rafael Kaputo.

Disse ainda não fazer sentido os jovens pagarem valores monetários aos agentes policiais para resgatar os seus meios e prosseguirem o seu negócio.

A Epal tem o conhecimento da situação, tendo um funcionário da empresa incentivado os moradores a denunciar os "mafiosos".

Os residentes no local pedem a intervenção das autoridades para resolver a questão da venda ilegal da água, mas esforços para ouvir a administração comunal do Kicolo foram mal sucedidos.

8.8 Distribuição de água potável e energia está melhor no município da Maianga

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2010

O melhoramento da distribuição de água potável e do saneamento básico é uma das principais apostas da administração municipal da Maianga, em Luanda, para a prevenção de casos de cólera.

Em declarações, quarta-feira, à Angop, o administrador Manuel Marta garantiu que será melhorado o serviço de distribuição de água e o sistema de saneamento básico para a prevenção de casos de cólera.

Realçou que os municípios da Maianga vão beneficiar de serviços eficazes e de qualidade, prestados pela administração e acrescentou que, fruto do empenho do poder local, foi possível evitar o surgimento de novos casos de cólera. Manuel Marta informou que o sector eléctrico vai merecer também uma grande atenção, com a construção de mais postos de transformação para levar energia com qualidade aos municípios que ainda não beneficiam deste serviço com regularidade.

A recolha do lixo, limpeza de valas de drenagem, sarjetas e recolha de carcaças na via pública constam

igualmente das prioridades da administração da Maianga, para se manterem os níveis de higiene atingidos no ano transacto.

O administrador sublinhou que a construção de um campo multiuso, para a ocupação dos tempos livres da juventude, consta também dos planos a serem implementados este ano.

O município da Maianga possui uma população estimada em 852.271 habitantes.

8.9 Falta de água e de energia preocupa moradores do bairro da Açucareira

Semanário Factual

De 15 á 22 de Janeiro de 2010

Os moradores do bairro da Açucareira, no município do Dande (Bengo), queixam-se da falta de luz eléctrica, de água e de uma unidade sanitária, dado que pouca atenção tem das autoridades provinciais.

O Factual ouviu dos moradores que os postos de iluminação afixados nos arredores da Açucareira deixaram de fornecer corrente eléctrica há mais de um ano sem uma prévia explicação dos responsáveis máximos da comuna.

"Estamos, há mais de ano, sem energia eléctrica nossas casas, as quadras festivas foram negras para nos, não conseguimos conservar nada e quase tudo se deteriorou porque estávamos a contar esta fase com o restabelecimento da luz", afirmou Paulina Kissenge a das moradoras.

O bairro da Açucareira

Possui dois aspectos: de lado a Açucareira velha, e maior população, com Casas de adobe e tectos de palha, e do outro lado com novo formato de condomínios fechados.

A Açucareira nova reveste-se de uma situação cómoda, sem queixa de luz água, enquanto a primeira velha", se mostra desprovida do precioso líquido tratado e da luz eléctrica mas ambos os lados carecem de uma unidade Sanitária.

De acordo com alguns oradores, a energia fornecida aos habitantes da açucareira nova "dos condomínios" provem de um Gerador, mas os habitantes da Açucareira Velha ficam às escuras", lamentou Vespaciano Carlos, também munícipe.

O Factual procurou pela coordenação do bairro na pessoa do senhor Paulo Garcia que, por sua vez, retorquiu: "a solução deste problema não depende de mim porque não é da minha competência mas sim da administração municipal".

Já na administração municipal do Dande, o responsável máximo encontrava-se ausente, pelo que ninguém

poderia prestar declarações sobre o problema sem a sua prévia autorização.

Dada à falta de uma unidade Sanitária os moradores da Açucareira afirmam ser bastante difícil deslocar-se do bairro e percorrer quatro quilómetros a pé, quando "não há dinheiro para o táxi, muito menos para sustentar os filhos", manifestaram.

As diarreias agudas, febre e a bilharziose são as muitas patologias enfrentadas pelos moradores da Açucareira, no município do Dande, cuja situação se degrada dia-a-dia.

O director do hospital central da cidade de Caxito, António Martins, afirmou ser necessária a reabertura da antiga unidade sanitária da localidade da Açucareira para acudir a crítica situação que prevalece nos habitantes do bairro.

Ao falar à imprensa local, afirmou: "estamos prontos para reabrir o hospital da Açucareira ainda neste ano de 2010", sem explicar as razões que estiveram na base do seu encerramento.

António Martins adiantou que a unidade sanitária contará com mais de 70 camas para suportar a demanda que hospital central de Caxito tem vindo a sentir de um tempo a esta parte.

8.9 Mais Energia no Sambizanga

Jornal de Angola

16 de Janeiro de 2010

O fornecimento de energia eléctrica à comuna sede do Sambizanga, em Luanda, regista melhorias significativas desde 2009, devido à entrada em funcionamento de 12 novos postos de transformação, instalados no âmbito do programa do governo provincial de reabilitação da rede eléctrica da capital do país, soube quinta-feira a Angop.

O administrador comunal, David da Costa Júnior, referiu que os novos postos de transformação de energia foram montados nos quatro sectores da zona, nomeadamente Lixeira, Mota, Santo Rosa e Madeira, o que permitiu o melhoramento da imagem e segurança da vila no período nocturno. I

David da Costa Júnior, que apresentava o balanço das actividades realizadas no ano passado, disse que foi também instalada uma nova rede I de iluminação pública em todas as ruas terciárias e secundárias da zona e colocadas quatro torres comunitárias no interior dos bairros.

Em termos de infra-estruturas sociais, foi reabilitada a sede da administração comunal, criado pela TI primeira vez um posto dos serviços f de identificação e recuperadas e t apetrechadas várias salas de aulas.

No sector das águas, a comuna do Sambizanga beneficiou de uma nova rede de distribuição de água

potável, com a colocação de novas condutas, para além de terem sido construídos chafarizes em várias zonas.

"A nossa meta, e no quadro das recomendações superiores, é de até 2012 fazer chegar a água potável a toda as áreas do Sambizanga", disse o administrador.

David da Costa Júnior sublinhou que, para este ano, a administração comunal vai continuar a trabalhar para melhorar o saneamento básico da área e terraplenar as vias de acesso à comuna .

8.10 Cunene avisa a população para tratar água de consumo

Jornal de Angola

19 de Janeiro de 2010

A Direcção Provincial das Águas do Cunene lançou, desde a semana passada, uma campanha de distribuição gratuita de meios para o tratamento da água às populações dos bairros da cidade de Ondjiva.

A campanha visa prevenir a cólera e as diarreias, provocadas pela ingestão de água contaminada, sobretudo com o surgimento das inundações. Segundo a responsável da secção de mobilização social da Direcção das Águas

no Cunene, Ana Maria Rita, o programa tem a parceria do Unicef e prevê distribuir, até ao dia 2 de Fevereiro, cerca de 2.300 baldes de vinte litros e igual número de filtros e bidões, além de comprimidos de desinfecção da água.

A responsável das Aguas explicou que o processo de distribuição do líquido está a ser dirigida a famílias com dificuldades de acesso ao produto através dos sistemas de captação, concentradas nos centros de acolhimento dos sinistrados das cheias e de algumas zonas dos bairros Castilhos, Kashila, Naipalala e Kafitu. Referiu que, até ao momento, foram distribuídos metade dos meios e cada família recebeu um balde, um filtro, um bidão e cinco carteiras de comprimidos de purificação da água. Ana Rita precisou ser no período s das chuvas e das cheias que a população encontra dificuldades em adquirir água para consumir, por isso ela recorre às lagoas e cacimbas para resolver o problema.

Sublinhou que a água proveniente destes lugares não garante o mínimo de segurança à saúde humana, pelo que carece de tratamento antes de ser consumida. "E por isso que pensamos nesta campanha e proceder a distribuição de kits de saúde, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade da água de consumo", disse.

8.11 Aldeia Nova já tem água

Jornal de Angola

17 de Janeiro de 2010

Uma estação de captação e distribuição de água foi instalada no centro logístico do projecto Aldeia Nova, município da Ceta, província do Kwanza-Sul.

Na passada sexta-feira, o governador provincial, Serafim do Prado, visitou as instalações e revelou que, além do centro logístico, o projecto vai beneficiar igualmente 15 aldeias, a sede da comuna da para Kissanga Kungo, a cidade do Wako Kungo e bairros periféricos.

"Está tudo quase pronto, no tocante à captação e distribuição para os principais reservatórios, num percurso de 11 quilómetros, a partir do rio Keve," disse

"Quis, nesta minha deslocação, perceber até onde termina a responsabilidade do projecto Aldeia Nova nesta matéria, de modo que possamos fazer diligências junto da secretaria de Estado da Água para garantir a construção e distribuição da rede domiciliária", acrescentou.

A estação de captação, tratamento e distribuição de água tem uma capacidade de bombear 900 metros cúbicos/hora.

O projecto Aldeia Nova está vocacionado para a produção de leite e seus derivados, ração animal, carne, aves, gado suíno, b

8.12 Comerciantes de água alteram preços

Jornal de Agora

23 de Janeiro de 2010

A fraca distribuição de água potável no bairro Cortume, no Cazenga, continua a ser o "calcanhar de Aquiles" para a população que se vê a braços com os elevados e preços praticados pelos vendedores ilegais do precioso líquido.

Os chafarizes instalados não estão à altura para satisfazer a demanda, uma vez que nem sempre nas torneiras jorra água, para além de longas filas que estimulam a procura.

A água consumida é retirada dos tanques abastecidos por cisternas, perigando a saúde dos consumidores.

Segundo apurou o AGORA, um balde de 20 litros custa 50 Kwanzas, preço estipulado desde que Luanda sofreu uma ruptura geral no sistema de distribuição de água.

Os preços mantêm-se altos, alegadamente porque os

vendedores compram a água num valor estimado entre 26 a 27 mil Kz a cisterna de 30 mil litros.

Alguns vendedores preferem fechar os tanques cheios, aguardando o momento de carência para elevar ainda mais os preços.

A construção de chafarizes aconteceu no ano passado, sob iniciativa da Ong Causa Solidária em parceria com a cooperação italiana, com objectivo de fazer chegar o precioso líquido à população que percorria largos quilómetros para obtê-lo.

8.13 Mais chafarizes no Sambizanga

Jornal de Angola

28 de Janeiro de 2010

Vinte chafarizes vão ser construídos durante o primeiro semestre deste na comuna sede do Sambizanga, pelo governo provincial de Luanda, no âmbito do programa "Água para todos", em curso no país desde 2007.

O administrador comunal do Sambizanga, David da Costa Júnior, disse que os novos chafarizes serão erguidos na zona da Lixeira, considerada a mais crítica em termos de abastecimento de água potável.

A comuna do Sambizanga, com 222 mil habitantes, beneficiou, em 2009, de uma nova rede de distribuição de água potável, com a colocação de novas condutas e a construção de chafarizes em várias zonas. "A nossa meta é, até 2012, fazer chegar a água potável a todas as áreas da comuna do Sambizanga", assegurou David Júnior

O programa "Água para todos", gizado pelo Governo Central, prevê beneficiar, até lá, cerca de 80 por cento da população da zona rural.

9 AMBIENTE

9.1 Calemias assolam a Ilha de Luanda

Jornal de Angola

1 de Janeiro de 2010

A Ilha de Luanda começou, na madrugada de ontem, a ser assolada por fortes calemias, que inundaram o asfalto, casas e restaurantes. As ondas arrastaram consigo areia e enormes quantidades de lixo, que soterraram várias viaturas.

Esta situação impediu, às primeiras horas da manhã de ontem, o trânsito automóvel na Avenida Murtala Mohamed.

A administradora municipal da Ingombota, Susana de Meio, disse que, na tarde de quarta-feira, moradores registaram um movimento alto de ondas, mas ignoraram, pensando tratar-se de algo normal.

Na madrugada de ontem, as ondas ficaram mais agitadas e invadiram algumas residências, destruindo bens de muitas famílias.

Alguns moradores tiveram dificuldades para sair de casa.

Susana de Meio referiu que as embarcações dos pescadores que estavam próximas do mar foram destruídas e arrastadas para o outro lado da estrada.

As viaturas que ficaram soterradas na areia devido à força das ondas tiveram que ser retiradas com máquinas cedidas pela empresa Odebrecht. A administradora disse que a empresa de limpeza e saneamento de Luanda, Elisal, está a retirar o lixo e a areia que se acumularam devido a inundações por toda a extensão da estrada.

Os Serviços de Bombeiros estão a retirar a água que inundou o asfalto. Segundo a administradora, as calemias não causaram vítimas humanas, mas constituem mais um alerta para as famílias que insistem em construir anarquicamente na Ilha de Luanda.

A qualquer hora, o mar pode ficar bravo e colocar em perigo a vida de muita gente, disse. Administradora aconselha as pessoas, durante estes dias, a não fazerem uso das praias da ilha, nem mesmo para apanhar sol, porque as ondas ainda estão muito agitadas e atingem alturas muito elevadas.

A palavra do ambientalista

O director Nacional do Ambiente, Vladimir Russo, define as calemias como fenómeno ambiental que ocorre como consequência das forças da natureza, provocando agitação e aumento do nível das ondas do

mar.

O ambientalista disse que as ondas que assolaram a ilha chegaram a atingir uma altura de pelo menos três metros.

Vladimir Russo referiu que é muito provável que no princípio

do ano que acaba de começar as calemias voltem a surgir. Segundo ele, é comum registar este fenómeno de Outubro a Março em mares do Oceano Atlântico.

O director Nacional do Ambiente afirmou que em relação às calemias passadas que a ilha já registou, as que ocorreram ontem tiveram mais força e altitude.

Vladimir Russo apela às pessoas que queiram construir na ilha a fazerem-no a pelo menos 50 metros de distância da zona costeira e com material próprio, ou seja, não definitivo, para facilitar a sua desmontagem, caso algo do género volte a acontecer.

Os moradores

João Vicente, morador na ilha há 54 anos, disse ao Jornal de Angola que as calemias surgiram porque alguns rituais não estão a ser cumpridos.

"É necessário que neste mês os moradores prestem mais atenção à sereia, oferecendo comida, bebida e dança. Também é preciso que limpem as praias para que a nossa sereia se sinta mais amada",

referiu. Bigo de Carvalho, outro morador na Ilha de Luanda, que teve o seu carro soterrado na areia, disse que é normal haver calemias nesta época do ano.

"O que eu não contava é que as ondas invadissem a estrada e inundassem algumas casas".

"Nas outras vezes que as calemias apareceram foram mais brandas. Ontem a força foi tanta, que muitas viaturas se estragaram devido a quantidade de água e areia", disse. Celestina da Conceição tem 57 anos. Nasceu na Ilha de Luanda. Disse que esta foi a primeira vez que o mar ficou bravo até àquele extremo. "A sorte é que não morreu ninguém, porque todos já estavam em casa a dormir. As águas invadiram a minha casa, que está no outro lado", disse.

Ela referiu que a tendência é piorar, porque a tradição já não está a ser cumprida como antes.

9.2 Calemias provocam mortes em Luanda

Jornal de Angola

7 de Janeiro de 2010

Nove pessoas morreram, desde 31 de Dezembro, na sequência da ocorrência das fortes calemias que se registam nas praias de Luanda.

O balanço foi fornecido, ontem, ao Jornal de Angola por uma fonte ligada ao Serviço Nacional de Bombeiros, que adiantou haver calemias na Ilha de Luanda, Morro dos Veados, Ramiros, Barra do Kwanza

e Cacuo.

O porta-voz dos Bombeiros, Faustino Sebastião, acentuou que a Ilha de Luanda é a área que regista mais calemas, embora a situação seja generalizada.

"Todos os afogamentos que registámos, desde o dia 1 de Janeiro, têm a ver com as calemas", disse Faustino Sebastião.

O porta-voz do Serviço Nacional de Bombeiros sublinhou que os afogamentos só aconteceram por negligência dos banhistas. "Desde o dia 31 que fomos alertando as pessoas para que não frequentem as praias e se o fizessem que não mergulhassem".

Para já, o alerta continua, uma vez que ainda não é aconselhável a utilização das praias. "As pessoas podem ir, mas devem evitar mergulhar, ainda que saibam nadar".

A província de Luanda tem dois quartéis dos bombeiros que socorrem náufragos. Estão localizados na Ilha do Mussulo e na Chicala.

Limpeza na praia

Garrafas, latas, sacos, madeira e ferro velho arrastados para a praia pelas calemas, na Ilha de Luanda, estão a ser recolhidos desde terça-feira, pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL). Até ontem, boa parte da Ilha já estava limpa, restituindo a normalidade à área mais turística de Luanda.

Cláudia Paiva, moradora e natural da Ilha de Luanda, disse ao Jornal de Angola que o lixo veio do mar e era composto por resíduos que banhistas e moradores depositam na praia, frisando que, sempre que há calemas, a tendência é para as praias ficarem sujas.

"Este ano a situação é mais preocupante, porque as calemas estão a acontecer em toda a extensão da Ilha", explicou Cláudia Paiva Miguel Gonçalo, da ELISAL, pediu aos turistas e moradores para cuidarem bem, das praias, uma vez que são áreas de lazer bastante utilizadas por milhares de luandenses e turistas. "Há muito lixo a sair do mar o que prova que nós é que o colocamos lá". Miguel Gonçalo acredita que, se não houver uma mudança de mentalidade, "amanhã não saberemos onde tomar banho e correremos o risco de pisar cacos que deixamos expostos aqui nas praias da Ilha de Luanda

9.3 Comité Nacional Planeta Terra lança manual sobre o Ambiente

Jornal de Angola

7 de Janeiro de 2010

O Comité Nacional Planeta Terra, lançado. Oficialmente em Novembro do ano passado, pelo.

Ministério do Ambiente apresenta, na primeira quinzena do mês em curso, em Luanda, elementos sobre educação. Ambiental entre os quais a brochura. Preservando o 'Planeta Terra, no. "Quadro dos compromissos assumido junto. Dos órgãos das Nações Unidas.

A apresentação. Destes elementos educativos, composto por um manual intitulado. 'Preservando o Planeta Terra", calendários com datas ambientais e outros riais relativos à reservação da fauna e flora, vai decorrer numa das salas de conferências do. Museu Nacional de História Natural em Luanda.

Segundo á Angop, que cita uma nota do Ministério do Ambiente, apresentação, cujo público alvo c são professores, alunos e população em geral, conta com o apoio do Banco Espírito Santo (BESA), d instituição que vai também expor c fotografias que retratam temas ligados com o Planeta Terra.

De referir que 10 mil exemplares deste manual "Preservando o s Planeta Terra", publicado em 2009 pelo Ministério do Ambiente, começam a ser distribuídos no c primeiro trimestre do corrente n ano, numa primeira fase, a igual ao

Número de professores, no quadro das estratégias de consciencialização da população para a preservação do meio.

Os exemplares, que são entregues com um calendário com datas ambientais, vão ser distribuídos também em parceria com o t sector da Educação nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Cabinda, numa primeira fase.

O livro, publicado com o apoio do Banco Espírito Santo (BESA), contém cinco temas seleccionados por Angola para as suas actividades de educação ambiental, no âmbito dos compromissos assumidos internacionalmente.

Os temas do manual estão ligados às alterações climáticas, recursos naturais e energia, oceanos, urbanização crescente e megacidades, terra e saúde. I Com 80 páginas, o manual elaborado por técnicos do Ministério do Ambiente em parceria com empresas privadas, representa o " esforço do Governo angolano na m divulgação junto da população, o I respeito e cuidado para com a natureza, o ambiente, Angola e o planeta Terra no geral.

9.4 Juventude Ecológica preocupada com ausência de espaços verdes

Semanário Angolense

9 á 16 de Janeiro de 2010

Na senda do tema em abordagem, o Porta-voz da Juventude Ecológica de Angola (UEA), José Silva, afirmou ao Angolense que a organização que representa

está preocupada com a ausência de espaços verdes na cidade, porque tem verificado que a cidade tem estado a crescer do ponto de vista urbanístico, há cada vez mais edifícios a serem construídos, mas ao mesmo tempo, esses edifícios ocupam espaços que anteriormente eram ocupados por zonas verdes.

"Há um crescimento desordenado, uma cidade urbanística não é apenas com edifícios modernos, mas com espaços de lazer, zonas verdes, lugares de campismo. É importante que a cidade cresça de uma forma integrada, isso para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos", disse. Numa altura em que se fala do aquecimento global, como sendo uma grande ameaça para o planeta terra, José da Silva é de opinião que devemos ter mais árvores no país, especialmente nos grandes centros urbanos, para melhorar a saúde ecológica e absolvermos e diminuir o efeito do dióxido de carbono na atmosfera. "Se tivermos mais árvores será benéfico para as nossas cidades, temos que preservar os poucos espaços verdes que temos e ampliá-los mais", aconselhou.

Na senda conversa, informou que 2010 é o ano designado internacionalmente como sendo o ano da biodiversidade e que o Governo decidiu virar as suas acções para esta vertente, pelo que o activista pelo ambiente acredita que poderemos viver dias melhores no que ao assunto diz respeito.

Apesar de reconhecer os esforços do Ministério do Ambiente de Angola para proteger as zonas verdes, José da Silva afirmou que "por vezes existem interesses económicos e políticos que se sobrepõem as acções de defesa do ambiente e ao esforço que tem sido feito pelo Ministério do Ambiente e pelas de Associações de defesa do ambiente".

"Se começarmos a ter muitas construções de betão será prejudicial para o nosso futuro. Por vezes, na apresentação desses edifícios, nas maketes e nos desenhos, aparecem espaços verdes, mas quando a obra termina, não são feitos os espaços verdes", sublinhou.

A fonte que temos vindo a citar disse, por outro lado, que há zonas que ainda podem -ser aproveitadas, como a área do Talatona, Lar do Patriota e o estado 11 de Novembro. "A importância disso é que se cuidarmos do ambiente poderemos ter um equilíbrio entre a preservação do ambiente e o desenvolvimento da cidade", realçou.

O porta-voz da JEA disse ainda que é importante que o Ministério do Ambiente tenha capacidade de efectuar estudos de impacto ambiental, assim como as associações, pois se regista no mercado carência de técnicos especializados, para cumprir o Decreto 51/94.

"É preciso que renovem a floresta da Ilha de Luanda, a floresta do Kinaxixi, a zona verde do Alvalade, entre outros espaços", aconselhou finalmente .

9.5 Ministério do Ambiente declara o ano dedicado à protecção da biodiversidade

Jornal de Angola

6 de Janeiro de 2010

As acções programadas para este objectivo estão relacionadas com a efectivação da criação das novas áreas de conservação (parques e reservas naturais) e zonas transfronteiriças, no âmbito de uma estratégia de aumentar de seis para 15 por cento a superfície total de território legalmente protegido.

O reforço dos programas de sensibilização da sociedade na protecção e conservação da biodiversidade angolana, através da realização de palestras e distribuição de panfletos e manuais com informações ligados à preservação do planeta Terra são actividades a realizar ao longo deste ano.

De acordo com uma nota oficial do Ministério do Ambiente enviada ontem à Angop, dentro das acções previstas para este ano está a de dar continuidade ao programa de recuperação dos parques nacionais de Angola, cujo processo começou em 2000. O programa consiste na recuperação das infra-estruturas administrativas e apetrechamento dos parques nacionais, reposição da administração do Estado, restabelecimento da flora e fauna e enquadramento de novos fiscais e outros quadros necessários para o funcionamento adequado dos parques e reservas.

Com o apoio de várias instituições, entre as quais a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), foram já recuperados os parques nacionais da Kissama (Bengo), Cagandala (Malange), enquanto estão prestes a terminar os trabalhos no Bicular (Huila), Iona (Namibe), faltando a Cameia (Moxico), Mupa (Cunene) e outras reservas naturais. O Ministério conta recuperar os parques integrando também as comunidades na gestão das áreas, a melhoria da vida das populações que vivem no interior das áreas protegidas e a recuperação das vias de acesso.

9.6 Ministro das Telecomunicações visita empreendimento técnicos

Jornal de Angola

9 de Janeiro de 2010

O ministro da Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, visitou ontem o Centro Nacional de Previsão de Tempo do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola (INAMET), o Centro de Meteorológico de Apoio à Navegação do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro e a sala de equipamento meteorológico da Televisão

Pública de Angola

Acompanhado de uma delegação do seu ministério, José Carvalho da Rocha afirmou que a visita à sede do Instituto Nacional de Meteorologia e ao Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro serviu para verificar os investimentos feitos para melhoramento dos serviços.

O ministro disse que o sistema instalado no aeroporto de Luanda vai permitir que os passageiros ao desembarcarem possam ter uma informação meteorológica logo a partir da sala de desembarque.

"Na sede do IN AMET fomos verificar os sistemas que estão instalados e a sua funcionalidade", disse.

Na sala de equipamento meteorológico da Televisão Pública de Angola, o ministro e os seus acompanhantes observaram a forma como estão a ser instalada o "sistema Metier" que vai facilitar uma melhor apresentação do estado do tempo e do clima no país. José Carvalho da Rocha disse que se trata de tecnologia de última geração e vai facilitar à Televisão apresentar os dados meteorológicos com maior precisão.

Quanto à formação, o ministro José Carvalho da Rocha disse que o seu ministério está empenhado na formação de quadros para que consigam dominar as novas tecnologias na área da meteorologia.

"Vamos continuar a formar os nossos técnicos para que eles consigam dominar as novas tecnologias na área de meteorologia", disse o ministro.

Questionado sobre os ganhos que o sistema vai trazer, o ministro José Carvalho da Rocha apontou a quantidade de informação meteorológica que está disponível. "Este é o maior ganho, vamos ter melhores informações meteorológicas", disse.

O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, disse que o sector tem como meta para este ano finalizar a primeira carteira de projectos que constituem o programa de expansão e modernização da rede básica e criar condições para arranque da segunda. No Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro a comitiva do ministro visitou o Centro Meteorológico de Apoio à Navegação Aérea.

9.7 Chuvas e vento forte no Bié matam e destroem habitações

Jornal de Angola

15 de Janeiro de 2010

Na província do Bié quatro pessoas morreram e 406 casas desabaram na sequência das fortes chuvas e ventos que se abatem sobre a região desde 10 de Janeiro, segundo o coordenador da Comissão Provincial de Protecção Civil, José Pinto. Informou que 75 casas desabaram no município da Nharea, 25 em Katabola, 42 na comuna de Cachingues, no município do Chitembo e 22 no município de Camacupa.

António Vicoti e a sua família de nove membros estão desalojados. A casa onde viviam desabou, no bairro Chissindo, arredores do Kuito. A numerosa família vive num quarto cedido pelo vizinho e pede apoios.

António Vicoti afirmou que na hora de dormir é muito difícil arranjar espaço para tanta gente.

José Pinto revelou que a Comissão Provincial de Protecção Civil considera zonas de risco as áreas do Chissindo, Kamalaia, bairros periféricos da cidade do Kuito e a comuna do Kunje, localizada sete quilómetros a norte da capital provincial. O grande problema, dizem as autoridades, são as construções anárquicas. As pessoas fazem casas em locais perigosos, sem o consentimento das autoridades administrativas e com o material local, que é muito débil.

O responsável da Comissão Provincial de Protecção Civil afirmou que nos últimos dias a comissão receberam 18 famílias num total de 51 pessoas provenientes da Zâmbia e do Congo Democrático.

José Pinto informou que os deslocados receberam colchões, cobertores, mosquiteiros, tendas, utensílios de cozinha

e outros meios de primeira necessidade.

9.8 Legislação urgente

Semanário Factual

De 15 à 22 de Janeiro de 2010

Segundo os especialistas, o ruído pode ter efeitos psicológicos e causar insónias, agressividade, irritabilidade, uma baixa de rendimento de trabalho e escolar, como até provocar a impotência sexual

A falta de conhecimento, por um lado, por parte de algumas pessoas e a carência de legislação sobre o assunto faz com que certas pessoas abusem com a dignidade e faltam mesmo o respeito. Quando um vizinho dá uma festa, por exemplo no mesmo andar, até é engraçado porque vamos comemorar os anos dele ou da filha, apagamos as velas, comemos, bebemos e dançamos. Fala-se alto e o som da música incómoda os vizinhos que não têm nada a ver com o referido evento, podendo estar a ver televisão ou dormir. Temos que baixar o som.

O barulho incomoda e para quem quer dormir a sesta, ou descansadamente em seus aposentos, não pode porque o vizinho X ou Y está a dar uma festa dos seus 45 cacimbos. É sobre este e outros aspectos que a lei pode intervir, colocando regras, como horários e datas demarcadas. Mais do que isto, é que cada cidadão deve respeitar o próximo. Pois o silêncio é de ouro. Tudo é uma questão de consciência.

Realizou-se ainda há bem pouco tempo a Conferência de Copenhaga, e dentre vários temas apresentados, a poluição sonora foi sem dúvida um tema quente e abrangente, que aliás abriu a sessão. O aquecimento

global está a provocar muitos danos, uma dele é o degelo, o aumento de tremores de terra, etc.

A poluição sonora marinha é factor de deslocação dos peixes, por causa de eles se espantarem com o barulho dos barcos e das motos de água, o que provoca uma migração de espécies marítima e desequilibrando o seu eco sistema. Mas voltemos à terra.

A ONG "Vida pela Vida" está preocupada com este assunto e realizou uma palestra sexta-feira passada (15.01), colocando o problema aos presentes sem deixar na verdade de alertar que é preciso mudar para salvar o Planeta.

É preocupante saber que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), Angola é uns dos países onde morrem mais pessoas devido às más condições ambientais e uns dos factores apresentados por esta entidade refere-se à poluição sonora.

O que é a poluição sonora urbana?

São ruídos que provêm sobretudo de fontes sonoras nos grandes centros urbanos: as sirenes, alarmes e as actividades recreativas.

9.9 Calemas fazem mais destruição na camuxiba

Jornal Novo Jornal

15 de Dezembro de 2010

"Já não aguentamos mais este sofrimento" e o Governo tem de fazer algumas coisa, senão vamos morrer aqui". Com estas palavras o Novo Jornal foi recebido pelos moradores da Camuxiba, horas depois de terem pedido a nossa presença no local.

O assunto era "calemas na Camuxiba". Para muitos, o tema não é novidade, mas seguramente está "recheado" de gravidade, porquanto se encontram vidas humanas e não só em perigo. "Pai, as calemas partiram mais as nossas casas", lamentou, com lágrimas nos olhos, a Tia Maria.

Em menos de dois meses, altura em que estivemos no local pela mesma razão, as calemas voltaram a deixar, na noite da passagem de ano (31 Dezembro) pelo menos quatro casas totalmente destruídas e sete parcialmente demolidas. Para agravar, ainda no último sábado, véspera do da abertura do CAN 2010, as ondas do mar castigaram novamente o musseque, que resultado na danificação de barcos (vulgo chatas) a destruição parcial de várias casas. A angústia no rosto das vítimas era tanta que não sabiam a quem atirar as culpas, se à natureza, à administração municipal ou a si mesmos por terem construído naquela zona de risco. Falando em voz alta e todos ao mesmo tempo, os interlocutores mostraram-se descontentes com o silêncio da administração da Samba.

"Eles têm conhecimento que, há anos, a Camuxiba é assombrada pelas calemas. Mesmo quando a comissão

de moradores funcionava faziam-se várias cartas para os administradores anteriores mas não nos respondiam", atirou Luís Fonseca.

Já o seu vizinho António Lourenço avançou que estão a pensar organizar-se para fazerem uma manifestação pacífica defronte às instalações da administração dirigida por Pedro Fançony.

"Não estamos a ver outra solução. As ondas do mar continuam a perigar as nossas vidas e nós não podemos ficar de braços cruzados. Já que a comissão de moradores não se faz sentir, aqui no nosso bairro, nós mesmo, como moradores, vamos organizar-nos e vamos ter com o administrador", disse o também chamado Tio Toi

Na passada edição, número 94, tínhamos já informado que a Camuxiba era vizinha da pequena Ilha da Areia Branca e que aí a bravura do mar ainda não se fazia sentir como no primeiro bairro. Desta vez, algumas casotas de chapa da também chamada Concha foram totalmente destruídas.

A península está cada vez menor, em termos de espaço geográfico, devidos às investidas das marés altas. E se na primeira reportagem falámos em 15 metros de distância entre as casotas e a praia. Neste momento, pode dizer-se que as águas salgadas do "todo poderoso" mar já não á chegam aos quintais, mesmo na fase de maré baixa

Mas nem estes sinais estão a influenciar os "garimpeiros de areia" a abandonarem está prática. Várias pessoas, maioritariamente moradores da área, cavam aí areia com fins lucrativos, o que contribui ainda mais para a erosão e os problemas ecológicos que a zona vai registando.

"Há tanta coisa para vender, mas eles preferem vir aqui para obter lucro fáceis, mas uma vez que não compram o produto que vendem. A polícia deveria estar aqui para desencorajar está pratica", Disse Nanso morador nato.

Tanto os moradores da Camuxiba como os da Ilha da Concha avançaram que não aconteceu vítimas mortais como em tempos idos, porque os moradores já tem noção de quando o mar vai castigar a ilhota e nessas alturas abandonam o recinto com antecedência. "Controlamos o comportamento do mar durante o dia. Se houver maré – alta é porque de noite haverá calemas, aí as pessoas não dormem em casa, contaram os entrevistados.

9.10 Protecção a Biodiversidade nas prioridades

Semanário Angolense

16 de Janeiro de 2010

Protecção do ambiente é das principais prioridades para

2010. É por isso que o Ministério dirigido por Fátima Jardim dedica este ano na defesa da biodiversidade. Para alcançar os êxitos preconizados, aquele Ministério espera contar com os seus parceiros, no sentido de transformar o ano 2010 como sendo o da protecção da biodiversidade de Angola, com realce à conservação e protecção da Palanca Negra Gigante, uma espécie em vias de extinção.

As acções programadas para este objectivo estão relacionadas com a efectivação da criação das novas áreas de conservação, como são os parques e as reservas naturais e zonas transfronteiriças, no âmbito de uma estratégia de aumentar de seis para 15 por cento a superfície total de território legalmente protegido.

O aumento dos programas para explicar a sociedade na protecção e conservação da biodiversidade angolana, através da realização de palestras e destruição de panfletos e manuais com informações ligados à preservação do planeta terra no geral fazem parte do programa, cuja sua implementação deve acontecer no presente ano.

Consta também dos planos a recuperação das infra-estruturas administrativas e apetrechamento dos parques nacionais, reposição da administração do Estado, restabelecimento da própria flora e fauna e enquadramento de quadros necessários para o funcionamento adequado.

Com o apoio de várias instituições, entre os quais a Cooperação Técnica Alemã (GTZ), foram já recuperados os parques nacionais da Kissama (Bengo), Cagandala (Malange), enquanto finalizam os trabalhos no Bicular (Huíla), Iona (Namíbe), faltando da Cameia (Moxico), Mupa (Cunene) e outras reservas naturais.

Infracções no Cunene

Na província mais ao sul de Angola, foram registadas seiscentos e 74 infracções diversas, em 2009, nos mais variados organismos tutelados pelo Governo assim por particulares.

Os municípios do Kwanhama, Namacunde, Ombadja, Cahama e Cuvelai, foram os responsáveis no que as infracções dizem respeito, de acordo com a fiscalização do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS).

A informação foi noticiada pela à Angop foi prestada pelo director regional do MAPESS, Oliveira Albino da Cruz, tendo afirmado que as infracções foram detectadas durante 198 visitas de inspecção, destacando-se o cumprimento de horário de trabalho, contratos e qualificadores ocupacionais .•

9.11 Calemas de Dezembro ainda sem explicação

Jornal de Angola

19 de Janeiro de 201

Nos últimos dias de Dezembro do ano passado, o mar registou, na Ilha de Luanda, uma oscilação bastante forte. As ondas arrastaram as águas e as areias para a costa com alguma bravura, atingindo quase tudo que estava nas proximidades. Esta mudança abrupta do comportamento do oceano criou um certo pânico nas populações que vivem na Ilha do Cabo.

Boa parte dos moradores já assistiu a esta alteração verificada com as ondas do mar. A grande preocupação, para eles, está no facto do fenómeno natural acontecer no último mês do ano, sabendo-se que, normalmente, as águas do Atlântico se tornam mais tensas em Fevereiro, Março e Abril.

As tempestades do mar, calemas entre a população angolana, cujos efeitos são visíveis em terra, constituem um fenómeno que ocorre em várias partes do planeta, com costas bastante acidentadas, quando há ventos e chuvas fortes.

No país, como salientou o director nacional do Ambiente, Vladimir Russo, as calemas acontecem entre, Fevereiro e Abril. Mas, imprevisivelmente, aconteceram em Dezembro, situação que está para ser estudada, tendo em conta que estas alterações climáticas são fenómenos naturais causados por um funcionamento anormal dos oceanos.

Padrões climáticos

Vladimir Russo adiantou que ainda não foram apuradas as causas que fizeram com que as calemas "acontecessem naquele mês, fugindo à normalidade: "Não podemos dizer o que se passou de facto. Temos feito alguns levantamentos para tentar perceber que outras alterações dos padrões climáticos possam ter acontecido com as temperaturas da água e ambiente, das precipitações, dos ventos, a fim de saber se houve um aumento ou não".

Normalmente, estes elementos são medidos através de bóias de leituras que fazem uma análise de dados e, com base nisso, a que alterações se registaram realmente no ambiente causadoras do fenómeno.

Angola ainda não possui este sistema de monitorização, tornando-se muito difícil perceber cientificamente as razões que fizeram com que as calemas ocorressem mais cedo do que o previsto, disse o director nacional do ambiente .

Embora se possa saber quando é que o mar está a tornar-se mais violento, Vladimir Russo adiantou que a única forma que existe, por enquanto, para prever as calemas é o aproximar do período que vai de Fevereiro a Abril, em que normalmente acontece este fenómeno.

As calemas referiu podem ocorrer ao nível de toda a Costa e em qualquer parte do país, sendo que existem maiores probabilidades na zonas de Luanda, devido a construção irregular, e em Benguela.

Consequência do fenómeno

Quando as calembas acontecem trazem, regra geral, dois tipos de consequências, uma parte o ser humano e outra para a diversidade marinha costeira. Quanto ao primeiro, afecta-os, destruindo o seu património, pois a onda manifestada na zona costeira podem prejudicar pessoas e bens, como empreendimentos comerciais, casas e embarcações ancoradas. Do ponto de vista da biodiversidade, por não serem ondas comuns, a zona costeira não está preparada para estes fenómenos que acontecem eventualmente.

Regista-se, então, uma destruição, principalmente da fauna e da flora, Vladimir Russo recorreu ao ditado popular, segundo a qual « o bom peixe sabe nadar em água agitadas ».

Por isso, o ambientalista acredita que as calemas não tem grande consequência para as espécies marinhas, nem representam grande perigo para a sua reprodução.

Violação a legislação

O director nacional do ambiente denunciou as constantes violações as normas que proíbem a construção de edifícios a menos de 50 metros da linha da costa. Por não serem cumpridas, declarou, é impossível evitar-se o que se aconteceu a Ilha de Luanda durante as últimas calemas, onde casas e viaturas, que estavam a menos dez metros, foram afectadas.

Apesar de existir esta legislação desde o tempo colonial, as pessoas violam-na. Além disso não há uma fiscalização mais aturada para determinar a possibilidade ou não de qualquer edificação entre os 50 e 80 metros.

O responsável disse, que ao longo dos 1600 quilómetros da costa tem se verificado que os populares infringem regularmente a legislação, o que exige das autoridades a criação de condições que visem assegurar e proteger estes locais.

Em zonas ecologicamente sensíveis, com a Ilha de Luanda e a península do Mussulo instalam-se os quebras maços ou pontões para as proteger.

Depois da ocorrência de uma calema, as pessoas devem estar afastadas da costa durante algum tempo, mas aconselham-se distanciamento do local além das 48 horas “, afirmou alertando, que é preciso muito cuidado, principalmente às noites, pois pode-se registar-se uma recorrência do feminino neste período de tempo “.

Quanto aos métodos de segurança, disse existir um sistema qualificativo dos perigos do mar, através do uso de bandeiras, com determinadas cores, que vão alertado a população para o estado do mar e condições para a navegação, pesca e banho.

Em Angola existe ainda um sistema precário. Em algumas praias há sinais de proibição de nadar, embora não sejam colocados por causa das calemas, salientou Russo.

“ Temos de investigar mais criar um sistema de aviso prévio para que as pessoas saibam quais os locais que podem ou não frequentar, deixando de pensar que estão a ser proibidas de utilizar o mar, que é de todos nós.

Falta de sistema integrado

Ao contrário de outros países como a África do Sul, por exemplo Angola não possui um sistema integrado, composto pelas autoridades, protecção civil, associações de pescadores e outras que trabalham em prol do ambiente

A criação destes sistemas integrada depende de instituições como Ministério dos Transportes, Telecomunicações, das Pescas, Petróleos e o próprio Ambiente. Nesta altura referiu Russo, desconhece-se qualquer projecto neste sentido.

O que está em curso é a preparação dos conhecidos mapas de sensibilidade costeira, que visam perceber as zonas ecologicamente mais sensíveis aos fenómenos da erosão, calemas, entre outros ao nível dos 1600 quilómetros de costa marinha.

São necessários estudos

O director nacional do Ambiente descartou qualquer possibilidade de nos próximos anos, de ocorrência de tsunami em Angola.

Os tsunamis, lembrou, são normalmente erupções do leito marinho. Para que haja este terramoto no mar tem de haver uma deslocação das placas tectónicas, coisa difícil de acontecer nesta região do Oceano Atlântico.

Vladimir Russo alertou serem necessários estudos, porque o ambiente vai-se alterando, também com base na actividade humana, pelo que se deve estar sempre precavido para qualquer perigo que possa surgir. As calemas acontecem normalmente entre Fevereiro e Abril, na Ilha de Luanda e não têm capacidade para destruir esta parcela turística da capital, disse Vladimir Russo.